

Fracasso da Cimeira de Lisboa reforça necessidade de debate nacional sobre o Tratado de Maastricht a culminar por um referendo ao povo português



«Em contraste com o fracasso da Cimeira, constituíram um êxito as acções de protesto popular com destaque para a manifestação da CGTP contra a alteração antidemocrática da Lei da Greve, a manifestação dos trabalhadores da Função Pública contra a Lei dos «disponíveis»...



...a manifestação de agricultores contra a reforma da PAC e a política agrícola do Governo ...



... (...) e a jornada de esclarecimento sobre o Tratado de Maastricht em acções de rua que tiveram a participação de dirigentes e muitos quadros do Partido e que foram assinaladas por um acolhimento muito positivo por parte das populações » (Nota da Comissão Política de 29 de Junho)

EDITORIAL

O espectáculo comunitário e as realidades do País



RESUMO

24 Quarta-feira

PSD e CDS votam na Assembleia da República a favor da redução dos efectivos militares ■ Torres Couto manifesta-se contrário à realização de um referendo sobre Maastricht e critica a posição do Presidente da República ■ O ANC recusa-se a participar em reunião proposta por De Klerk, continuando as negociações em impasse ■ Transportadores públicos de mercadorias, reunidos na FIL, em Lisboa, dão prazo ao Governo para desbloquear a situação resultante da greve dos aduaneiros ■ O ministro Braga de Macedo admite que o crescimento económico previsto pelo Governo para Portugal vai ser inferior ao anunciado.

25 Quinta-feira

Transportadores rodoviários decidem bloquear acessos a refinarias, terminais, portos e fronteiras, esgotadas as possibilidades de o Governo tomar medidas que resolvam a situação criada pela greve dos aduaneiros ■ PSD apresenta na Assembleia da República nova proposta de lei sobre o segredo de Estado ■ Com os votos do PSD e CDS é aprovado novo estatuto da RTP ■ O Primeiro-Ministro dinamarquês defende a renegociação do Tratado de Maastricht, uma vez que não pode sujeitar o mesmo texto a novo referendo no seu país ■ Ieltsin e Snegur, presidentes da Rússia e da Moldóvia, encontram-se para «garantir» a paz na região do Dniestre ■ É assinada em Istambul uma declaração criando uma comunidade de onze estados do mar Negro ■ O Presidente Chissano, de Moçambique, lança apelo à Renamo para que coopere no sentido de assinar um acordo de paz definitivo no país.

26 Sexta-feira

Abrem em Lisboa os trabalhos da Cimeira dos Doze, a última com presidência portuguesa ■ A Dinamarca, ganhando à Alemanha na final, vence o campeonato da Europa de Futebol ■ A Austrália critica os cortes da ajuda norte-americana à Indonésia, decidindo manter a ajuda australiana àquele país ■ O PCP lança jornada nacional de esclarecimento sobre o Tratado de Maastricht, com acções de rua e distribuição de documentos, em que participam dirigentes do Partido ■ O Presidente Milosevic, da Sérvia, propõe uma confederação entre a Jugoslávia e a Grécia, que actue como factor de estabilidade na região ■ O Governo federal checoslovaco apresenta a sua demissão ao Presidente Havel, prevendo-se que o novo governo, formado pelos partidos vencedores das últimas eleições no país, tome posse em duas semanas ■ Resultados definitivos das eleições em Israel confirmam a vitória do Partido Trabalhista de Rabin, que formará governo.

27 Sábado

A Cimeira de Lisboa fracassa nos seus objectivos. John Major adianta que será ele a encerrar o Pacote Delors II e manifesta o seu desacordo com a duplicação dos fundos estruturais ■ A UGT afirma-se disposta a participar numa greve geral a convocar pela CGTP, mas apenas quando estiverem «esgotadas» todas as possibilidades para evitar que passem as propostas de alteração da lei da greve da autoria do PSD e do CDS ■ Abre em Lisboa uma Convenção do Partido Socialista, em ambiente tenso entre as correntes dominantes do PS ■ Secretário-geral da ONU adianta a possibilidade de intervenção militar na Jugoslávia, dando um prazo às milícias sérvias para cessarem fogo em Sarajevo ■

Mais de cem mil pessoas, de toda a Itália, concentram-se em Palermo exigindo a libertação do país da Mafia.

28 Domingo

Autarcas do PSD, reunidos em Coimbra, acusam a lei da tutela de tratar «os presidentes de Câmara como potenciais criminosos» ■ António Guterres, no final da convenção do PS, avisa o Governo que, com o fim da presidência portuguesa da CE, terminou o «estado de graça» e manifesta o apoio dos socialistas a Mário Soares ■ Soares Carneiro, discursando no Dia das Forças Armadas, critica o veto presidencial à «lei dos coronéis»; na ocasião, Mário Soares condecorou, a título póstumo, Salgueiro Maia ■ O presidente francês, François Mitterrand, visita Sarajevo ■ O socialista Giuliano Amato forma o novo governo italiano ■ O Partido Trabalhista de Israel alia-se com os ortodoxos para a formação do novo governo ■ John Major, primeiro-ministro britânico, ameaça demitir-se se a Câmara dos Comuns não ratificar o Tratado de Maastricht.

29 Segunda-feira

A CGTP marca para 14 de Julho uma jornada nacional de protesto contra a revisão da Lei da Greve, pretendida pelo PSD e pelo CDS; a Central não exclui a hipótese de vir a convocar uma greve geral ■ Comissão Política do PCP analisa cimeira de Lisboa, considerando-a um «fracasso para os interesses nacionais»; em comunicado, critica também o projecto de revisão da Lei da Greve e alerta para o projecto de lei sobre Segredo de Estado, que considera visar a «eliminação de mecanismos de fiscalização da acção governativa» ■ É assassinado a tiro o presidente da Argélia, Mohammed Boudiaf ■ Segundo um estudo divulgado pela Comissão dos Direitos Humanos de Joanesburgo, morreram 1200 pessoas, em 49 massacres nos bairros negros sul-africanos, nos últimos dois anos ■ O Partido Popular Revolucionário Mongol (ex-Partido Comunista) ganha as eleições legislativas de domingo ■ O presidente da Sérvia anuncia aceitar submeter o seu mandato «à verificação de eleições ou a um referendo» ■ É assinado o primeiro acordo-quadro de cooperação regional entre a Comunidade Europeia e os cinco países africanos de língua oficial portuguesa, implicando a concessão de 4,5 milhões de contos em ajudas ao desenvolvimento.

30 Terça-feira

O Governo e o PSD subscrevem, na Comissão Parlamentar de Defesa, quatro alterações de pormenor à chamada «lei dos coronéis» vetada pelo Presidente da República, que não alteram o espírito do diploma ■ O líder parlamentar do PSD na Madeira, Jaime Ramos, afirma que só haverá plena autonomia quando a região se «liberta das garras do colonialismo português» ■ São divulgados os resultados da terceira chamada da PGA, os mais elevados deste ano lectivo ■ Almada lança a primeira fase de um complexo de habitação social que no total terá 575 fogos, distribuídos por treze prédios ■ A Câmara de Loures anuncia estar decidida a participar com 50 por cento da verba necessária ao realojamento da população que vive em habitações degradadas ■ Marcha da Bica ganha o concurso das Marchas Populares de Lisboa ■ O governo austríaco manda encerrar a empresa que exportou sangue contaminado com o vírus da Sida para Portugal, em 1986 ■ Governo russo anuncia um programa de «aprofundamento» da liberalização económica ■ Começam em El Salvador o desarmamento dos guerrilheiros da FMLN ■ Recomeçam as conversações entre as duas Coreias sobre a desnuclearização da península.

Enquanto no ultradispendioso Centro Cultural de Belém, construído para o efeito, se desenrolava o espectáculo da cimeira comunitária, a metade da Praça do Império que não estava cortada pela aparatosa segurança transbordou, na passada sexta-feira, com as grandes e sucessivas manifestações de protesto popular que chamaram a atenção para duas realidades do nosso país.

O contraste dos dois planos, o conciliábulo pomposo dos chefes dos executivos dos doze países das Comunidades Europeias negando qualquer avanço no plano social, mas admitindo recuos, e as situações sociais dramáticas e a aspiração a uma vida melhor patenteada pelos manifestantes portugueses na Praça do Império, reveste um carácter simbólico e tem um significado esclarecedor.

Do lado popular, a grande manifestação da CGTP contra a revisão antidemocrática da lei da greve, questão central não só para os trabalhadores, mas verdadeira pedra de toque da luta em defesa da liberdade.

Convergindo com ela, as manifestações com reivindicações e protestos específicos, em torno do agravamento das condições sociais, algumas delas originadas pelo próprio processo de integração: a manifestação dos trabalhadores da Administração Central e Local contra o decreto dos «disponíveis», que prenuncia despedimentos colectivos e instala a precarização do emprego na função pública; a manifestação dos agricultores da CNA contra a reforma da PAC e a política agrícola do Governo do PSD; as manifestações dos professores, médicos, enfermeiros, vidreiros, trabalhadores da metalomecânica pesada, da indústria química e da têxtil e de vários outros sectores e empresas; ainda a vigília, no outro lado da linha, dos aduaneiros e despachantes e perto deles a vigília dos timorenses; no dia seguinte, a grande manifestação da ANAFRE pelas reivindicações centrais das freguesias - eleitos a tempo inteiro, mais competências e meios certos para lhe fazer face.

Do lado da Cimeira, o congelamento do «Pacote Delors II» e da definição dos montantes do Fundo de Coesão, isto é, o adiamento de todas as matérias que têm a ver com o apoio das Comunidades aos países menos desenvolvidos, com vista ao chamado objectivo da coesão económica e social.

Este impasse é ainda mais preocupante por se verificar que, em vez da reclamada harmonização no progresso, está a prevalecer, no quadro comunitário, por imposição das multinacionais, a harmonização pelo nível mais baixo, o que se traduz em propostas de directivas

para a fixação do período semanal de trabalho no máximo de 48 horas (obrigado!), admitindo o trabalho infantil a partir dos 13 anos (um escândalo!), na redução do subsídio de maternidade, da desprotecção da mulher em relação ao trabalho nocturno e na maior flexibilização e precariedade do emprego (isto é, tudo a andar para trás!).

Esta situação torna ainda mais grave a pressão do Governo em precipitar a aprovação e ratificação do Tratado de Maastricht, pelo qual, se

A operação propagandística que Cavaco Silva e o seu Governo tentam realizar em terreno parlamentar tem que ser firmemente confrontada com todas as consequências decorrentes da subalternização dos interesses nacionais no exercício da Presidência Portuguesa e do fracasso da Cimeira de Lisboa, com a entrega dos dossiers que mais podem interessar a Portugal à Presidência Inglesa que, como se sabe, nada fará para favorecer a sua aprovação.

aprovado, serão profundamente afectadas a independência e a soberania nacionais.

Mesmo como espectáculo, a Cimeira de Lisboa que culminou a Presidência Portuguesa da CE terminou em fiasco, apesar dos esforços da televisão e outra comunicação social para inculcar o contrário.

Mas não há efeitos especiais que possam disfarçar que a Cimeira de Lisboa «constituindo um impasse em termos comunitários, representa um fracasso para os interesses nacionais», como salientou a Comissão Política do PCP na sua Nota de 29 de Junho.

Os grandes países da CE nem sequer permitiram à Presidência Portuguesa que fizesse aprovar um acordo político sobre o «Pacote Delors II» que esta tinha preparado para disfarçar o seu desaire especialmente perante a opinião pública nacional.

Chegou assim ao fim, desta forma desluzida, uma Presidência que se quis fazer valer pela submissão, a subalternização e o bom comportamento perante os grandes, não hesitando em sacrificar os interesses nacionais na tentativa de alcançar fátuas vitórias no espectáculo europeu. Desta Presidência comunitária de Cavaco Silva e do seu

Governo se poderá mesmo dizer, sem qualquer exagero, que aceitou encerrar o dossier mais nocivo para Portugal (a Reforma da PAC) e não conseguiu qualquer avanço nos dossiers que interessavam ao nosso país.

Por tudo isto, Cavaco Silva e o PSD tiveram que guardar para melhor oportunidade o fogo de artifício que, apesar de tudo, tinham preparado para lançar no final da Cimeira,

Mas já procuram criar a tal oportunidade com a campanha de sondagens na imprensa mais amiga enfatizando os burocráticos elogios externos que vierem a ser feitos e sobretudo com o debate na Assembleia da República, no próximo dia 3 de Julho.

A deslocação do Primeiro-Ministro à Assembleia da República, para um debate de sexta-feira de manhã, tem um carácter ultrajante para a Assembleia. Durante os seis meses da Presidência nunca o Primeiro-Ministro ou o Governo pensaram em dar contas à Assembleia sobre a sua marcha, procurando conhecer a posição do órgão de soberania e as opiniões das oposições sobre a melhor forma de assegurar um bom desempenho e a defesa dos interesses nacionais.

O debate agora proposto pelo Governo é ainda uma forma de tentar fazer propaganda à custa da Assembleia e de reduzi-la a caixa de ressonância da propaganda governamental num esforço de atenuação dos maus efeitos da Cimeira de Lisboa.

A operação propagandística que Cavaco Silva e o seu Governo tentam realizar em terreno parlamentar tem que ser firmemente confrontada com todas as consequências decorrentes da subalternização dos interesses nacionais no exercício da Presidência Portuguesa e do fracasso da Cimeira de Lisboa, com a entrega destes dossiers que mais podem interessar a Portugal à Presidência Inglesa que, como se sabe, nada fará para favorecer a sua aprovação.

A Comissão Política do PCP já lançou um desafio ao PS e ao PSD para que «anulem o processo de Revisão Constitucional e contribuam para um profundo e esclarecedor debate nacional sobre o conteúdo de Maastricht a culminar por um referendo ao povo português.»

Tal é a atitude que, em contraste com as posições de abdicação do Governo e do PSD e do próprio PS, pode reforçar o poder negocial do nosso país e contribuir para a defesa dos interesses nacionais e do conjunto dos países menos desenvolvidos da Comunidade.

Querem precipitar nas costas do povo um Sim a Maastricht. É necessário que o povo português esclarecido possa dizer NÃO!

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO ADE: Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guilhões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 86/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e Impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

Nota da Comissão Política do Comité Central do PCP

Fracasso da Cimeira de Lisboa reforça necessidade de debate nacional sobre o Tratado de Maastricht

A Comissão Política do Comité Central do PCP procedeu à apreciação dos resultados do Conselho Europeu, realizado em Lisboa, em 26 e 27 de Junho, e de outros aspectos da situação política e da actividade partidária, que se destacam na presente nota.

1. Numa primeira avaliação a Comissão Política do PCP considera que a Cimeira de Lisboa que culminou a Presidência Portuguesa da CE, constituindo um impasse em termos comunitários, representa um fracasso para os interesses nacionais. A apreciação dos resultados permite extrair, desde já, as seguintes conclusões:

a) O Pacote Delors II, as novas perspectivas financeiras da Comunidade Europeia visando a duplicação dos fundos para os países menos desenvolvidos, não registou qualquer avanço, antes voltou ao ponto zero. Nem sequer foi aprovado o acordo político, proposto pelo Governo português para tentar salvar a face perante o fracasso que se adivinhava.

No que respeita ao Fundo de Coesão, assinala-se igualmente que os respectivos montantes ficaram por definir. Isto é, todas as matérias que têm a ver com o apoio da Comunidade aos países menos desenvolvidos com vista ao objectivo da coesão económica e social transitam, sem quaisquer avanços, para a Presidência do Reino Unido que, como é público, tudo fará para as travar e para minimizar os montantes financeiros.

A Comissão Política do PCP co-responsabiliza o Governo de Cavaco Silva por este fracasso, na medida em que durante estes seis meses abandonou a defesa dos interesses portugueses nas instâncias comunitárias. Como o confessou publicamente o próprio ministro dos Negócios Estrangeiros, ao afirmar que «ninguém esperasse que a posição portuguesa fosse a mesma quando assumisse a posição nacional».

b) Mais uma vez foram os grandes países que ditaram, segundo os seus interesses, o tempo e o modo da evolução comunitária, procedimento que tenderá a agravar-se, se avançar Maastricht, com a maior parte das decisões a serem tomadas por maioria, em circuito fechado, longe do quotidiano dos cidadãos.

c) A «Construção Europeia» vai continuar a avançar segundo os dogmas neoliberais, sob o comando das multinacionais e da burocracia de Bruxelas, com a secundarização do princípio de coesão económica e da dimensão social do desenvolvimento, cada vez mais decorativos.

No plano social, em vez da harmonização no progresso, assistimos às tentativas de uma harmonização pelo nível mais baixo, como são exemplo as propostas de directivas para a redução do trabalho semanal máximo para 48 (!) horas, as ameaças sobre o trabalho nocturno das mulheres, trabalho de menores a partir dos 13 anos, a redução do subsídio de maternidade, os apoios à maior flexibilidade e precariedade do emprego.

d) Recusaram-se meios «para a coesão económica e social», mas não se regatearam esforços para se avançar com «sistemas de informações» e com a «Europa das polícias» (Europol), sem qualquer controlo democrático.

e) A Cimeira apelidada, com desprimor para o Governo português, como «Cimeira de Transição», esteve marcada claramente pela ideia da não tomada de decisões que pudessem alertar ou criar oposição na opinião pública dos países membros, e criar dificuldades à ratificação do Tratado de Maastricht. Aliás, o sublinhado quanto à necessidade da «estrita aplicação» à legislação comunitária do princípio da subsidiariedade, de forma a dar uma imagem menos centralizadora e mais transparente, mostra que o «não» da Dinamarca e a crescente oposição noutros países esteve sempre presente na Cimeira.

f) A tradicional reafirmação, no comunicado final, do respeito, promoção e salvaguarda dos direitos humanos choca particularmente, quando as conclusões da Cimeira de Lisboa não registam uma palavra sequer em favor da autodeterminação e independência de Timor-Leste e evidencia a sua hipocrisia, quando cresce no seio da Comunidade a pobreza, o desemprego, o trabalho infantil e a precariedade do emprego.

A Comissão Política do PCP entende que:

O fracasso da Cimeira de Lisboa e, a não aprovação do Pacote Delors II são razões acrescidas para que o PS e o PSD anulem o processo de Revisão Constitucional e contribuam

para um profundo e esclarecedor debate nacional sobre o conteúdo de Maastricht a culminar por um referendo ao povo português.

São razões acrescidas para que se diga «não» a Maastricht e sim a um Portugal de progresso e justiça, soberano, numa Comunidade de efectiva cooperação, de nações livres e iguais.

O PS, que começou por fazer depender a ratificação do Tratado de Maastricht da aprovação do Pacote Delors II, para depois, em colagem ao PSD, já considerar positiva a aprovação de um mero documento político sobre o dito Pacote, assume particulares responsabilidades se prosseguir com o PSD no processo de «adaptação» do Texto Constitucional ao Tratado de Maastricht, aliás comprometido pelo «não» dinamarquês.

A Comissão Política do PCP recorda que ainda antes de Portugal ter assumido a presidência, chamou a atenção do Primeiro-Ministro para que a presidência, embora sendo Comunitária, não deixasse de ser portuguesa! Infelizmente o Governo sacrificou os interesses nacionais (revisão da PAC, Pacote Delors II ...) à política-espectáculo, aos elogios da praxe, aos aspectos formais e burocráticos, à postura de parceiro diligente, submisso e bem comportado.

A Comissão Política do PCP manifesta a sua oposição à admissão de utilização de força e a uma intervenção militar na dramática situação da Jugoslávia e opõe-se a um eventual envio de forças militares portuguesas.

O uso da força no barril de pólvora dos Balcãs, além do mais, não deixaria de atiar e aprofundar ódios e fracturas na tragédia da Jugoslávia.

Segredo de Estado ameaça liberdade de informação

2. Em contraste com o fracasso da Cimeira, constituíram um êxito as acções de protesto popular com destaque para a manifestação da CGTP contra a alteração antidemocrática da Lei da Greve, a manifestação dos trabalhadores da Função Pública contra a Lei dos «disponíveis», a manifestação de agricultores contra a reforma da PAC e a política agrícola do Governo de Cavaco Silva.

A Comissão Política salienta, especialmente, que a grande mobilização dos trabalhadores para travar a ofensiva governamental para a limitação do exercício do direito à greve põe em evidência a extensão e a diversidade dos apoios de que disfruta este processo de luta e a possibilidade de lhe dar continuidade e crescente vigor.

Sabedor disto, o Governo de Cavaco Silva e toda a direita prepararam-se para proceder a uma aprovação fulminante das alterações desfiguradoras da Lei da Greve, tendo já anunciado que o querem fazer até 17 de Julho, antes das férias da Assembleia da República.

A Comissão Política anuncia, por isso, o seu apoio e o seu apelo para novas e urgentes acções em defesa da Lei da Greve.

3. O projecto de lei sobre Segredo de Estado que o PSD acaba de anunciar e apresentar na Assembleia da República revela-se como um sério e inqualificável ataque à liberdade de informação e visa continuar a eliminação de mecanismos de fiscalização da acção governativa.

Assinalam-se, designadamente, como particularmente gravosos: o extenso elenco de matérias que podem ser submetidas a segredo de Estado e o facto de ficarem autorizados a proceder a tal classificação não só o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República e o Primeiro-Ministro, mas também todos os membros do Governo e, a título provisório, as autoridades militares, os presidentes dos Governos Regionais, o Governador do Banco de Portugal e até os directores dos serviços do sistema de informações da República; a possibilidade de outras matérias poderem ser, caso a caso, submetidas a segredo de Estado; e ainda a inclusão neste âmbito de todas as actividades, informações, documentos e materiais dos serviços de informações, o que inclui escutas telefónicas ilegais, vigilâncias a sindicatos, movimentos estudantis, comunidades africanas e até autoridades judiciais. A denúncia destas actividades, pela Comunicação Social, ficaria sujeita no futuro a sanções criminais.

A sanções criminais estariam também sujeitos os titulares de cargos políticos e os funcionários e agentes do Estado sempre que violassem o chamado «Segredo de Estado», que na realidade é o que não convém ao PSD que seja conhecido pela opinião pública, em frontal oposição com o que estabelece a Constituição sobre o Estado e a Administração abertos.

O projecto de lei do PSD insere-se, assim, no conjunto de atentados à democracia política desenvolvidos pelo Governo e o partido do Governo, para as quais o PCP alerta a opinião democrática e que urge desmascarar e combater.

4. Em relação à actividade do PCP, a Comissão Política salienta a jornada de esclarecimento sobre o Tratado de Maastricht, realizada a 25, 26, 27 e 28 de Junho. Entre outros aspectos merece especial destaque a distribuição de 150 mil exemplares do folheto «Não! A Maastricht!», em acções de rua, que tiveram a participação de dirigentes e muitos quadros do Partido e que foram assinaladas por um acolhimento muito positivo por parte das populações.

Entretanto, continuam a desenvolver-se as actividades preparatórias do XIV Congresso do PCP. Vai efectuar-se, no dia 9 de Julho, uma nova reunião do Comité Central, que além da apreciação da situação política, fará o balanço da primeira fase dos trabalhos preparatórios e tomará outras medidas no âmbito da preparação do Congresso.

Lisboa, 29 de Junho de 1992

A Comissão Política do Comité Central do PCP





Jornada de esclarecimento

A jornada de esclarecimento sobre o Tratado de Maastricht, levada a cabo a nível nacional pelo PCP nos passados dias 26, 27 e 28 de Junho, foi apenas um começo. Com efeito, muitas organizações do Partido marcam já as suas próprias iniciativas com vista a informar não apenas os militantes comunistas mas a população do que está em causa com o Tratado e das consequências, para os portugueses em geral e para os trabalhadores em particular, da eventual entrada em vigor daquele documento assinado pelos governantes dos Doze e ao qual os dinamarqueses já disseram não. Acções de rua, com distribuição do folheto «Não a Maastricht!», que teve a tiragem de 150 mil exemplares, foram algumas das iniciativas levadas a efeito, e em que participaram vários dirigentes do PCP. Na nota



que o «Avante!» hoje publica, a Comissão Política do Comité Central do PCP assinala o acolhimento muito positivo, por parte das populações, desse folheto que esclarece sobre os principais aspectos negativos do Tratado. Tendo decorrido sob o lema «Por um Portugal de

Progresso e de Justiça numa Europa de Paz e Cooperação — Portugal sim, Maastricht não», a jornada de esclarecimento, que prosseguirá para além do passado fim-de-semana, com a distribuição de documentos clarificadores junto das populações, viu ainda a mensagem do PCP

explicada em jornais e num tempo de antena na rádio. Foi ainda distribuído o texto do documento aprovado pelo Comité Central sobre a matéria, colados cartazes e enviados pelo correio, a personalidades e instituições, os documentos contendo as posições do PCP.

Debate em Alverca com João Amaral

É possível lutar contra o Tratado!

A reunião de quadros de organismos de direcção do concelho de Vila Franca de Xira, realizada na passada segunda-feira no salão da Junta de Freguesia de Alverca, com a participação do camarada João Amaral, membro do CC e deputado, com o objectivo de debater o Tratado de Maastricht, deixou-nos a ideia de que não só se tratou de uma importante iniciativa como também a de que reuniões e debates como estes são necessários e é preciso multiplicá-los. Muitos dos presentes exprimiram no final o sentimento de que tinha valido a pena e de que é preciso aprofundar o conhecimento do Tratado e das suas consequências entre os militantes, a fim de que estes participem activamente no amplo debate nacional que o PCP reclama.

Na iniciativa, que contou com meia centena de quadros, participaram ainda os camaradas Daniel Branco, do CC e Presidente da Câmara de Vila Franca de Xira, que se encontrava na mesa acompanhado de responsáveis concelhios, os camaradas Bento e António Pinto. Foi o camarada Bento que, antes de dar a palavra a João Amaral, se referiu às dificuldades gerais de entendimento do conteúdo do Tratado, da falta de esclarecimento popular acerca do mesmo e sobre o grande esforço informativo que o Partido está a levar a cabo.

Introduzindo o debate, João Amaral afirmou que, se este houvesse sido marcado para dois meses atrás, não se estaria em condições de realizá-lo, de tal modo o Tratado de Maastricht foi conservado pelo Governo fora do conhecimento de todos os interessados, escapando mesmo ao conhecimento dos deputados na Assembleia da República. Sublinhou depois que se trata de um documento que pretende alterar o Tratado de Roma, ainda em vigor e já modificado pelo Acto Único. A presente modificação que os chefes dos governos dos Doze pretendem introduzir não é, acentuou o deputado comunista, uma alteração pequena, uma diferença menor, mas uma muito grande diferença. O que é hoje uma Comunidade Europeia viria a transformar-se numa União política, na União Europeia.

Gravíssimas consequências

Lembrando que uma questão como esta devia ser não só do conhecimento público, mas objecto de um debate público, como o PCP sempre defendeu, o deputado esclareceu que já na Assembleia da República, os comunistas haviam proposto a constituição de uma comissão para acompanhar os trabalhos, de que a própria AR não tinha conhecimento. O Governo,

com a desculpa da «pressa», recusou, escondendo as negociações então em curso. Depois de assinado, não foi só o PSD quem continuou a pretender escamotear o articulado e o significado do documento de Maastricht. Também o PS, pela voz de Almeida Santos, é de opinião de que deve ficar arredado de um debate, já que é «matéria para peritos, não para indiferentes, nem sequer para iniciados»...

O que os governantes pretendem, como o debate concluiu, é que os portugueses não saibam do que se trata. E para isso contribui a propaganda, sobretudo as promessas de que, com Maastricht, «vem aí muito dinheiro».

João Amaral teria oportunidade de desmentir o «bodo». Salientou que, de facto, é complicada a explicação do Tratado — já que, no fundamental, é um documento que introduz modificações ao Tratado de Roma e que é preciso ler atentando nas alterações, para além de que a redacção de alguns artigos é propositadamente enviesada para impedir que os «leitores» se apercebam da gravidade do articulado.

Atendo-se ao que considerou essencial, o deputado do PCP afirmou que o objectivo central do Tratado é a criação de um grande mercado onde circulem livremente mercadorias e capitais e onde haja uma autoridade que imponha medidas «iguais» que favoreçam os estados mais fortes.

Este objectivo, disse, é prosseguido com a criação de uma União Económica e Monetária, onde avulta a moeda única que venha a substituir as moedas nacionais. Não era apenas o escudo que desapareceria, mas o próprio Banco de Portugal seria limitado às funções de um departamento de um banco Central Europeu, deixando de emitir moeda.

Desta situação decorreria que os países mais desenvolvidos poderiam, com a moeda única, passar a fixar os preços. A Comunidade



NACIONAL



transformar-se-ia num enorme mercado — com perspectivas ainda de alargar-se a breve prazo — onde as grandes multinacionais disporiam de excepcionais condições.

Por outro lado, a Comunidade passaria a definir regras económicas, por maioria de dois terços. O Conselho e a Comissão poderiam definir recomendações e mesmo aplicar sanções — «só leva dinheiro quem cumprir»... A política orçamental desapareceria como tal, deixando os governos de poder definir os défices orçamentais. Para um país como Portugal, que precisa de elevar o seu crescimento, tais disposições retirar-lhe-iam margem de manobra, deixando o país de poder definir o seu desenvolvimento autónomo. Sem margem de manobra orçamental, acentuou o deputado, a resposta a dificuldades só poderá vir a ser o aumento do desemprego. A União Económica e Monetária produziria a mesma moeda, a mesma inflação, os mesmos aumentos de preços; mas não produziria em todos os países os mesmos salários e o mesmo desenvolvimento.

Perda de soberania

João Amaral chamou a atenção para o facto de, entretanto, e mesmo considerando globalmente o Tratado como mau, este está recheado de protocolos especiais. Por exemplo, quanto à adesão à moeda única, processo previsto para 1999, há 3 situações — os países com condições, os países sem condições e os que, tendo-as, não querem aderir. É o caso da Dinamarca e da Grã-Bretanha, que só aderem se o desejarem... A posição de um país como Portugal poderia ter sido negociada de outra forma!

Ainda no âmbito das consequências para Portugal, e desmentindo os «rios de dinheiro» que para cá correriam, o deputado comunista esclareceu que os países mais ricos só dão dinheiro para servirem os seus próprios objectivos. No que toca ao nosso país, os dinheiros têm vindo a ser aplicados em infra-estruturas que facilitem aos mais poderosos a livre circulação de mercadorias. Por exemplo, no caso da construção de estradas. Não é Portugal que fica mais perto da Europa, são as grandes

Portugal

de progresso e justiça
numa Europa
de paz
e cooperação.

SIM

Maastricht Não!

Partido Comunista Português

multinacionais que ficam mais perto de Portugal. Quanto à política social, o Tratado apenas se lhe refere a nível de intenções e essa política apenas será implementada na medida exacta dos interesses dos mais ricos.

Outros aspectos do Trata-

do mereceram a atenção do debate, referindo-se João Amaral nomeadamente à PESC — Política Externa e de Segurança Comum — e à Política de Segurança Interna. No que respeita à PESC, lembrou que o que actualmente está em vigor é uma



política de cooperação entre os estados que compõem a Comunidade. O que se passaria com Maastricht é que desapareceria a cooperação, passando a funcionar de facto um Estado federal, com um política externa única. A palavra federal, fez notar, chegou a estar no projecto de Tratado. Foi retirada a palavra, mas ficou lá a ideia. Também aqui, salientou o camarada, a Comunidade decidiria por maioria qualificada. E João Amaral chamou a atenção para o artificio das disposições do Tratado: no caso de uma acção comum de política externa, a comunidade decidiria por unanimidade que tomaria uma resolução sobre determinada questão. Uma vez assente, as ditas acções comuns seriam depois

decididas apenas por maioria.

Mas não acaba aqui a perda de soberania que tais disposições acarretam. De facto, o Tratado dispõe que se recomende aos estados, no caso de não haver unanimidade, que se obriguem a apoiar as decisões por maioria, instituindo-se na prática um sistema de pressões sobre os estados que discordarem. Isto é, ironizou o deputado, somos todos iguais, uns mais do que outros...

Supranacionalidades

Veio ainda ao debate outro conjunto de perigos que o Tratado de Maastricht encerra, nomeadamente no domínio da criação de estruturas supranacionais ofensivas da soberania dos estados. João

Amaral lembrou que a própria política de defesa passará também para o âmbito da Comunidade, encontrando-se já o caminho aberto para a formação de um exército europeu, com base nas iniciativas da RFA e da França. Não se trata, neste caso de forças multinacionais, mas de uma força comum, supranacional.

A criação de uma política supranacional está também prevista — e em andamento depois dos acordos de Schengen — podendo as várias polícias realizar perseguições para lá das fronteiras dos estados.

Ao mesmo tempo, uma política única de asilo e de vistos, retirando a cada Estado a decisão sobre a matéria, visa impor a todos disposições proibindo a imigração, levando à transformação da Europa num continente fechado e xenófobo.

Concluindo, João Amaral chamou a atenção para o facto de o Tratado de Maastricht não ser a última peça do projecto europeu, mas que se trata de um processo — a aprofundar em 1996 — e que visa mais federalismo e menos soberania e independência nacional; que o Tratado aparece como destinado a regular toda a actividade dos estados (o próprio Delors afirmou que 80 por cento da legislação que vigorará em cada país será comunitária); que o chamado princípio da subsidiariedade nada garante e que a prática, mesmo sem Tratado, tem sido a inversa, sendo os níveis superiores sempre a decidir, mesmo que os inferiores o possam realizar melhor.

Por fim, e antes de várias intervenções animarem o debate, o deputado comunista referiu-se à crise interna da Comunidade após o resultado do referendo da Dinamarca, que veio demonstrar que o Tratado não é inevitável e de que é possível lutar contra ele. Salientou que o artigo R do documento assinado em Maastricht dispõe que este só entrará em vigor se todos os países o ratificarem, e esclareceu sobre a posição do Partido saída da reunião do Comité Central. Quanto à questão do referendo, sublinhou que a batalha dos comunistas não é contra ou a favor do referendo. É travar um combate contra o Tratado, intervindo num amplo debate público.

Organizações do Partido dinamizam iniciativas

No seguimento da passada reunião do Comité Central, direcções regionais do PCP debateram a questão do Tratado de Maastricht e tomaram resoluções quanto à campanha de esclarecimento em curso.

A Direcção da Organização Regional de Beja (DORBE), «reunida a 26 de Junho, debateu o conteúdo, significado e consequências para Portugal» do referido Tratado e publicou um comunicado em que pode ler-se;

«A DORBE do PCP reclama no âmbito das decisões do Comité Central, como grande prioridade nacional um amplo debate público sobre o Tratado de Maastricht. A DORBE considera a realização de um referendo como meio de favorecer um efectivo debate e esclarecimento nacional, nele intervindo em defesa do «Não» a Maastricht!»

Depois de lembrar as razões pelas quais os comunistas se pronunciam desfavoravelmente ao Tratado, a DORBE salienta que irá empenhar-se na campanha de esclarecimento sobre o conteúdo, significado e consequências do mesmo, anunciando desde logo várias acções. Depois das reuniões de militantes e simpatizantes realizadas em Aljustrel, Beja, Ourique e Vidigueira, está marcada para

amanhã uma outra em Odemira e um plenário com os conselhos da Margem Esquerda.

Por sua vez, a Direcção da Organização Regional de Braga também distribuiu uma nota à comunicação social, após a sua reunião do passado dia 20:

«Do debate e exame a que procedeu», lê-se no comunicado, «em torno das conclusões da reunião do Comité Central de 17/6» a DORBraga decidiu, entre outras resoluções, «empenhar-se, junto dos trabalhadores e da população do distrito, para um amplo esclarecimento e debate sobre as matérias em questão no Tratado de Maastricht para a União Europeia.

«Alertando os trabalhadores, os agricultores, os pequenos e médios empresários e a população do distrito em geral para as implicações negativas do Tratado de Maastricht no desenvolvimento económico e social do país», a DORBraga sublinha desde já a sua particular gravidade no que respeita a aspectos centrais deste Tratado, nomeadamente as perigosas cedências dos poderes soberanos de decisão nacional, a abdicação da nossa autonomia e alienação da independência nacional», em vários planos — económico, de política externa e de segurança, no plano da segurança interna.

TRABALHADORES

**Não há qualquer razão**

“Estamos hoje aqui para dizer, com muita força, não à revisão da lei da greve.

“A nossa realidade sociolaboral mostra que não há qualquer razão, minimamente válida, para alterar a actual lei da greve.

“Não há em Portugal um único caso registado de não cumprimento dos serviços mínimos ou de desrespeito pelos preceitos da lei e da Constituição, no exercício da greve.

“É o Governo que, ostensivamente, não promove a negociação, para criar conflitos de grande impacto, como é o caso presente dos aduaneiros e, também, o caso ainda recente do Metropolitano de Lisboa, com vista a criar um clima de aparente necessidade de revisão da lei da greve.”

Estamos contra

“Por que é que a CGTP-IN está contra a alteração da lei da greve?

“Em primeiro lugar, porque entendemos que o seu exercício deve ser integralmente respeitado, sob pena de os trabalhadores ficarem desarmados na sua luta por melhores salários, pela defesa dos seus direitos, pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho.

“Depois, porque os mecanismos previstos pelo projecto do PSD obedecem a uma filosofia que considera a greve como um delito e os assalariados como desordeiros e cidadãos de segunda.

“Estamos contra porque os projectos do PSD e do CDS são inconstitucionais em muito do seu conteúdo.

“Estamos contra porque nos querem impor por lei métodos de declaração e funcionamento da greve que só podem ser definidos pelos trabalhadores e pelos seus sindicatos.

“Estamos contra porque não aceitamos voltar à escravatura, nem que seja pela forma moderna de requisição civil.

“Não aceitamos que, através da articulação de diversas alterações que o PSD propõe, se transforme o direito à greve num direito inoperacional, irrealizável, portanto vazio.”

Esclarecer e mobilizar

“Projectos tão frontalmente inconstitucionais, autoritários e violadores da lei sindical não podem passar e devem ser rejeitados pela AR.

“Para isso teremos que nos empenhar, ainda com maior vigor, na continuação do esclarecimento e mobilização de todos os trabalhadores. (...)

“A CGTP-IN alerta os trabalhadores para o facto de o PSD, com a conivência do CDS, ter agendado na AR a discussão e votação dos projectos de alteração à lei da greve para 15 ou 16 de Julho, em pleno período de férias, e com o prazo de discussão pública reduzido a 20 dias.

“Por isso apelamos, desde já, à mobilização e disponibilidade de todos os trabalhadores para, nesses dias, desencadear o máximo de acções, designadamente junto da AR (...).

“A CGTP-IN apela a todos os trabalhadores e a todas as organizações sindicais, designadamente a UGT, para que se conjuguem esforços, para que se faça a maior unidade na acção no combate à tentativa de revisão da lei da greve.

“A CGTP-IN manifesta publicamente a sua firme determinação de lutar por todos os meios legais ao seu alcance e afirma que, se a ofensiva prosseguir, recorreremos à greve geral para travar os objectivos do Governo e do patronato.”

A Comunidade e a presidência

“Portugal assumiu, durante os últimos seis meses, a presidência das Comunidades Europeias, sem que se tivesse registado qualquer avanço significativo no plano social.

“Os atrasos e hesitações que o Conselho de Ministros tem revelado na aprovação das propostas contidas no Pacote Delors II contribuem também para a imagem dum CE construída à margem das aspirações legítimas dos cidadãos e mostram que a necessária coesão económica e social continua a não ser implementada.

“Denunciamos as falsas promessas da presidência portuguesa sobre a prioridade que iria dar à Carta Social e reclamamos a urgente concretização do seu programa de acção.

“Exigimos a construção de uma Europa democrática e social e afirmamos que a intervenção dos trabalhadores é, para isso, um contributo indispensável.

“A CGTP-IN não aceita a política burocrática e de factos consumados assumida pelos governos na construção da CE.

“Reclamamos que sobre o tratado de Maastricht se promova, urgentemente, um amplo debate nacional que permita esclarecer todas as suas consequências. Na sequência e no quadro desse amplo debate, considerando os parâmetros jurídico-constitucionais, a CGTP-IN entende ser possível e útil a realização de um referendo nacional sobre Maastricht.”

(Extractos da intervenção de Manuel Carvalho da Silva, na concentração junto do Centro Cultural de Belém)

Apelando à mais ampla unidade contra a revisão da lei da greve

CGTP admite recorrer à greve geral

Numa resolução aprovada em Belém e na intervenção de Manuel Carvalho da Silva perante os muitos milhares de pessoas que ali se concentraram na sexta-feira à tarde, a CGTP-IN afirma que não há qualquer razão minimamente válida para proceder à revisão da lei da greve. A central declara a sua disposição de lutar por todos os meios legais, incluindo a greve geral, contra as intenções do Governo e do patronato expressas nos projectos de lei do PSD e do CDS, cuja discussão na AR foi agendada para 15 ou 16 de Julho.

A concentração teve lugar no primeiro dia da reunião de chefes de Estado e de governo dos países da Comunidade Europeia, que decorria no Centro Cultural de Belém. No protesto da CGTP (contra a revisão da lei da greve, pela melhoria das condições de vida e de trabalho, contra os despedimentos e o encerramento de empresas, pelo respeito dos direitos dos trabalhadores, pela construção de uma Europa democrática e social) participaram muitos milhares de trabalhadores, com destaque para empresas e sectores em luta, que expuseram os seus problemas da tribuna antes da intervenção de Carvalho da Silva.

A iniciativa da CGTP foi antecedida de uma concentração de trabalhadores da função pública que exigiram do Governo o abandono da “lei dos disponíveis”, saudando a decisão do Presidente da República de enviar o diploma para o Tribunal Constitucional. Contestando igualmente a tentativa de revisão da lei da greve, os trabalhadores da administração central e local integraram-se na jornada da CGTP.

Acções de protesto a 7 e 14 de Julho

A Comissão Executiva da CGTP anunciou antea-tem que vai promover em Julho duas grandes acções nacionais de protesto contra a alteração da lei da greve. Marcadas para os dias 7 e 14, estas acções poderão servir de preparação para uma greve geral.

A próxima terça-feira será para a *Inter* um dia nacional de sensibilização da opinião pública para as implicações que a revisão da lei da greve pretendida pelo PSD e CDS teria nos direitos fundamentais dos trabalhadores e na própria democracia.

Na semana seguinte, terá lugar uma jornada de protesto, que decorrerá de forma diversificada nos vários sectores e regiões. Poderão ocorrer greves e manifestações de rua.

A Executiva da CGTP considerou que foram cumpridos os objectivos da jornada de dia 26, com a concentração de dezenas de milhares de trabalhadores junto do Centro Cultural de Belém, e anunciou que vai solicitar audiências ao Presidente da República e aos partidos com representação parlamentar para lhes expor as razões por que não devem ser aceites as alterações à lei da greve.



Ainda nesse dia, houve junto ao Centro Cultural de Belém outras acções de protesto, nomeadamente de viúvas e familiares das vítimas do “Bolama” (que estiveram na concentração da CGTP), de trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (que se manifestaram também junto do EMGFA), da Confedera-

ção Nacional da Agricultura (contra a reforma da PAC e a política agrícola do executivo de Cavaco Silva), dos trabalhadores aduaneiros em despachantes e empresas (que fizeram nessa noite uma vigília em defesa dos postos de trabalho), e uma concentração de solidariedade para com o povo maubere.

No dia seguinte manifestaram-se em Belém eleitos de juntas e assembleias de freguesia (iniciativa da Anafre pelo cumprimento da Carta Europeia da Autonomia Local) e dirigentes da UGT.

Ao contrário do que sucedera com Carvalho da Silva na véspera, o secretário-geral da UGT foi autorizado a deslocar-se ao primeiro anel da segurança para entregar um manifesto intitulado

“Sem dimensão social não é possível a construção europeia”.

Em declarações aos jornalistas, Torres Couto disse que a UGT está disposta a promover uma greve geral junto com a CGTP-IN contra as alterações à lei da greve pretendidas pelo PSD e o CDS. Afirmou contudo, como refere o telegrama da Lusa, que a paralisação geral não deverá ser convocada por ocasião da discussão na AR, mas apenas depois de esgotadas todas as hipóteses (como o veto presidencial ou a fiscalização da constitucionalidade).

Na sexta-feira também o Partido Socialista, em conferência de imprensa, rejeitou a proposta de revisão da lei da greve do PSD.



Reclamada negociação na Função Pública

Os sindicatos pronunciam-se pela criação de um órgão superior e condenam a sistemática violação pelo Governo do direito à negociação

Embora não esclareça que tipo de «compromissos» já foram assumidos «no sentido da criação de um órgão superior» para se ocupar da participação dos sindicatos na «revisão da lei da negociação» é essa uma das principais exigências que a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública apresenta ao Governo na resolução que distribuiu em 26 do corrente durante a manifestação contra a lei dos disponíveis, junto ao Centro Cultural de Belém.

A FNSFP aprovou a seguinte resolução:

«A violação e precarização de direitos individuais e colectivos dos trabalhadores da Administração Pública tem-se vindo a assumir como linha de força predominante da acção governativa.

«O direito à negociação é sistematicamente violado ao não se ter em conta a opinião dos sindicatos e dos trabalhadores. A imposição sobre-põe-se ao diálogo e ao consenso.

«A progressiva redução do poder de compra dos trabalhadores da Administração Pública é assumida como instrumento da política orçamental.

«As intenções de despedimento e de constituição arbitrária de milhares de trabalhadores disponíveis e excedentários são assumidas pelo Governo como instrumento privilegiado de gestão de recursos humanos.

«Para tentar amordaçar, impedir a manifestação do descontentamento dos trabalhadores e travar as suas lutas, o CDS e o PSD apresentaram na Assembleia da República propostas de alteração da Lei da Greve que, caso fossem aprovadas, substanciariam, na prática, a negação de um direito fundamental constitucionalmente consagrado.

«Violando os mais elementares princípios enformadores de um Estado de Direito, o Governo tem recorrido aos mais diversos expedientes no sentido de transformar os trabalhadores da Administração Pública em meros serventuários de uma política que afasta cada vez mais os Serviços Públicos da concretização das atribuições que lhes estão cometidas, prejudicando, assim, a generalidade da população portuguesa.

«Neste contexto, os trabalhadores da Função Pública, concentrados em Lisboa,

frente ao Centro Cultural de Belém, no dia 26 de Junho de 1992, resolvem:

«1. Exigir do Governo o respeito pelo direito constitucional à participação e negociação colectiva, o que implica uma postura que busque o consenso com os sindicatos, o abandono da prática de factos consumados e a concretização de compromissos já assumidos no sentido da criação de um Órgão Superior de Participação e da revisão da lei da negociação;

«2. Saudar a decisão do Senhor Presidente da República de remeter para o Tribunal Constitucional o diploma dos disponíveis, exigir que tal projecto seja abandonado pelo Governo e que eventuais medidas sobre gestão de recursos humanos sejam negociadas com seriedade entre o Governo e os sindicatos do sector;

«Repudiar os projectos do CDS e do PSD de revisão da Lei da Greve, manifestando a sua disponibilidade para participar nas acções de luta que venham a ser decretadas pelos sindicatos tendo em vista a defesa deste direito fundamental que, sendo embora a última arma ao alcance dos trabalhadores, não deixam de exercer sempre que se justifique».



Uma ameaça, que se torna cada vez mais próxima, foi repudiada em Lisboa perante a Cimeira da Europa

Carta Social preocupa CGTP

Numa resolução intitulada «Por uma Europa Democrática e Social», a CGTP-IN «manifesta as suas profundas preocupações pelos previsíveis fracos resultados da Cimeira Comunitária de Lisboa, em matéria de implementação da Carta dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores».

Datada do primeiro dia da Cimeira, 26 de Junho, a resolução recorda as directivas que já foram apresentadas «há muito tempo» e que continuam por aprovar. A Central manifesta o desejo de que o Conselho de Ministros da CE aprove directivas «essenciais, previstas na Carta Social», como sejam a protecção das mulheres grávidas, a organização do tempo de trabalho, a criação de comissões

de trabalhadores em empresas de âmbito europeu, a subcontratação, protecção dos jovens, introdução de um salário equitativo nos Estados membros.

Para a CGTP, como sublinha a resolução, «as promessas da presidência portuguesa não foram cumpridas no que respeita à «prioridade a dar à dimensão social».

Depois de se referir a aspectos diversos, como o fundo de coesão, o aumento dos recursos do orçamento comunitário, pois «o que importa é caminhar no sentido da convergência real das economias e dos níveis de vida», a resolução de 26 destaca que «o movimento sindical europeu e os sindicatos, em cada um dos países comu-

nitários, têm um papel fundamental e insubstituível no sentido de um aprofundamento da democracia, das tomadas de decisão que correspondem aos interesses dos trabalhadores e das populações mais carenciadas».

Um referendo nacional sobre Maastricht, o «factor determinante» já enunciado na Conferência Sindical Nacional, efectuada pela CGTP-IN em Dezembro de 1991, da maior intervenção dos trabalhadores, a não aceitação dos «factos consumados» são também aspectos relevantes da resolução da CGTP, que mais uma vez se manifesta contra «a lógica monetarista, economicista e burocrática, que actualmente predomina na CEE».

Sorefame despede um membro da CT com 22 anos de casa

No seguimento de «dezenas de inquéritos de tipo pidesco», quatro processos disciplinares instaurados na Sorefame (Amadora) levaram ao despedimento de António Tremoço. Dirigente da Federação dos Metalúrgicos, membro da CT, membro da Assembleia Municipal da Amadora, o trabalhador despedido estava há 22 anos ao serviço da empresa. A Concelhia Local do PCP, que veio a público com vigoroso protesto, acrescenta que aos outros três trabalhadores foram aplicadas penas de «castigo» entre 8 e 12 dias de suspensão.

A Concelhia acusa em especial os gestores Carlos Dias, Machado Rodrigues, e

Tinoca por uma alegada «reestruturação» que implicaria, através de «transferências», a destruição do sector da energia que, apesar de entre 1990 e 1992 terem sido destruídos «cerca de 600 postos de trabalho» na empresa, ainda hoje emprega 700 trabalhadores.

Para a Concelhia, esse grupo de gestores é «um séquito de seguidistas e de incompetentes, que não olham a meios utilizados para servir os fins e, servilmente, cumprem as orientações cavaquistas, no mais completo desrespeito pela pessoa humana».

Eleições CT da EPAL ganha um mandato

A eleição para a Comissão de Trabalhadores da EPAL reproduz «uma clara derrota das teses liquidacionistas das CTs» — posição preferida pelos TSD, uma das correntes da UGT. Com 1006 votos expressos, a lista unitária alcançou recentemente 67,5 por cento da votação na EPAL, correspondendo a 652 votos e oito mandatos em 11; mais um do que nas eleições

anteriores. Outros elementos obtidos na empresa revelam que a lista unitária ficou a cerca de 20 votos de mais um mandato e venceu pela primeira vez em todas as mesas do escrutínio. A lista B (PSD) não ultrapassou os 148 votos, que se traduziram num mandato. A lista C, afecta ao PS, teve 151 votos e dois mandatos. De acordo com o secretário da célula do PCP na

empresa, «estes resultados, tal como a participação no acto eleitoral, reflectem uma forte consciência da necessidade de uma CT ao serviço dos interesses dos trabalhadores e dos seus direitos». Os resultados da eleição na EPAL são ainda «uma clara afirmação da importância das CTs», com as características de que esta se reveste, conclui aquela organização do PCP.

Professores simulam peditório

Numa acção de rua promovida pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa em 24 de Junho foi simulado um peditório junto do Ministério da Educação. Segundo Carlos Leal, dirigente do SPGL, «muito bem aceite pela população» esta forma de luta nada comum teve por fim protestar contra a falta de salários actualizados, que

milhares de professores do ensino pré-escolar, básico e secundário continuam a receber, apesar de terem subido de escalão no princípio do ano.

Participaram no «peditório» dirigentes e delegados sindicais. Carlos Leal disse à Lusa que, no caso do ensino superior, a dívida prolonga-se desde Junho de 1990.

Os dirigentes do SPGL entregaram targetas a quem passava. Num dos lados era explicada a situação; no outro reproduziam-se notas de cinco mil escudos, que depois eram depositadas em caixas, no local.

As pessoas abordadas compreenderam a situação e solidarizaram-se com os professores.

Serviços de Informações

A Lei está a ser violada

Uma denúncia frontal à existência de violações à lei que rege o sistema de informações do Estado, quer quanto à sua estrutura quer quanto às suas missões, foi feita há dias em pleno debate parlamentar pelo deputado comunista João Amaral. A questão veio à baila a propósito da análise do relatório da Comissão de

Fiscalização dos Serviços de Informação, faz hoje exactamente uma semana tendo o parlamentar do PCP sustentado a sua acusação com base em vários exemplos concretos (ver caixa), todos eles reveladores de que existe sem qualquer margem para dúvida uma «prática assumida de ilegalidades que afrontam garan-

tias essenciais dos cidadãos».

Diferentemente da conclusão retirada pela Comissão no seu relatório, retomada no decorrer do debate por Guilherme Silva (PSD), segundo a qual não haveria desvio no cumprimento de funções por parte dos serviços de informações (SIS), João Amaral demonstrou que, bem pelo contrário, a Lei tem sido grosseiramente violada, na maior parte dos casos em resultado do próprio tipo de missões atribuído àqueles serviços.

Disso são testemunho as operações de vigilância em relação a actos públicos de oposição à política do Governo (agricultores, estudantes, dirigentes sindi-

cais e imigrantes), actos que na perspectiva da formação comunista reflectem a decisão governamental de colocar os serviços de informações como uma força ao serviço das suas opções políticas.

«Há palavras pesadas, mas quando um serviço de informações é colocado pelo Governo ao serviço das suas opções políticas-partidárias a vigiar os movimentos da oposição, como chamar a isto? Serviços de Informações ou tendencialmente uma polícia política?», inquiriu João Amaral.

Depois de recordar que a lei em vigor é clara a este respeito ao incumbir ao SIS a «produção de informações destinadas a garantir a segu-

rança interna» e prevenir a «sabotagem, o terrorismo, a espionagem e a prática de actos que pela sua natureza possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido», o deputado comunista voltou a indagar a Câmara: «que é isto tem a ver com as legítimas acções de protesto feitas ao abrigo de direitos constitucionalmente garantidos, por parte de agricultores, trabalhadores, estudantes ou imigrantes?»

Aludindo à «estranheza» evidenciada pelo Relatório quanto ao facto de «os serviços de polícia pouco ou nada se socorrerem dos serviços de informações», João Amaral aproveitou para chamar a atenção para a cir-

cunstância de uma tal afirmação só poder confirmar a «autosuficiência dos serviços policiais», o que por outras palavras significa que «ilegalmente os serviços policiais montaram os seus próprios serviços de informações».

«Mas confirma também — concluiu — que as informações produzidas pelos Serviços de Informações não são orientadas para a segurança interna e os grupos de crime configurados na Lei. Confirma que as informações produzidas nos serviços de informações não se destinam às polícias, mas aos políticos do Governo. Não versam o crime mas a oposição social e política à política do Governo».

Uma estranha proposta de referendo

A Direcção do Grupo Parlamentar do PCP recebeu no passado dia 25 de Junho membros da Comissão Pró-Referendo, em encontro por esta solicitado. Na ocasião, a direcção da bancada comunista informou os membros daquela Comissão das posições e iniciativas do PCP nesta matéria, tendo destacado os aspectos que passamos a transcrever na íntegra e que constam de um comunicado do Grupo Parlamentar do PCP.

— O PCP considera prioritária a realização de um amplo debate nacional que permita esclarecer o conteúdo, significado e consequências do Tratado de Maastricht. Esse debate deve concretizar-se antes de qualquer acto concreto do processo de ratificação (incluindo antes da revisão constitucional que vise remover patentes obstáculos constitucionais que obstam à ratificação).

— Tendo em vista os objectivos de esclarecimento e participação, o PCP propõe que previamente ao processo de ratificação (entendido nos termos acima referidos) seja realizado um referendo sobre a matéria.

— Com esse objectivo, o Grupo Parlamentar do PCP vai apresentar na Assembleia da República uma proposta concreta para que a revisão extraordinária da Constituição, através da aprovação da adequada norma transitória, se ocupe exclusivamente de possibilitar a realização de um referendo sobre Maastricht.

— A proposta concreta, que o Grupo Parlamentar do PCP apresenta, assegura à questão do referendo o relevo máximo na Assembleia da República, já que abre a única via para possibilitar efectivamente o recurso ao referendo neste caso.

— A Direcção do Grupo Parlamentar informou ainda que o PCP se demarca claramente de quantos, excedendo uma legítima afirmação das suas opiniões ou posições sobre o Tratado de Maastricht, usam insistentemente como argumentos a favor da realização de um referendo a previsão de uma vitória do «sim» e a vantagem que vêm em que seja o povo português a assimilar responsabilizado pelas consequências futuras do Tratado; e que o PCP considera que o recurso a tais argumentos situa esse tipo de defesa do referendo numa rígida lógica de apoio à ratificação do Tratado.

— Solicitados pela Direcção do Grupo Parlamentar do PCP a clarificarem esse importante aspecto, a Comissão Pró-Referendo confirmou que a referência na sua petição à aprovação «no âmbito da revisão extraordinária da Constituição» de uma norma transitória que autorize o referendo significa que aquela Comissão admite e aceita que, como se propõem o PSD e o PS, os deputados adaptem a Constituição a disposições do Tratado de Maastricht, antes da realização de um referendo sobre o Tratado.

— A Direcção do Grupo Parlamentar do PCP transmitiu à Comissão Pró-Referendo a opinião de que reclamar um referendo e ao mesmo tempo aceitar que antes de o povo se pronunciar, os Deputados, em sede de alterações à Lei Fundamental do País e dando origem à aprovação e entrada em vigor de uma lei de revisão, procedem a uma pré-aprovação do Tratado de Maastricht é, do ponto de vista dos princípios democráticos, um absurdo que retira sentido, conteúdo e eficácia ao referendo proposto.

A Direcção do Grupo Parlamentar do PCP entende que uma tal posição de complacência perante os objectivos fixados pelo PSD e PS para a revisão extraordinária da Constituição afecta a credibilidade e autenticidade da petição a favor do referendo que estão a promover.

Combate à droga na agenda do PCP

• Entregues três iniciativas legislativas na Mesa do Parlamento

Flagelo social de dimensão crescente a afectar sobretudo as camadas juvenis, o problema da toxicodependência continua a estar na ordem do dia das preocupações do Grupo Parlamentar do PCP. Na passada semana, três iniciativas legislativas por si rubricadas (dois projectos de deliberação e um projecto de lei) deram entrada na Mesa da Assembleia, evidenciando de comum dois eixos centrais de actuação: por um lado, a intensificação do combate ao tráfico de droga; por outro, o reforço das acções de prevenção, tratamento e reinserção social dos toxicodependentes.

Em conferência de imprensa realizada no próprio dia da entrega oficial dos diplomas, os deputados António Filipe e Luís Peixoto explicaram as razões que presidiram à sua elaboração, pondo em destaque a «gravidade e alastramento» do fenómeno, justificadores, em sua opinião, por si só, de «medidas sérias persistentes e coordenadas» e da conjugação de esforços de todas as forças políticas e sociais.

Entendendo que esta questão não deve ser partidarizada nem servir de pretexto para quaisquer «actos de propaganda», para a bancada comunista do que se trata, pois, é de garantir maior apoio institucional ao combate à toxicodependência, em ordem a obter resultados que signifiquem um afastamento dos jovens relativamente ao consumo de droga.

Nesse propósito se enquadra desde logo a realização de uma Conferência a patrocinar pela Assembleia da República, bem como de um debate em plenário, iniciativas previstas num dos projectos de deliberação propostos pela bancada comunis-

ta com o intuito de envolver este órgão de soberania na discussão em torno do problema da toxicodependência e do narcotráfico em Portugal.

A adopção de medidas de prevenção do consumo de drogas e do tratamento e reinserção social de toxicodependentes, preconizada no articulado do projecto de lei, visa por seu lado aperfeiçoar um outro diploma também da autoria do PCP, anteriormente debatido e aprovado na generalidade mas que acabou no entanto por não ver concluído o respectivo processo legislativo dado o termo da Legislatura.

Com as alterações e melhoramentos agora introduzidos, alguns dos quais apurados no decorrer de iniciativas recentemente levadas a cabo pelo PCP, enriquecido fica assim um diploma que, segundo os seus autores, é o único no plano legislativo que aborda domínios tão importantes com a prevenção primária, secundária e terciária do consumo de drogas.

A ocorrência de sobreposições, indefinições de responsabilidade, e descoordenação operativa das forças de segurança nacionais, aliadas à falta de meios técnicos e humanos à altura das circunstâncias, tudo isto num quadro de «aumento galopante do tráfico de drogas a nível nacional e internacional», justificam, por sua vez, do ponto de vista dos parlamentares do PCP, a realização de uma audição parlamentar — e este é o objecto da terceira iniciativa legislativa — sobre a capacidade de coordenação e de resposta das forças de segurança no combate ao narcotráfico em Portugal.

PSD impõe aumento das propinas

A Assembleia da República concluiu, com a votação final global realizada na passada semana, o processo de aprovação da lei que consagra o aumento das propinas para o Ensino Superior Público. A lei foi aprovada exclusivamente com os votos do PSD e de uma forma que rev ela bem a má consciência do Partido do Governo e o grau de instrumentalização a que a Assembleia da República se encontra sujeita ao sabor das conveniências do Governo PSD.

Fugir a todo e qualquer debate, ignorar toda e qualquer opinião, votar a toda a pressa, foi a consigna adoptada pelo PSD e imposta à Assembleia da República, para o processo de aprovação da Lei do aumento das propinas. Precedendo o debate na especialidade em Comissão, o PSD recusou, sem discutir, um Projecto de Deliberação apresentado pelo PCP, no qual se propunha que, no cumprimento de disposições legais, a Comissão de Educação da AR enviasse a Proposta de Lei sobre as propinas às Associações de Estudantes para possibilitar a emissão dos respectivos pareceres.

A Lei das Associações de Estudantes, que em 1987 foi aprovada por unanimidade na Assembleia da República, estabelece a obrigatoriedade de consulta das Associações sobre toda a legislação educativa que lhes diga respeito. Por imposição do PSD, neste caso, foi a própria Assembleia da República a dar o triste exemplo do incumprimento da legislação que aprova.

Para além disso, a maioria PSD ignora o apelo feito pelas Federações Académicas para suspender a discussão da Proposta de Lei; desprezou a disponibilidade manifestada pelo Conselho de Reitores para participar no processo legislativo, recusou a proposta do PCP de audição deste Conselho e permaneceu indiferente perante as fortes críticas por ele formuladas por escrito acerca da Proposta de Lei e recusou ainda qualquer solicitação de parecer ao Conselho Nacional de Educação (também proposta pelo PCP).

Ignorando tudo e todos, o PSD fez aprovar a lei na especialidade em escassas horas (para o que contribuiu o evidente alheamento do Partido Socialista ao longo de todo o debate) e impôs no próprio dia a votação final global para que chegasse ao conhecimento do menor número possível de pessoas.

Este comportamento da maioria, que em nada dignifica o funcionamento da Assembleia da República, assim colocada ao serviço do calendário governamental, revela o receio do Governo perante um debate sério, responsável e participado da questão das propinas. Conhecendo o carácter injusto da Lei que quer impor e sabendo do imenso repúdio que ela suscita, o PSD quis aprová-la pela calada, de surpresa e obviamente antes do reinício das aulas, pensando assim poder iludir os estudantes e fugir às suas responsabilidades, passando para os órgãos escolares o odioso da aplicação de uma medida que é da exclusiva responsabilidade do Governo PSD.

Ilegalidades à solta

Ao asseverar que a Lei-Quadro do Sistema de Informações a República está a ser a ser violada, João Amaraal fê-lo na convicção de que numa matéria desta natureza, onde estão em causa garantias fundamentais dos cidadãos, é preciso ir ao fundo da questão, falar claro e sem subterfúgios. Daí também a sua preocupação por fundamentar ao longo da intervenção todas as acusações com exemplos concretos que se constituem como o melhor testemunho susceptível de caracterizar uma situação que não hesitou em classificar de «negativa e perigosa» e para a qual são necessárias, alertou, «medidas efectivas».

São alguns desses casos, levados ao conhecimento do plenário, que deixamos ao cuidado do leitor:

Há violação da lei por parte do Governo, quando omitiu a criação do Serviço de Informações Estratégicas da Defesa e por mero despacho encarregou o Serviço de Informações Militares das missões que incumbiam àquele serviço. A lei quis separar as informações militares, produzidas no âmbito das Forças Armadas das informações relativas às outras componentes de defesa nacional. Esta separação foi propositada, e teve em vista impedir que o controlo de todas as informações sobre a área da defesa nacional estivessem concentradas nas Forças Armadas. Violar esta regra é não só ilegal como contribuir para atribuir poder excessivo aos serviços de informações militares.

Há também violação da lei por parte dos Serviços de Informações Militares, já que a lei lhes reserva exclusivamente as matérias das informações militares no âmbito das suas missões

específicas — e a verdade é que como é público e notório, os serviços têm-se dedicado a outras actividades. Pense-se no caso GAL (em que os SIM se envolveram em operações criminosas em território estrangeiro). Há também violação de lei porque proliferam serviços de informações montados por forças policiais, confundindo informações com função de polícia, o que inevitavelmente acarretará múltiplas situações de violações dos direitos dos cidadãos.

Há também violação da lei porque há um serviço de informações, o Serviço de Informações Militares, em relação ao qual não está previsto que detenha um centro de dados informatizados, embora esteja escrito que, o não tendo como seu, usa os ordenadores de outros serviços.

Há também violação da lei porque não há controlo dos sistemas informáticos que são utilizados pelos serviços de informações «clandestinos» que as forças policiais montaram.

Constituem também ilegalidades as actividades desenvolvidas pelo SIS de inquéritos a cidadãos candidatos a lugares nas Comunidades. A realização destes inquéritos é a prova provada de que os SIS exercem as suas missões.

A maioria das ilegalidades está entretanto numa questão central que tem a ver com as missões do Serviço de Informação e Segurança (SIS).

A verdade é que está publicamente confirmado que os SIS se dedicam à vigilância (pelo menos a isso, embora não estejam excluídas operações de interferência) em actos públicos de oposição à política do Governo.

Hemofílicos com Sida

PCP exige

esclarecimentos

ao ministro da Saúde

O Grupo Parlamentar do PCP solicitou a presença do ministro da Saúde na Comissão parlamentar especializada para «prestar todos os esclarecimentos necessários» sobre o caso de distribuição de sangue contaminado com Sida.

A formação comunista entende que a Comissão de Saúde é a «sede adequada» para Arlindo Carvalho explicar o caso relacionado com hemofílicos que contraíram Sida, após terem recebido derivados de sangue fornecido pelo Ministério da Saúde, em 1986, tutelado pela então ministra Leonor Beleza.

Os deputados do PCP recordaram que já haviam proposto um debate de urgência sobre esta matéria, que foi inviabilizado pelo PSD, e sublinharam que as decisões recentemente anunciadas pelo Ministério da Saúde «vêm dar razão à Associação Portuguesa de Hemofílicos».

«São estes factores que justificam e demonstram a falta de diálogo e democraticidade que o Ministério da Saúde tem assumido e ao mesmo tempo exigem que o próprio ministro explique à Assembleia da República as razões que levaram este processo a arrastar-se por tanto tempo», assinala ainda o Grupo Parlamentar do PCP.

Os Serviços de Informações actuam contra as liberdades

■ João Amaral

Soube-se pelos jornais, em notícias vindas a público de há poucos meses para cá: os Serviços de Informações vigiavam manifestações e outras acções legítimas dos cidadãos contra política do Governo. São relatadas acções de vigilância sobre estudantes, em protesto contra a PGA e os aumentos de propinas; sobre agricultores, protestando contra a política agrícola do Governo e contra a reforma da PAC; sobre sindicalistas, em acções de protesto contra o «acordo social» que o Governo sacou da UGT; sobre imigrantes (particularmente cabo-verdianos) movimentando-se em defesa dos seus interesses contra políticas de bloqueio da imigração que o Governo adopta por exigência das Comunidades.

Estas notícias, de que alguns ainda duvidavam, acabaram de ser confirmadas. Deputados do PSD, intervindo no debate parlamentar sobre Serviços de Informações ocorrido na Assembleia da República na passada quinta-feira, não só confirmaram essas notícias como tentaram justificá-las. Um deputado do PSD afirmou tratar-se somente de «relatórios de situação social» e chegou a dizer que a vigilância das «secretas» deveria ser certamente para... proteger os manifestantes!!!

A formação do SIS

O Serviço de Informações autor destas acções de vigilância é o Serviço de Informações de Segurança (SIS), dependente do Ministério da Administração Interna.

O SIS é um dos três Serviços de Informações previstos na Lei nº 30/84, aprovada há oito anos, com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS, e votos contra do PCP. Os outros dois serviços são os SIM (Serviço de Informações Militares) e o SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).

O SIM é um serviço de estrutura complexa, já que deveria integrar os departamentos de informações existentes nos Ramos. Na prática tem sido a DINFO (Divisão de Informações do Estado-Maior-General das Forças Armadas) a assegurar essas funções.

O SIED está por criar, e as suas funções foram por despacho (!) do Primeiro-Ministro entregues ao Serviço de Informações Militares.

Quanto ao SIS, segundo a posição publicamente exposta pelos partidos que aprovaram a sua constituição, ele viria preencher uma lacuna, criada com a extinção da PIDE/DGS, a polícia política do fascismo. Esses defensores da criação do SIS alegavam que o Estado democrático precisava de se defender da alta criminalidade e que, nesses meios de defesa, existia uma função de informações que ninguém assegurava (ou melhor, que a DINFO assegurava ilegalmente...).

Na altura, as prevenções e críticas foram muitas. Chamou-se a atenção para que a confusão entre informações e acções de polícia era inaceitável, já que qualquer confusão configuraria facilmente uma polícia política. Chamou-se a atenção para que o âmbito de actuação dos Serviços não podia invadir a esfera da intervenção cívica e política dos cidadãos e das suas associações. Chamou-se a atenção para os perigos dos ficheiros e registos informáticos e suas utilizações abusivas.

Foi neste quadro que, de 1984 para cá, os SIS foram paulatinamente montados, sob a direcção de Ladeiras Monteiro, um funcionário formado na escola colonial, na «luta antiterrorista» já em missões de informações.

Secretas ao serviço do PSD

As acções que o SIS vem desenvolvendo sobre manifestações em acções de protesto contra a política do Governo, mostram que as críticas feitas e os perigos apontados à criação do SIS, se pecaram por alguma coisa foi por terem sido pequenas.

Estas acções do SIS são absolutamente ilegais. O artigo 21º da Lei nº 30/84 diz que «o SIS está incumbido da produção de informações destinadas a garantir a segurança interna e necessárias a prevenir a sabotagem, o terrorismo, a espionagem e a prática de actos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido».

Estes objectivos têm alguma coisa a ver com vigilância de estudantes, ou agricultores, ou sindicalistas ou imigrantes? Têm alguma coisa a ver com a vigilância de legítimas manifestações de protesto?

Estas acções colocam os serviços de informações ao serviço dos objectivos político-partidários do PSD e do seu Governo. Quando serviços de informações actuam assim, não se espante ninguém que se lhes chame polícia política!

Esta subversão de funções abre caminho ao pior. Da vigilância à interferência vai um pequeno passo. É o caminho

das acções de provocação quando não mesmo da repressão selectiva.

O reino da ilegalidade

Esta é a primeira e a mais grave das ilegalidades cometidas pelo Serviço de Informações, mas não é a única, como aliás está abundantemente documentado no relatório do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações.

Há violação da Lei nos Serviços de Informações Militares, porque é público que se vêm dedicando a acções que excedem completamente o âmbito das missões que a Lei lhes reserva, como sucede por exemplo, com o envolvimento no escabroso caso GAL, onde avultam acções terroristas e assassínios em território estrangeiro (França e Espanha) no âmbito da repressão da ETA. Mas são também os casos de envolvimento na política interna de países africanos de língua portuguesa (com situações de «retirada de circulação» e «guarda» de pessoas).

Há violação de Lei porque proliferam serviços clandestinos dentro das polícias, que se dedicam também à recolha de informações, confundindo informações e funções policiais, e ainda por cima utilizando bancos de dados informatizados sem qualquer controlo.

Há violação da Lei quando o Primeiro-Ministro por simples despacho (invadindo competências que a Constituição reserva à Lei aprovada na Assembleia) entrega as missões do SIED aos SIM.

Há violação da Lei nos SIM porque é público que está utilizando ordenadores para efeitos de criação de um centro de dados informatizados quando a Lei não previu que o tivesse.

Por vezes, estas ilegalidades assumem aspectos públicos quase inacreditáveis. É o que se passa com a elaboração pelo SIS de inquéritos referentes a cidadãos candidatos a lugares de funcionários das Comunidades Europeias.

Inquéritos a cidadãos? Quem fazia esses inquéritos antes do 25 de Abril, sobre o «comportamento» dos candidatos a lugares na Função Pública? Não era precisamente a PIDE? A que título, os SIS ao serviço das Comunidades, em funções de total desrespeito dos direitos dos cidadãos?

Pôr um travão nas secretas

Estas actuações dos Serviços de Informações e o universo de inconstitucionalidades e ilegalidades que rodeia este escabroso mundo das secretas é claramente incompatível com as regras do regime democrático e com o respeito devido aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

O relatório do Conselho de Fiscalização diz, a respeito do Centro de Dados do SIS, que «não houve queixa de qualquer cidadão ou outra entidade sobre violação de quaisquer direitos ou liberdades». E como podia ter havido, se as questões relativas ao funcionamento do SIS têm sido cuidadosamente escondidas? Como é que podia ter havido, se não está assegurado aos cidadãos o direito de acesso aos dados que sobre eles constam nesses registos?

Mandando os SIS vigiarem cidadãos que usam os seus legítimos direitos para se oporem à sua política, o Governo do PSD viola a liberdade e atenta contra a democracia.

É urgente pôr um travão nesta situação.

É urgente que a legislação garanta a efectiva proibição dos atentados aos direitos dos cidadãos, e que se institua efectivos mecanismos de acesso dos cidadãos ao que sobre eles possa constar nesses Serviços.

É urgente garantir efectivos mecanismos de controlo, quer reforçando os poderes do Conselho de Fiscalização (eleito pela Assembleia, mas actualmente com poderes limitadíssimos, que tornam toda a sua actividade dependente dos relatórios que os próprios SIS fornecem), quer levando a própria Assembleia da República a assumir todos os seus poderes.

Nesta luta contra estas actividades inconstitucionais e antidemocráticas, é determinante o papel e acção dos democratas e das forças democráticas.

Não só para a denúncia da situação, mas também para reclamar que sejam adoptadas com urgência as medidas para a defesa e garantia das liberdades.

Não vai ser uma luta fácil. A direita que se instalou no Governo precisa dos SIS como órgãos de vigilância, controlo e intimidação dos cidadãos. Precisa dos SIS como componente importante do seu aparelho de repressão sobre a sociedade e sobre quem se opõe às políticas governamentais.

Mas, esta é uma luta pela liberdade e, por isso, é uma luta que pode e deve juntar a torrente de portuguesas que não querem ver restaurada no nosso país uma polícia política.

Empenhem-nos nesta luta pela liberdade.

BURACOS DA CM DE SETÚBAL

«Não é hoje - nem nos próximos dias - que o PSD de Frederico Nascimento, pode lavar as mãos, como Pilatos, e chamar a si os pseudo-louros de uma fictícia gestão isenta de buracos que, contrafeito, Mata Cáceres não pode tapar e de que o Largo de Jesus é o exemplo mais acabado», afirma um comunicado do Executivo da Comissão Concelhia de Setúbal, que comenta o «continuado esforço propagandístico do PSD/Setúbal, dizendo cobras e lagartos da gestão socialista da Câmara Municipal e pretendendo fazer-se passar por alternativa ao PS».

O PCP recorda, entretanto, que a gestão do PS é a gestão que o PSD apoiou, compartilhou e perpetuou». Mais à frente, o comunicado refere que as «conferências de imprensa bem regadas, a que o Partido do Governo nos quer habituar em Setúbal, elegendo as autarquias locais como «prato-forte», não são mais que vãs tentativas para encobrir uma política de afronta aos interesses e direitos dos trabalhadores e do povo à escala de todo o País». As lutas das populações do concelho, reclamando a solução de problemas como a rede viária, o saneamento básico, o fornecimento de água, a salvaguarda de espaços de lazer, indica o PCP, «mobilizaram centenas de assinaturas em Azeitão, Praias-Sado, Rua General Gomes Freire, Bairro Humberto Delgado, motivaram a deslocação em massa às sessões da Câmara e o encerramento, em sinal de protesto, de estabelecimentos comerciais».

ASSEMBLEIA NA COVILHÃ

A Organização Concelhia da Covilhã do PCP realizou no passado dia 20 de Junho a sua 3ª Assembleia que contou com a presença de 66 delegados. Luísa Araújo, do Secretariado do CC, assistiu aos trabalhos que abordaram a conjuntura nacional e internacional e a necessidade do aumento da intervenção dos comunistas na vida política e social da região. Os intervenientes acusaram o Governo de não promoverem a regionalização e de inépcia face à grave crise que o sector dos lanifícios atravessa.

O plenário aprovou no final o relatório e as propostas de acção e elegeu a nova Comissão Concelhia, composta agora por 28 camaradas.

ACTIVIDADE EM BRAGANÇA

Reunida recentemente, a Comissão Concelhia de Bragança debateu a situação política e social e a intervenção do Partido no concelho. Na reunião, em que participou Serafim Brás, membro da CEN, foi sublinhado o agravamento das condições de vida, a degradação das relações de trabalho e o aumento da instabilidade de emprego, alertando-se para a redução de serviços e equipamentos, em particular o encerramento do troço ferroviário entre Bragança e Mirandela.

Foram igualmente analisadas as conclusões do Encontro Distrital de Eleitos e Quadros da CDU, decidindo-se iniciar a discussão com vista às próximas eleições autárquicas, designadamente no que respeita à apresentação de candidaturas à Câmara e à Assembleia Municipal e a um maior número de Assembleias de Freguesia.

Esta concelhia do PCP está ainda empenhada na

preparação da presença regional na «Festa do Avante!» e na dinamização da actividade política no âmbito do 14º Congresso do PCP.

ENCONTRO DA JCP NA M. GRANDE

Jovens comunistas estiveram recentemente reunidos num encontro concelhio da JCP, realizado na Marinha Grande, que aprovou um conjunto de medidas de organização e várias iniciativas a promover brevemente.

Os presentes decidiram criar um grupo de trabalho para coordenar a intervenção dos jovens eleitos na autarquia e preparar desde já as eleições autárquicas de 1993. O reforço do trabalho sindical foi igualmente definido como uma prioridade, para o qual deverão ser destacados mais jovens. A organização irá promover acções de solidariedade com os povos em luta bem como apostará em iniciativas de formação e informação da juventude.

Foi igualmente analisada a participação na Festa do «Avante!», no âmbito da Cidade da Juventude e a preparação do próximo congresso da JCP.

DORBE SAÚDA CONGRESSO

A DORBE do PCP, recentemente reunida, saudou e apoiou o 5º Congresso Extraordinário sobre o Alentejo, que decorreu em Beja no mês de Junho, e concluiu que o «empreendimento de Alqueva será decisivo para assegurar e revitalizar a vida em todas as suas expressões nesta vasta parcela do território nacional» que é o Alentejo. Os comunistas alentejanos congratularam-se também pelo resultado positivo do processo de criação da Região de Turismo «Planície Dourada», instrumento que contribuirá para a dinamização da actividade turística no distrito de Beja.

PCP tem propostas para defender a lavoura de Setúbal

Numa conferência de imprensa promovida pela DORS, em Setúbal, em que participaram Edgar Pereira e Vaz Oliveira, ambos engenheiros agrónomos e membros da DORS, e José Silvério, agricultor, o PCP alertou para as consequências da reforma da PAC, que «levará rapidamente ao desaparecimento de centenas de agricultores», para os prejuízos causados aos agricultores pelos efeitos da seca e apresentou um conjunto de medidas com vista a preservar a lavoura no distrito.

No texto divulgado, refere-se que «não é apenas a região da margem Esquerda do Guadiana que sofre os efeitos da seca. No Sul do distrito de Setúbal a quase totalidade dos cereais foram gravemente afectados e não dão grão que preste; a região de Alvalade sofre por os terrenos não se apresentarem com humidade suficiente para culturas alternativas ao arroz e ao tomate, o mesmo

se passando em 30 por cento do Vale do Sado; na parte Norte do distrito, a seca, obrigando a regas contínuas nas culturas hortícolas, origina grandes despesas e consequentemente elevados prejuízos para os agricultores».

Os prejuízos são grandes nos sectores dos cereais, das forragens, dos hortícolas e dos gados. Falta a água no abastecimento de populações rurais e dos gados e os próximos meses serão marcados por um forte desemprego.

O PCP, referindo a falta de uma política virada para o aproveitamento das linhas de água existentes e para a defesa do regadio e do armazenamento de água potável, afirma que «todos estes males seriam menos graves se as taxas de juro se iguallassem às praticadas nos países mais desenvolvidos da CE e se grande parte dos agricultores não estivessem endividados».

Crise semelhante atinge os sectores da vitivinicultura, da silvicultura, da fruticultura e do leite. Por outro lado, os comunistas exigem que o ministro da Agricultura cumpra as promessas feitas, nomeadamente no que respeita ao pagamento do diferencial de 17\$418, no tomate, e concretize as medidas anunciadas para fazer face à catástrofe da seca, das quais «à excepção da atribuição do subsídio para o gado de recria e a abertura de uma linha de crédito, nada mais foi feito».

Entre as medidas preconizadas pelo PCP, destaca-se a exigência de que os prejuízos nos cereais e nas forragens sejam cobertos com a ajuda do Estado a fundo perdido; a abertura de uma linha de crédito especial, fortemente bonificada, com duração mínima de pagamento de três anos, para as culturas de Primavera/Verão; criação de uma verba especial para resolver o problema do abas-

tecimento de água às populações carenciadas; assegurar o fundo de desemprego aos trabalhadores atingidos pela escassez de trabalho devido à seca.

O PCP defende ainda medidas de carácter geral, como a criação de linhas de crédito, com taxas de juro inferiores a 10 por cento e o prazo limite de pagamento de 10 anos; a garantia de preços compensadores à produção antes do início das culturas; a equiparação dos preços dos factores de produção com os praticados nos outros países da Comunidade Europeia.

Por último, de salientar que os comunistas consideram necessário e urgente a aplicação de uma política de aproveitamento das linhas de água, de defesa e aumento do regadio, bem como de «uma política de ordenamento florestal, que defenda os montados de sobre e de azinho e dê ao eucalipto o direito ao espaço que merece».

Crise nas indústrias de Braga é culpa do Governo

Reunida pela primeira vez, após a 2ª Assembleia Regional, a DORBraga do PCP, debateu as conclusões da reunião do CC de 17 de Junho e a analisou os principais problemas económicos e sociais que afectam o distrito.

Esta organização regional manifesta a sua preocupação pela situação geral nas indústrias têxtil e metalúrgica, na agricultura, bem como pela continuação das dificuldades em grandes empresas como a Grundig/Blaupunkt. O PCP refere ainda que a quebra nos negócios e os protestos dos pequenos e

médios comerciantes «testemunham bem a situação geral de forte crise», cuja responsabilidade imputa ao Governo e ao grande patronato.

O comunicado da DORB indica também que «a ofensiva do PSD e do Governo para revisão da lei da greve» visa limitar os direitos consagrados dos trabalhadores e, através da lei dos disponíveis, procura sanear dezenas de milhares de funcionários públicos.

A DORB repudia, por outro lado, a política de Saúde do Governo e associa-se aos protestos e preocupa-

ções de outras entidades que publicamente já manifestaram a sua discordância com a decisão governamental de encerrar o Centro de Saúde Mental e de transferir os seus serviços para o Hospital S. Marcos, que não tem condições para os receber, ao mesmo tempo que exige a colocação dos respectivos trabalhadores.

Álvaro Cunhal em Braga

No quadro das actividades previstas brevemente para o

distrito, no âmbito da preparação do 14º Congresso e da Festa do «Avante!», a DORBraga decidiu lançar uma grande campanha de informação, esclarecimento e contactos com a população sobre o Tratado de Maastricht, que teve início no passado dia 25. Esta direcção regional anunciou ainda a realização de um convívio distrital de comunistas e amigos, no próximo domingo, em S. Paio de Merelim, no qual estará presente o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal.

CAMARADAS FALECIDOS

ÁLVARO NEVES

Faleceu no passado dia 18 de Junho, após prolongada doença, Álvaro José Caniço de Seica Neves, de 39 anos de idade, membro da Organização Concelhia de Aveiro do PCP.

CARLOS PERES

Faleceu, com 68 anos, Carlos Peres e Peres, torneiro de profissão que estava organizado no sector 1 da zona ocidental de Lisboa.

DEOLINDA SARDA

Faleceu, com 73 anos, Deolinda Flores Oliveira Sarda, membro do Partido há muitos anos, responsável pela propaganda e cobrança de quotas no Comité Local de Pinheiro de Loures.

GILBERTO FERREIRA

Faleceu no passado dia 16 de Junho, após prolongada doença, Gilberto da Cunha Ferreira, que militava na Organização Concelhia de Mirandela. Era operário electricista da EDP e contava 54 anos de idade. Foi em sua casa que, durante anos, reuniu a Comissão Distrital de Bragança, num período difícil da actividade do Partido na região, entre 76 e 79, quando não havia centro de trabalho do PCP.

JERÓNIMO ALFAIATE

Faleceu, no passado dia 25 de Junho, em Faro, com 73 anos, Jerónimo Alfaiate, vítima de atropelamento. Este camarada foi atingido por uma viatura, quando distribua o «Avante!», tarefa que cumpria com dedicação há muitos anos. Era membro do Partido muito antes do 25 de Abril e foi membro da Comissão Concelhia de Faro.

JOSÉ ALVES

Faleceu no passado dia 22, José Félix Alves, quando contava 70 anos de idade. Era reformado e fazia parte das listas CDU na Assembleia Municipal do Seixal.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Retirada de inertes destrói rio Xévorá

A retirada de inertes do rio Xévorá está a provocar graves prejuízos e o protesto enérgico da população de Ouguela e da Junta de Freguesia de São João Baptista, que reclama a pertença das lezírias danificadas pela exploração do rio.

Numa nota da Comissão Concelhia de Campo Maior do PCP, afirma-se que, já em 17 de Março, a Câmara Municipal aprovou por unanimidade uma proposta da CDU que suspendia a retirada de inertes, proibição que foi reafirmada na reunião camarária de 5 de Maio.

Os comunistas interrogam-se por que razão tarda a Direcção dos Serviços Hidráulicos em iniciar o estudo de impacte ambiental e continuam a permitir a retirada dos inertes contra a opinião dos seus técnicos. Por outro lado, o PCP manifesta a sua estranheza pelo facto do próprio presidente da CM de Campo Maior não fazer cumprir as decisões camarárias.

O alerta é grande, sublinha a Comissão Concelhia, já que as populações podem ser em breve «privadas do usufruto do lugar aprazível que é a Enxara».

Perante esta situação, o PCP exige a suspensão imediata da retirada dos inertes e o início rápido do estudo de impacte ambiental por parte dos Serviços Hidráulicos, para que se definam as condições a que deve obedecer a extracção de inertes, sem destruir quer o leito do rio quer as lezírias que devem ser protegidas. Através do seu Grupo Parlamentar, o PCP entregou, entretanto, um requerimento na AR com vista a esclarecer a situação criada e apurar as responsabilidades das entidades envolvidas.

Carvalhas nos Açores O reforço da CDU é garantia da mudança

Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, visitou de 14 a 17 de Junho, a Região Autónoma dos Açores, onde cumpriu um intenso programa, que incluiu as ilhas do Faial, Flores, Terceira e S. Miguel

A visita, realizada a convite da CDU-Açores, inseriu-se no esforço de preparação para as eleições regionais de Outubro, e no seu programa ressaltou a atenção dada à problemática da economia regional açoriana. Foi dentro desta preocupação que se realizaram debates públicos, muito participados sobre o «Desenvolvimento económico e participação social», na Horta e em Ponta Delgada, e que teve lugar, em St^a Cruz das Flores, uma sessão de esclarecimento.

Carlos Carvalhas visitou, no Faial, a Feira Açores/92, reuniu com as direcções das associações agrícolas de S. Miguel e Flores e com a administração do Instituto de Investimento e Privatizações dos Açores, em Ponta Delgada, tendo igualmente participado nas iniciativas de convívio realizadas nas várias ilhas.

Na ilha Terceira realizou-se um almoço com apoiantes CDU, em que estiveram também representantes da comunicação social e, na ilha das Flores, efectuaram-se visitas às duas câmaras municipais e aos dois jornais existentes.

Carlos Carvalhas avistou-se ainda com o Ministro da República para os Açores, prof. Mário Pinto, e com o presidente da Assembleia Legislativa Regional em exercício, dr. Faria Ribeiro.

Durante toda a visita, o secretário-geral adjunto do PCP foi acompanhado por José Decq Mota, coordenador da DORAV e membro da CEN, e por Paulo Valadão, deputado regional.

Antes do seu regresso a Lisboa, Carvalhas participou numa conferência de imprensa da CDU/Açores, juntamente com José Decq Mota, que fez um balanço da visita, considerando-a «uma jornada mobilizadora muito positiva, quer pela participação que motivou, quer pelos problemas difíceis que se discutiram, quer ainda pelos múltiplos contactos que possibilitou».

Na declaração que leu aos jornalistas, Carlos Carvalhas acusou a política do PSD de ser «a política da lei do mais forte, da concentração da riqueza, com a exclusão de milhares de famílias a um nível de vida digno, com a proliferação do trabalho precário, com a não criação de saídas profissionais para a juventude».

Nos contactos mantidos com os diversos agentes da Região Autónoma, Carvalhas revelou que foi chamada a atenção para «a grande preocupação da agropecuária e as dificuldades da economia de toda a região; a falta de saídas profissionais para a juventude e de garantias de emprego; a dramática situação da habitação, nome-

adamente em Ponta Delgada; o recurso crescente ao segundo emprego, geralmente desregulamentado, como condição de sobrevivência dos trabalhadores das camadas médias e das camadas mais desfavorecidas; as dificuldades de muitos reformados, pensionistas e idosos e a necessidade de serem compensados pelo custo acrescido de vida nos Açores».

O secretário-geral adjunto do PCP declarou ainda ter debatido «ideias sobre o Tratado de Maastricht» e reafirmou que «da mesma maneira que defendemos a autonomia, vemos com grande preocupação este tratado que comporta a transferência de importantes parcelas da soberania portuguesa para órgãos supranacionais não eleitos, que decidem à porta fechada, por maioria, o que significa a submissão das

regiões e dos parlamentos regionais e nacionais aos grandes países».

Carvalhas afirmou ainda, a propósito das declarações de Mota Amaral em Lisboa de que a economia dos Açores estava de boa saúde, que «de boa saúde só está o compadrio, os que gravitam à mesa do orçamento regional», apelando à mudança.

Para derrotar o PSD, disse, «é necessário que as forças de oposição obtenham 26 deputados, isto é, que os deputados eleitos pela CDU, pelo PS e pelo CDS sejam em maior número que os do PSD. Mas é claro que o reforço da CDU é a maior garantia de que a voz, as aspirações e os anseios dos trabalhadores, dos agricultores, da juventude e dos reformados estarão presentes na Assembleia e na política do Governo regional».

2 por cento para funcionários regionais

O PCP/Açores vai propor à Assembleia Legislativa Regional que o aumento adicional de dois por cento seja aplicado também aos funcionários regionais, tal como foi para a administração central e local.

Para o deputado comunista Paulo Valadão, é uma «injustiça» a exclusão dos funcionários e agentes regionais e, além do mais, «compromete as promessas de Cavaco Silva aos parceiros sociais de que em 1992 ninguém seria aumentado menos de dez por cento». Paulo Valadão afirmou ainda que «a leitura do decreto-lei, que afirma terem sido consultados os governos regionais, leva-nos a supor que o executivo açoriano terá recusado aquele adicional».

Esposende perde bandeiras azuis

A Comissão Concelhia do PCP de Esposende emitiu um comunicado em que manifesta a sua grande preocupação pela não atribuição de bandeiras azuis às praias deste concelho, o que se traduz num grande entrave ao desenvolvimento do turismo na região.

Para o PCP, tal ocorrência mostra que a política do executivo municipal no que respeita à defesa do meio ambiente e à qualidade de vida é «um verdadeiro embuste».

Como acrescenta a nota, «a Câmara Municipal não pode continuar com uma política entanguida, subestimando medidas que deveriam ocupar um lugar primordial, cuja aplicação melhoraria a vida do povo de Esposende e daqueles que nos visitam».

Os comunistas exigem que a autarquia construa parques de campismo, e infra-estruturas urgentes para o desenvolvimento do concelho, ao mesmo tempo que questionam o despejo de efluentes industriais em cursos de água que correm para o mar, pondo em risco a saúde das pessoas. Concretamente, aquela estrutura concelhia do PCP indica a zona estuarina do Rego do Peralto, nas Marinhas.

Outras medidas seriam necessárias como a criação de um parque verdejante, para lazer da população, iniciativas de protecção e conservação dos pinhais do concelho, nomeadamente na faixa litoral, que contrariassem a actual concessão de licenças para construção de habitações. O PCP afirma que «nos tempos que correm, qualquer política será uma farsa se não se atender, de forma integrada, a todos os vectores que marcam o desenvolvimento».

Deste modo, «não importa apregoar o novo rosto de Esposende, quando aspectos fundamentais para a vida do cidadão são postos de lado, como a preservação da qualidade de vida», conclui a nota da Comissão Concelhia.

PCP comenta votação do aumento das propinas

1. No final da semana passada, em silêncio e à pressa, o PSD impôs na Assembleia da República a votação final da Proposta de Lei do Governo que estabelece aumentos brutais das propinas nos estabelecimentos do Ensino Superior Público.

A forma como o PSD fez aprovar esta grave Proposta do Governo e o facto de ter ignorado os apelos das Federações Académicas e as fortes críticas, fundamentadas objecções e frontais discordâncias manifestadas pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, não pode deixar de suscitar a mais viva denúncia pública. Fugindo a qualquer debate parlamentar sério; recusando a proposta do PCP no sentido de serem cumpridos os preceitos legais que prevêm a audição das Associações de Estudantes, do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e do Conselho Nacional de Educação; ignorando quaisquer críticas ou sugestões; o comportamento do PSD constituiu um exemplo bem claro do esvaziamento do papel da Assembleia da República e da sua completa instrumentalização ao serviço dos objectivos e calendários políticos estívais do Governo.

2. A Comissão para as Questões da Educação e do Ensino, renovando a apreciação crítica e a absoluta oposição do PCP ao propósito do Governo impor aumentos brutais das propinas nos estabelecimentos públicos do ensino superior, chama a atenção e reclama o reconhecimento da inconstitucionalidade da proposta aprovada, por flagrante violação do princípio da progressiva gratuitidade de todos os graus do ensino público (artigo 74º da Constituição). Acresce ainda que a recusa de proceder à audição das Associações de Estudantes por parte da Assembleia da República, imposta pelo PSD, configura uma evidente violação do direito de participação estabelecido no artigo 19º da Lei das Associações de Estudantes (Lei nº 33/87 de 11 de Julho). E que o incumprimento da auscultação do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (nos termos do nº 1 do artigo 4º da Lei nº 108/88 de 24 de Setembro e do Conselho Coordenador do Ensino Superior Politécnico, e a falta de emissão de parecer sobre a Proposta de Lei por parte do Conselho Nacional de Educação (nos termos do artigo 2º da Lei nº 31/87 de 9 de Julho), configuram igualmente situações cujas incidências não podem deixar de ser indagadas.

3. O comportamento arrogante e prepotente do PSD, de fuga ao diálogo e de votação apressada da Proposta do Governo, resulta obviamente da veemente contestação e do forte repúdio que o aumento das propinas suscita, não apenas entre os estudantes e a generalidade dos órgãos universitários, mas também em sectores muito vastos da opinião pública portuguesa.

A utilização do período dos exames escolares para precipitar a aprovação do aumento das propinas, representa uma manobra em que é iniludível o objectivo do Governo escapar ao justo protesto e resistência dos estudantes e ao mesmo tempo transferir para os órgãos escolares a impopularidade da aplicação de uma medida cuja responsabilidade é exclusivamente governamental.

Engana-se, porém, o Governo do PSD, se dessa forma julga poder iludir os estudantes e os órgãos universitários, levá-los a decair na sua resistência e a abandonar a sua luta, ou se julga poder mistificar o povo português.

Avaliação no ensino básico

A reforma do sistema educativo torna indispensável uma profunda modificação do sistema de avaliação dos alunos que tem estado em vigor.

O novo sistema de avaliação que o Ministério da Educação acaba de aprovar, podendo no plano teórico representar um progresso em relação ao sistema actual, surge à partida ferido pela completa ausência de condições que tornem a sua execução possível neste momento.

Neste contexto, é essencial centrar a intervenção dos professores, dos pais, dos alunos, da opinião pública em geral, na crítica em relação à ausência dessas condições e na reivindicação concreta do seu preenchimento.

No quadro da reclamação do cumprimento integral dos princípios e objectivos estabelecidos na Lei de Bases do Sistema Educativo, são especialmente de exigir para a implementação do novo sistema de avaliação as seguintes condições:

- condições físicas e materiais das escolas (diminuição do número de alunos por escola e de alunos por turma; existência de espaços para as actividades de apoio e complementos educativos; melhoria da qualidade e quantidade dos recursos pedagógicos);

- formação dos professores (desenvolvimento de capacidades para criar e concretizar currículos apropriados para os alunos com dificuldades de aprendizagem; actualização quanto aos processos de avaliação);

- revalorização significativa da profissão docente (que crie condições e estimule uma dedicação mais efectiva à escola).

Sem que estas condições básicas estejam efectivamente preenchidas, o novo sistema de avaliação dos alunos do ensino básico apenas representará uma forma de mistificação do insucesso escolar existente.

A Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP



PCP recebe sindicato dos jornalistas

Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, acompanhado por Vítor Dias, membro da Comissão Política, recebeu, no passado dia 23 de Junho, uma delegação do Sindicato dos Jornalistas, constituída por João Mesquita, Presidente da Direcção, e Daniel Reis, Presidente do Conselho Deontológico.

Este encontro tinha sido solicitado pela Direcção do Sindicato dos Jornalistas a fim de expor um conjunto de preocupações, opiniões e iniciativas daquela estrutura representativa dos jornalistas portugueses, com destaque para as questões relativas ao acesso e exercício da profissão, à deontologia profissional e ao movimento de concentração em curso no sector da comunicação social.

Na oportunidade, o secretário-geral do PCP salientou a contribuição que o Sindicato dos Jornalistas é chamado a dar para a defesa de valores e direitos que são essenciais à vida democrática do país e manifestou o empenho do PCP em, na sua esfera própria de acção, contribuir para soluções que correspondam às aspirações dos jornalistas e à defesa da liberdade de informação.

Agricultores portugueses derramam vinho na Cimeira da CEE

A manifestação da CNA protestou contra a reforma da Política Agrícola comunitária. Entretanto, os baldios estão de novo em perigo

«Esta PAC não; nós queremos produzir» foi uma das palavras de ordem de uma manifestação promovida pela CN-Confederação Nacional da Agricultura na passada sexta-feira frente ao Centro Cultural de Belém, quando decorria o primeiro dia de trabalhos da Cimeira dos primeiros-ministros dos países da Comunidade Europeia, que encerrou o período de presidência portuguesa da CEE. Dirigentes associativos agrícolas, nacionais e regionais, muitos agricultores, protestaram contra o recente

acordo de reforma da PAC - Política Agrícola Comum. Vinho derramado no chão, e produtos agrícolas espalhados simbolizaram as consequências daquela reforma para os pequenos e médios agricultores: a perda de rendimentos drástica a obrigar mesmo ao abandono de muitas produções.

Dirigentes associativos agrícolas, nacionais e regionais e os agricultores presentes criticaram igualmente o política agrícola seguida pelo Governo português, que consideram ser «tão má como a

Política Agrícola Comum europeia».

Para a CNA, «ao contrário do que diz o senhor ministro Arlindo Cunha», esta nova PAC vai provocar uma grande baixa dos preços na produção, a diminuição da produção agrícola nacional, o aumento das importações e da dependência alimentar e económica do país, uma nova quebra dos rendimentos dos agricultores e a ruína das explorações de base familiar, a completa descaracterização do meio rural com graves problemas sociais e ecológi-

cos com desertificação humana e eucaliptização de terras agrícolas.

A CNA exige uma outra reforma da PAC que tenha em conta a manutenção dos poderes e competências da Casa do Douro e a não redução do quantitativo do benefício do Vinho do Porto para o corrente ano; urgentes intervenções no vinho e no gado sob directa responsabilidade governamental; a regularização do escoamento da batata com a garantia de preços compensadores à produção; a

bonificação «significativa» das taxas de juro do crédito agrícola e a baixa do preço dos principais factores de produção; a renegociação da II Fase de Adesão com o objectivo de conseguir da Comunidade condições mais favoráveis ao nosso sector agrícola.

Baldios roubados aos povos em projectos do PS e PSD

Os secretariados dos baldios dos distritos de Viseu e de Vila Real e a CNA promoveram ontem uma conferência

de imprensa onde divulgaram a sua posição perante o que qualificaram de «ameaças contidas nos novos/velhos projectos de lei sobre os baldios, da autoria do PSD e do PS, que hoje vão estar em discussão na Assembleia da República.

A CNA e aqueles secretariados dos baldios acusam os projectos do partido do Governo e dos socialistas de pretenderem «retirar aos povos e compartes o direito à posse e usufruto dos baldios». A CNA fala mesmo em «roubo» dos baldios aos povos que tradicionalmente deles se utilizam



O vinho é uma das produções mais prejudicadas pela política agrícola do Governo. Os agricultores derramaram-no enquanto os governantes da CEE reuniam

Resistentes antifascistas evocam luta pela liberdade

Antigos presos políticos e outros resistentes antifascistas vão evocar a luta da resistência no próximo sábado dia 4 de Julho, na Voz do Operário em Lisboa onde decorrerá um almoço volante precedido por um acto simbólico junto da antiga Cadeia do Aljube. O objectivo dos promotores da iniciativa é fazer «sentir a necessidade de que permaneça na memória colectiva» o papel que a luta contra o fascismo teve na conquista da liberdade em Portugal.

A Comissão Promotora desta iniciativa de resistentes antifascistas é constituída por personalidades de diversas áreas de actividade. A lista completa dos nomes integrantes desta Comissão Promotora é a que se segue:

Aida Paulo, Alberto Januário, Alberto Vilaça, Alcina Bastos, Alexandre Cabral, Alexandre Castanheira, Álvaro Ferreira Alves, Álvaro Maia Rebelo, Américo Sousa, António Abreu, António Areosa Feio, António Borges Coelho, António Campos, Aquilino Ribeiro Machado, Armando Teixeira, Armindo Guimarães, Arnaldo Mesquita, Aurélio Santos, Baptista-Bastos, Blasco Hugo Fernandes, Cândida Novais, Carlos Brito, Carlos Costa, Carlos Marques, Costa e Melo, Custódio Maldonado de Freitas, Conceição Matos, Dias Louren-

ço, Duarte Vidal, Edmundo Pedro, Eduardo Pires, Elvira Nereu, Fernando Adão, Fernando Piteira Santos, Fernando Vale, Felisberto Lemos, Francisco Salgado Zenha, Francisco Lyon de Castro, Georgette Ferreira, Gualter Basílio, Gustavo Soromenho, Henrique Ochenberg, Hernâni Silva, Ildefonso Nóvoa, Jaime Serra, João Cunha Serra, João António Honrado, João Joaquim Machado, João Luís Madeira Lopes, João Paiva Santos, João Raimundo, Joaquim Gomes, José Magalhães Godinho, José Malheiro, José Morgado, José Vitoriano, Júlio Dias, Júlio Freire, Lino Lima, Ludgero Pinto Basto, Luísa Dias Amado, Manuel Alegre, Manuel Campos Lima, Manuel Tito de Morais, Marcos Antunes, Maria das Dores Cabrita, Maria Emília Tito Morais, Maria Helena Novais, Maria Luísa Areosa Feio, Mário Cal Brandão, Mário Casquilho, Mário Neves, Mário Sottomayor Cardia, Mário Tomé, Natália Correia, Nuno Teotónio Pereira, Octávio Pato, Ofélia Costa, Pedro Arsénio Nunes, Pedro Ramos de Almeida, Pezarat Correia, Ramon La Féria, Raul Rego, Rodrigo de Freitas, Salomão Figueiredo, Salvado Sampaio, Salvador Amália, Stela Piteira Santos, Ulpiano Nascimento, Vasco Lourenço, Vilarinho Raposo, Virgínia Moura, Vítor Alves, Vítor Sá.

Utentes da linha de Sintra levam CP ao Parlamento Europeu

Uma petição ao Parlamento Europeu solicitando a urgente actuação deste para alterar a situação existente na linha férrea de Sintra, foi entregue a semana passada pela Comissão de Utentes ao presidente da Comissão dos Assuntos Sociais daquele órgão comunitário, numa audiência em que os passageiros dos comboios de Sintra qualificaram o panorama ali existente de «calamidade pública, lesivo da própria economia portuguesa, da saúde dos utentes, da qualidade de vida a que todos os cidadãos portugueses têm direito e que está muito abaixo dos níveis europeus».

No texto dessa petição lê-se: que o serviços «de transporte ferroviário oferecido pela empresa Caminhos de Ferro Portugueses - EP (CP), é caracterizadamente de má qualidade».

«A modernização de todas as infra-estruturas desta linha

não tem acompanhado minimamente nem o desenvolvimento tecnológico nem a explosão demográfica verificada na zona, há mais de 30 anos. Podemos definir o actual equipamento, de acordo com os padrões europeus, de completamente obsoleto».

Na descrição que esta situação traz, em termos de prejuízos, aos utentes, a petição destaca:

«Falta de segurança por envelhecimento das infra-estruturas e do material circulante que se traduz num elevado número de acidentes, dos quais têm resultado mortos, estropeados e feridos, o que justificaria uma vistoria de técnicos especializados».

«Falta de segurança das pessoas e dos seus bens, pois constatamos diariamente agressões e roubos, por falta de um dispositivo de segurança que elimine este flagelo».

«Incumprimento quase permanente dos horários oferecidos pela empresa transportadora, levando a que os utentes cheguem frequentemente tarde aos seus empregos e residências, provocando obviamente danos de ordem económica, social, psicológica e familiar».

O texto da Comissão de Utentes da Linha de Sintra enviado à Comissão de Petições do Parlamento Europeu historia igualmente o papel desta organização desde 1990, destacando os contactos mantidos com o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e os representantes da CP, «aos quais tem expressado de forma construtiva as preocupações e queixas dos cidadãos utentes desta linha, já que as medidas de modernização apontadas têm prazos de concretização muito dilatados e, por vezes, não cumpridos», afirma-se.

Setúbal solidária com Cuba

«Sabemos que somos precisos, sabemos, mais do que nunca, o que fazer» foi afirmação da advogada Armada Fonseca, presidente da Associação de Amizade Portugal-Cuba, ao intervir numa reunião de trabalho que o núcleo de Setúbal daquela associação levou a cabo a semana passada com o objectivo de divulgar e dinamizar a campanha de solidariedade «Leite para Cuba».

Sob o lema «A criança é um ser digno e de carácter», a jornada iniciativa incluiu contactos com a União dos Sindicatos de Setúbal e a comunicação social.

Uma detalhada informação sobre a realidade cubana sujeita ao boicote norte-americano ocupou grande parte da intervenção de Armada Fonseca que estava acompanhada pelo actor Rogério Paulo, presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação de Amizade.

Registado foi o facto de a actuação da

administração norte-americana contra Cuba durar já há 30 anos chegando agora ao ponto de proibir a aportagem em portos americanos de todo e qualquer barco que toque os portos cubanos, independentemente da sua nacionalidade.

A reunião permitiu estabelecer um conjunto mínimo de objectivos - como o de recrutamento de novos sócios - e actividades.

A União dos Sindicatos de Setúbal comprometeu-se a vender duas mil e 500 mascotes da campanha - miniaturas de um pacote de leite - enquanto na estrutura distrital do Movimento Democrático de Mulheres (MDM) circulam folhas de recolha de fundos.

No dia da reunião procedeu-se à entrega de 100 mil escudos a depositar numa conta bancária específica que a Associação abriu no Montepio Geral, enquanto um industrial ofereceu uma valiosa peça de cerâmica destinada à ajuda a Cuba.

Conselho Europeu Em Lisboa nada de novo

O fracasso da cimeira de Lisboa reafirmou o domínio dos países ricos no seio da Europa dita comunitária

Se existissem dúvidas sobre quem dita as ordens na Comunidade Europeia, a cimeira de Lisboa teria bastado para as desfazer. Os países ricos não se comoveram com as exigências da Espanha nem com os desperperados malabarismos de Portugal para conseguir a todo o custo algum resultado que pudesse classificar de positiva a presidência portuguesa. Tão-pouco se deixaram sensibilizar pelos clássicos apelos à coesão económica e social e à crescente necessidade de reduzir as assimetrias entre o Norte e o Sul.

De forma polida mas nem por isso menos inflexível, o chanceler alemão Helmut Kohl veio a Lisboa dizer que a preocupação da Comunidade Europeia não é o atraso dos parceiros menos desenvolvidos (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda), mas a situação que se vive a Leste. Reconhecido que foi o estatuto de regiões mais atrasadas aos territórios da ex-RDA, Kohl deixou claro que não pretende reforçar o orçamento comunitário antes dos alemães darem o seu «sim» ao Tratado de Maastricht e que, na hora de alargar os cordões à bolsa dos Doze - de que é o principal contribuinte líquido - tem

como prioridade o leste europeu, onde as reformas políticas em curso arriscam cair no maior descrédito se não forem encontradas soluções para as gravíssimas crises económicas em que o mesmo está mergulhado.

Não menos polida e inflexível, a Grã-Bretanha fez da cimeira de Lisboa a sua grande oportunidade de reafirmar os «ses» que coloca à União Europeia, levando para casa todos os *dossiers* que nos próximos seis meses irá gerir em favor dos seus interesses. O primeiro-ministro britânico, John Major, não escondia a sua satisfação no final dos trabalhos: o Mercado Interno continua num impasse com a recusa britânica em eliminar as suas barreiras alfandegárias; o Pacote Delors II voltou à estaca zero, não se conseguindo sequer o modesto acordo político desejado por Cavaco Silva; o fracasso na organização do tempo de trabalho e a inviabilização do acordo para protecção da mulher grávida, entre outros aspectos, deixou a política social de novo no campo das meras intenções; o fundo de coesão ficou-se pela ambiguidade de um «aumento adequado» que mais se assemelha a uma caixa de Pandora do que a outra coisa

qualquer; a localização das sedes comunitárias ficou de novo em suspenso, com Londres a fazer sentir a Bona que tem uma palavra a dizer sobre o assunto.

Pela parte da França, François Mitterrand guardou-se para o pós-cimeira. Ainda em Lisboa se arrumavam os papéis e já o presidente francês voava para a Bósnia, num peculiar conceito da política externa comum, disposto ao que disse ser um «abrir a porta» ao que pode acabar por vir a ser um envolvimento militar da ONU nos sangrentos conflitos da ex-Jugoslávia.

Nem o acordo sobre a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) conseguiu iludir o fracasso da cimeira. A exemplo dos seus congéneres europeus, os agricultores portugueses foram até ao Centro Cultural de Belém dizer o que pensavam sobre a matéria.

Na conferência de imprensa com que encerrou os trabalhos, lado a lado com o presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, Cavaco Silva deu bem a imagem do fracasso da cimeira ao enumerar o que disse serem as decisões que marcaram positivamente o Conselho Europeu de Lisboa: a reeleição de Delors, que

nunca chegou a estar em causa; a vontade de prosseguir a construção europeia, obviamente decidida com o Tratado de Maastricht em Dezembro passado; o alargamento da Comunidade aos países da EFTA, uma evidência desde a criação do Espaço Económico Europeu, a manutenção em *stand by* das pretensões da Turquia, Chipre e Malta, e o encorajamento aos países de leste que desejam juntar-se aos Doze quando para tal tiverem condições.

É caso para dizer: em Lisboa nada de novo.

Nem sequer o vergonhoso silêncio de seis meses da presidência portuguesa em relação à questão de Timor-Leste, acentuada com a hipócrita reafirmação, nas conclusões da cimeira, do empenhamento dos Doze na defesa dos direitos humanos.

Resta a Cavaco Silva a consolação de que a maioria dos portugueses, segundo sondagens vindas a público, pensa que Portugal até não se saiu tão mal como isso desta presidência. Isto se ficar pelas gordas e não ler a parte que revela que a maioria nem sequer sabe o que se passou em Lisboa!

Conclusões da cimeira

Os impasses e retrocessos registados na cimeira de Lisboa em relação aos principais temas em debate não impediram os doze de reafirmar, nas conclusões do encontro, a intenção de prosseguir a construção da União Europeia à luz do Tratado de Maastricht. Em traços gerais, aqui ficam as principais conclusões:

- “O Conselho Europeu sublinha a importância de ser respeitado o calendário da ratificação de modo a assegurar a entrada em vigor do Tratado (de Maastricht) em 1 de Janeiro de 1993.”

- “Considera que o acordo sobre o Espaço Económico Europeu (EEE) abriu caminho a negociações para um rápido alargamento aos países da EFTA que o solicitarem. Convida as instituições a acelerarem os trabalhos preparatórios necessários para assegurar uma progressão rápida, incluindo a preparação, antes do Conselho Europeu de Edimburgo, do quadro geral de negociação da União. As negociações oficiais iniciar-se-ão imediatamente após a ratificação do Tratado da União Europeia e a obtenção de um acordo sobre o Pacote Delors II.”

- “O Conselho Europeu discutiu os pedidos (de adesão) apresentados pela Turquia, Chipre e Malta (...) e considera que cada um deles deve ser examinado segundo os seus méritos próprios.”

- Reafirma o desejo da Comunidade de desenvolver as relações com os países do Centro e do Leste europeu no quadro dos acordos europeus para os ajudar nos seus esforços para reestruturar as suas economias e instituições. (...) A cooperação terá como objectivo apoiar os esforços destes países para os preparar para a sua desejada adesão à União.”

- “Congratula-se com o acordo para a reforma da Política Agrícola Comum, que permitirá controlar a produção e garantir os lucros dos agricultores (a pedido da Itália, procurar-se-á encontrar uma solução equilibrada para o conflito respeitante ao regime das quotas leiteiras, tendo em conta o problema que se coloca à sua aplicação em Itália).”

- “Reafirma que a coesão económica e social representa uma dimensão essencial da Comunidade. (...) Nos Estados membros cujo PNB por habitante é inferior a 90% da média comunitária será aplicado, no início de 1993, o Fundo de Coesão. (...) O efeito acumulado dos Fundos Estruturais e dos Fundos de Coesão deve sofrer um aumento que reflecta os compromissos de Maastricht.”

- “Tomará decisões sobre as várias componentes do Pacote Delors II na cimeira de Edimburgo.”

- “Concorda que devem ser dados passos claros para aumentar a transparência no processo de decisão da Comunidade e para reforçar o diálogo com os cidadãos europeus sobre o Tratado de Maastricht e a sua aplicação.”

- “Está convencido de que o desenvolvimento harmonioso da União nos próximos anos depende, num grau considerável, da estrita aplicação à legislação existente e futura do princípio da subsidiariedade por todas as instituições. Ouvido um primeiro relatório do presidente da Comissão sobre o assunto, convidou a Comissão e o Conselho a desenvolverem estudos urgentes sobre os procedimentos práticos para a aplicação do princípio a apresentar no Conselho de Edimburgo.”

- “Reafirma o firme propósito de adoptar as medidas necessárias para completar o Mercado Interno até 31 de Dezembro de 1992.”

- “Apela à preparação da convenção necessária ao estabelecimento da Europol (polícia europeia).”

- “Congratula-se com os resultados da Cimeira do Rio, principalmente com a aceitação do princípio do desenvolvimento sustentado.”

- “Sublinha que as negociações (do Uruguay Round) formam um todo e que para serem um sucesso devem abarcar resultados substanciais em todas as áreas (agricultura, acesso ao mercado, normas e disciplina). (...) Convida os negociadores da Comunidade a prosseguir o diálogo com os seus parceiros, em particular com os Estados Unidos, de modo a eliminar as divergências que subsistem e se poder concluir um acordo global antes do fim do ano.”

- “Considera que as reformas em curso (na Comunidade de Estados Independentes), para serem eficazes, devem ir a par das mudanças políticas em curso, de modo a consolidar uma sociedade aberta baseada no Estado de direito, nas liberdades individuais e no pluralismo político.”

- “Reafirma que o respeito, promoção e salvaguarda dos Direitos Humanos são elementos essenciais nas relações internacionais e, por isso, constituem uma pedra angular na cooperação e nas relações dos Estados membros com países terceiros.”

- “Exprime a sua profunda preocupação pela recente onda de violência na África do Sul (...) e apela ao reinício das negociações no quadro da CODESA (...) a fim de assegurar a passagem pacífica para uma África do Sul verdadeiramente democrática e não racista, designadamente através da formação de um governo de transição.” (...) “Insta as partes envolvidas em conflito em Moçambique a alcançarem urgentemente um acordo de paz” e manifesta a sua satisfação pelos “progressos no sentido de uma paz duradoura em toda a África Austral, nomeadamente no processo de paz em Angola, que deverá culminar com eleições gerais em Setembro de 1992.”

- “Concorda em renovar o mandato de Jacques Delors como presidente da Comissão.”

E agora os serviços postais!

No seguimento da liberalização dos serviços públicos da água, energia, transportes e telecomunicações, chegou agora a vez de a Comissão da CEE atacar os serviços postais.

Neste sentido, foi publicado há cerca de um mês um «Livro Verde» da Comissão que propõe as orientações a que deve presidir a liberalização parcial (segundo ela) dos serviços postais e tem como objectivo proporcionar durante cinco meses um debate público sobre o assunto.

O referido «Livro Verde» foi preparado em conjunto, durante dois anos, pelos serviços da Comissão que se ocupam das telecomunicações e da tecnologia da informação e pelos serviços da política da concorrência.

A Comissão de Transportes e do Turismo do Parlamento Europeu decidiu elaborar um relatório sobre o assunto e chamou a debate no passado dia 15 de Junho os comissários PANDOLFI e Sir Leon BRITTAN, ambos vice-presidentes da Comissão e responsáveis pelos serviços acima mencionados.

Os argumentos avançados pelos comissários para justificar as orientações contidas no «Livro Verde» são as habituais e não fugiram à regra. Por um lado os serviços postais são, na sua opinião, um serviço essencial para a construção do mercado interno, um domínio que abarca os interesses da «Europa dos cidadãos» e das empresas comunitárias; por outro lado, utilizando habilmente as deficiências existentes, garantiram que a situação actual não pode continuar e o objectivo é precisamente o de a melhorar e, também neste sector, a concorrência deve fun-

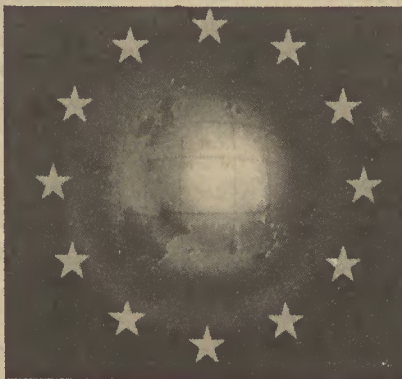
cionar tanto quanto possível e irá obrigar os serviços a serem mais eficazes, mais acessíveis, praticarem preços mais baixos, a prestarem serviços de mais qualidade com evidentes vantagens para todos — consumidores e empresas, zonas transfronteiriças e zonas desfavorecidas e serão também mais um elemento que irá favorecer a coesão económica e social.

Liberalização sem privatizar, é o lema: afirmaram não se pretende criar um serviço postal europeu único, mas tão-só harmonizar os serviços postais existentes visando melhorar a eficácia e a qualidade.

Tudo propósitos louváveis como se vê para um sector, é bom sublinhar, que representava 1,3% do PIB comunitário em 1989 e que tem tido uma taxa de crescimento de 3% a 10% por ano, significando um volume de negócios de 59 biliões d'ECUS (10 030 biliões de contos) e que emprega 1 milhão e 700 mil pessoas.

O que se encontra em jogo fica mais claro quando se sabe que o total do orçamento da CEE não pode ultrapassar hoje 1,20% do PIB comunitário e que o chamado Pacote Delors II tem tido a oposição que se conhece por propor o aumento do orçamento para 1,37% do PIB da CEE, ou seja, mais 0,17%.

Justo será dizer que vários deputados da Comissão de Transportes do PE criticaram severamente a Comissão. Em primeiro lugar, caso caricato e significativo do proposto debate público pretendido pela Comissão, nenhum deputado conhecia o «Livro Verde» nem o PE o tinha recebido, isto um mês após a sua publicação. Em segundo



lugar dá-se cinco meses para discutir propostas que levaram dois anos a preparar. Em terceiro lugar, a Comissão vai utilizar como base jurídica o Artigo 90 dos tratados, resultando que o Conselho deliberará por maioria qualificada sobre os regulamentos propostos pela Comissão, ficando o PE e o Comité Económico e Social «dispensados» de dar o seu parecer e os parlamentos nacionais nada terão a ver com o assunto uma vez que os regulamentos comunitários não estão sujeitos à sua ratificação.

Resumindo e concluindo — propõe-se que tudo o que é rentável seja aberto ao sector privado: encomendas postais, correio expresso, vendas por correspondência, mercadorias, publicidade, etc., (aliás, hoje, a nível comunitário, o sector privado já detém cerca de 40% dos serviços acima referidos).

Entretanto, um mês dos cinco destinados ao debate público já se esgotou. Será que alguém no nosso país recebeu um exemplar do referido livro?

África do Sul Democracia e Paz, dois lados da mesma moeda

«O massacre de Boipatong é um culminar trágico de políticas e práticas seguidas pelo governo do Partido Nacional», afirma Nelson Mandela em memorando dirigido a De Klerk sobre a situação de crise na África do Sul, sublinhando que «na raiz da violência está o *apartheid* e a sua herança».

Apartheid e violência — indissoluvelmente ligados como o estão também as formas de superação da situação actual. Governo de maioria e paz interna são «dois lados de uma mesma moeda» — diz ainda Mandela no memorando a De Klerk — e os brancos sul-africanos terão de aceitar que jamais haverá paz e estabilidade no país até à total aplicação deste princípio democrático.

Exigência política fundamental a que o ANC soma exigências específicas, divulgadas quando do anúncio — na sequência do massacre de Boipatong — da suspensão das negociações multipartidárias.

Entre as reivindicações avançadas então pelo ANC, em conferência de imprensa, inclui-se a criação de



A violência é inseparável do *apartheid*.

uma Assembleia Constituinte para elaboração e aprovação da futura Constituição, e estabelecimento de um governo interino e o termo de todas as operações encobertas.

Exigido foi também o desmembramento de todas as forças especiais, o julgamento do pessoal de segurança envolvido na violência e termo da opressão nos bantustões, além da reconversão dos albergues em unidades familiares, cuja segurança deverá ser moni-

torizada por estruturas multipartidárias.

A proibição do porte em público de armas perigosas — incluindo as chamadas armas culturais/tradicionais —, a nomeação de uma comissão internacional de inquérito ao massacre de Boipatong, a libertação dos restantes presos políticos e anulação de leis aprovadas «nos últimos dias» completam a lista de exigências.

O abandono das conversações e as exigências

avançadas, são acompanhadas de medidas concretas e de uma acrescida mobilização popular no sentido de se conseguir ultrapassar a situação de crise e afirmar bases sólidas para uma transição para a democracia.

«Nós, todos juntos, negros e brancos, partilhámos a responsabilidade de fazer o regime parar de lançar o nosso país para o caos e a anarquia», foi o apelo lançado pelo secretário-geral do ANC, com a garantia de que «o ANC consultará todas as formações com vista a realizar uma Cimeira para unir e mobilizar a nossa gente contra a continuada tutela minoritária branca e para a democracia».

Mobilização nacional a que naturalmente importa associar a pressão internacional. E o secretário-geral do ANC sublinha: «Agora mais do que nunca, a comunidade internacional é solicitada a compelir o regime de De Klerk a pôr fim à violência e a empenhar-se em soluções baseadas em princípios democráticos aceites internacionalmente».

OUA pede reunião do Conselho de Segurança

A organização de Unidade Africana (OUA) decidiu pedir uma reunião urgente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para analisar a questão da violência na África do Sul.

Um projecto de resolução sobre essa questão, aprovado pelo Conselho de Ministros encarregue de preparar a agenda da Cimeira da OUA, prevê a solicitação de uma reunião do Conselho de Segurança da ONU destinada a tomar todas as medidas apropriadas para pôr termo à violência na África

do Sul e permitir o reatamento das negociações.

O texto condena «a violência perpetrada contra as populações de Boipatong e outras cidades segregadas» e critica o governo de Pretória por não ter conseguido tomar medidas eficazes para pôr termo à violência.

O projecto de resolução exige que as disposições sobre essa questão sejam imediatamente tomadas e decide o envio de uma delegação ministerial para apresentar a posição de África no Conselho de Segurança.

Direitos humanos

Amnistia Internacional denuncia EUA

«O recorde de brutalidade da polícia é incrível. É um dos muitos escândalos relacionados com os direitos humanos nos Estados Unidos, que minam a sua credibilidade na promoção desses direitos internacionalmente», afirmou o secretário-geral da Amnistia Internacional, Ian Martin, em declarações proferidas em Los Angeles.

A Amnistia Internacional denuncia que a polícia de Los Angeles tem vindo a usar excessivamente da força, durante anos, sobretudo

sobre pessoas negras ou de origem latina, causando danos sérios que conduzem por vezes à morte.

«As provas sugerem que os negros e latinos são as principais vítimas da brutalidade da polícia na área de Los Angeles» — referiu o secretário-geral da organização, reportando-se a 40 casos contidos no relatório.

A análise destes casos — adiantou — mostra que o uso da força pela polícia de Los Angeles não é proporcional à ameaça colocada pelas vítimas, chegado a

assumir contornos de tortura e tratamento degradante.

A brutalidade da polícia é uma das três áreas onde se registam as maiores violações dos direitos humanos nos Estados Unidos. As outras prendem-se com a situação dos refugiados haitianos e com a pena de morte.

«São uma afronta aos direitos humanos e a todos os que, nos Estados Unidos ou noutro lado, lutam pela defesa destes direitos», disse Martin, salientando que «o governo norte-americano

pretende afirmar-se aos olhos do resto do mundo como o promotor dos direitos humanos, mas falha na protecção desses mesmos direitos no seu país».

Desde o golpe de Estado no Haiti, em Setembro, os Estados Unidos rejeitaram asilo a milhares de haitianos, que receiam a prisão, tortura e morte no seu país, numa atitude que — como denuncia a Amnistia Internacional — viola as suas obrigações internacionais.

«O escândalo da política norte-americana de rejeitar

possíveis refugiados não é que esteja a acontecer, mas que seja feito pela mais rica e poderosa nação da Terra», criticou Ian Martin.

O secretário-geral da Amnistia Internacional referiu-se ainda à pena de morte nos Estados Unidos, afirmando que as autoridades norte-americanas «não estão só a matar os seus próprios cidadãos, como matam cada vez mais e parecem querer fazê-lo tão depressa que recusam recursos».

«Os Estados Unidos es-

tão isolados dos seus parceiros europeus devido à pena de morte. Nenhum país do Conselho da Europa ou da NATO efectuou uma única execução desde as ocorridas na Turquia em 1984», declarou.

«A autoridade moral dos Estados Unidos como advogado da protecção dos direitos humanos está seriamente minada pela determinação de muitos estados norte-americanos em continuarem a matar pessoas para provar que matar pessoas está errado», conclui.

O massacre de Boipatong

Nota de imprensa do PCP

Por ocasião do massacre de Boipatong, o gabinete de imprensa do PCP divulgou uma nota que aqui reproduzimos.

«O massacre de Boipatong de patriotas sul-africanos perpetrado por bandos armados e beneficiando da cumplicidade do governo é parte integrante de um plano mais geral de desestabilização da África do Sul com vista a intimidar e aterrorizar o movimento democrático e popular no qual o ANC goza de um enorme prestígio. O poder na África do Sul tem medo que o enorme apoio popular do ANC se transformasse nas urnas numa sua estrondosa vitória e seguramente no fim definitivo do *apartheid*. Ciente de não ter o apoio do povo sul-africano e tentando impor pela força medidas que visam prosseguir o seu domínio, impedindo a constituição de um governo interino representativo de toda a África do Sul, o governo sul-africano é responsável pelo bloqueamento das conversações no quadro da Codesa e por todas as graves consequências daí decorrentes.

É, entretanto, necessário esclarecer a opinião pública portuguesa que, se de facto houve significativas mudanças na África do Sul, mantêm-se no entanto intocados todo o aparelho repressivo, os tribunais, o chamado Parlamento e as Forças Armadas.

Não está ainda sequer assegurado na África do Sul o princípio universal: um homem, um voto.

Neste contexto, e até que esteja definitivamente assegurada a transição para uma África do Sul democrática e não racial, são da maior importância todas as medidas internacionais que aliadas à luta interna do povo sul-africano pressionem o governo da África do Sul a tomar medidas que ponham cobro a tão ignominiosos crimes.

Nas vésperas da Cimeira da Presidência da CEE, e face à actual situação prevalecente na África do Sul, o PCP, que na altura se pronunciou contra o prematuro levantamento de sanções (que incentivaram as ainda poderosas forças racistas a prosseguir o terror), considera imperioso que da Cimeira saiam medidas que isolem os racistas e contribuam para que o povo sul-africano possa livremente escolher o seu futuro.

TELEGRAMA

«Ao Comité Executivo Nacional do ANC
Ao camarada Nelson Mandela

Expressamos inteira solidariedade comunistas portugueses justa corajosa luta ANC contra crimes racistas e pela completa abolição *apartheid*.

Secretariado Comité Central do
Partido Comunista Português»

Argélia

As reacções ao assassinato de Boudiaf

O assassinato de Mohammed Boudiaf, presidente da Argélia, escassos seis meses após ter assumido o poder, veio ainda agravar o já conturbado quadro político do país, onde a degradação da situação socioeconómica de há muito vem aprofundando o abismo entre população e poder, com consequente subida eleitoral dos integralistas, como se reflectiu em particular nos resultados das legislativas (anuladas) de Dezembro de 91.

As reacções dos partidos políticos na Argélia são praticamente de unânime condenação.

Ahmed Ben Bella, o primeiro presidente da Argélia, denunciou o «acto criminoso contra um dos símbolos da revolução argelina». A Frente de Libertação Nacional (FLN, ex-partido único) qualificou o atentado como «precedente perigoso para a política argelina. Os comunistas do Partido da Vanguarda Socialista exprimem, no seu comunicado, consternação e imensa dor pelo desaparecimento do «patriota ardente» e «democrata consequente», cuja morte é «uma perda irreparável para a Argélia».

Mesmo os dois principais

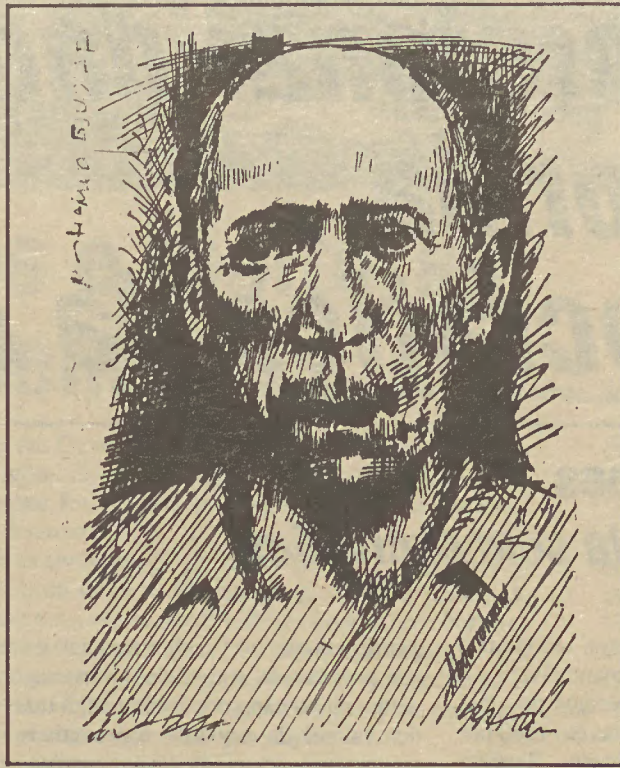
partidos integralistas argelinos após a dissolução da Frente Islâmica de Salvação (FIS) condenaram o assassinato do presidente do Alto Conselho de Estado. O Movimento pela Sociedade Islâmica Hamas afirma que «não honra o povo argelino o fim trágico que vitimou Boudiaf, um dos símbolos da gloriosa revolução argelina».

As reacções a nível mundial são de condenação. Nos países árabes, entretanto, os comentários são diferenciados, ou fica-se apenas pela notícia.

A imprensa marroquina de língua árabe e francesa deu relevo de primeira página ao atentado, mas apenas os socialistas e comunistas condenaram claramente o assassinato, considerando-o «um crime contra a Argélia, a democracia e o Magrebe».

O diário «Al Bayane» de Casablanca refere, em editorial, que foram os inimigos mais irredutíveis da democracia e do pluralismo os responsáveis pelo atentado.

No Egipto e na Tunísia, os Comités de Defesa dos Direitos Humanos, deplorando o assassinato, pedem aos povos do Magrebe que pressionem «os seus dirigentes a fim de que a marcha para a



democracia prossiga e que o respeito das liberdades seja garantido num espírito cívico e sem violência».

Entretanto, movimentos integristas como os Irmãos Muçulmanos, justificam implicitamente o atentado, como uma forma de «respeitar a vontade dos povos e fazê-la prevalecer», numa referência à anulação das

eleições argelinas. A imprensa radical iraniana qualificou de «valentes» os assassinos do presidente argelino.

Em Dacar — discursando em nome dos movimentos de libertação reconhecidos pela Organização de Unidade Africana —, Nelson Mandela considerou o assassinato como «uma tragédia nacional» para o povo argelino.

Encontro de Partidos

Na sequência do convite do PCG (da Grécia), realizou-se o 4º Encontro dos Partidos Comunistas, Operários e Progressistas do Mediterrâneo Oriental, Mar Vermelho e Próximo e Médio Oriente, em Atenas, nos dias 22 a 24 de Maio de 1992, com a participação de representantes da Frente Nacional para a Libertação do Bahrein, do Partido AKEL de Chipre, do Partido Comunista da Grécia, do Partido Comunista do Iraque, do Partido Comunista de Israel, do Partido Comunista do Sudão, do Partido Comunista Sírio e do Partido Socialista Unificado da Turquia. Representantes do Partido Socialista Búlgaro e do Partido da Refundação Comunista, da Itália, participaram no encontro, como observadores.

Durante o encontro, houve uma troca de informações e de opiniões relativamente à situação existente na região e no mundo e a formas de iniciativas comuns e à acção que poderá ser desenvolvida.

No quadro de uma larga troca de opiniões que teve lugar durante os três dias do encontro e que cobriu o mais largo leque de assuntos, os participantes constataram a rápida deterioração da situação, em detrimento das forças da paz, do progresso social e dos direitos dos povos e dos trabalhadores.

Entre as muitas questões que foram examinadas, os partidos concentraram a sua atenção na situação que se

tem vindo a criar na região, após a Guerra do Golfo e a dissolução do campo socialista e do Pacto de Varsóvia, tal como na exacerbação das diferenças entre as potências imperialistas na Europa, Ásia e América. As repercussões que estas mudanças têm tido nos domínios social, económico e político nos países da região e mais em geral foram analisadas mais especificamente.

Os participantes discutiram exaustivamente os problemas agudos do Médio Oriente, do Mar Vermelho, do Mediterrâneo, da área do Golfo e dos Balcãs, tal como as questões relativas à luta dos povos da região pela salvaguarda, obtenção e alargamento dos seus direitos democráticos.

Verificou-se que, contrariamente à exigência popular universal de dissolução de todos os blocos militares, a NATO está a alargar a sua esfera de acção, enquanto a União da Europa Ocidental está a ser de novo estruturada.

As contradições e os problemas dramáticos que o capitalismo está a criar na nossa região foram apontados, tal como a resistência oposta pelos trabalhadores e pelos povos da região em geral.

O agravamento das condições económicas e sociais de camadas extremamente largas dos trabalhadores em

vários países da região, a exacerbação da crise económica e o excessivo endividamento de países na região tal como as dimensões ameaçadoras que os problemas ecológicos estão a adquirir, foram igualmente constatados.

Os participantes trocaram opiniões e esclareceram vários aspectos dos desenvolvimentos nos países ex-socialistas e na URSS e as suas razões.

Foi salientada a necessidade de prosseguir e aprofundar o diálogo. Os participantes manifestaram preocupação com o agravamento dos problemas económicos nestes países e com as sérias violações dos direitos humanos e das liberdades democráticas de centenas de milhares dos seus cidadãos.

Foi geralmente entendido que estas novas condições demonstram a incapacidade do capitalismo de dar solução às aspirações dos povos. Os partidos sublinharam a necessidade do reforço da luta por reivindicações económicas e sociais dos trabalhadores, tal como por uma mais ousada e persistente promoção dos ideais do socialismo e dos valores libertadores dos comunistas, movimento operário, patriótico e progressista em geral.

Os participantes salientaram o significado do encontro e a necessidade de tais encontros se realizarem também no futuro, com pleno respeito da autonomia e da

independência de cada partido.

Foi acentuada a necessidade de intensificarem os seus esforços para a realização de um diálogo e de iniciativas comuns com as mais largas forças patrióticas, de esquerda, democráticas nacionais, ecológicas e progressistas em geral.

Os participantes do encontro acordaram em:

- Desenvolver mais a sua cooperação bilateral e multilateral;

- Promover a formação de grupos de trabalho conjuntos abertos a professores especializados e a outros progressistas com vista ao estudo de temas de interesse comum;

- Fazer todos os esforços com vista a contactos de cooperação e iniciativas comuns na região com todas as forças acima referidas;

- Desenvolver a solidariedade com os comunistas e outras forças democráticas que tenham como objectivo o socialismo, assim como com outras forças progressistas que defendam as liberdades democráticas, os direitos humanos e as regalias sociais nos países ex-socialistas e na ex-URSS;

- Fazer todos os esforços possíveis para reforçar a solidariedade com Cuba e com as lutas dos povos cipriota e palestino e com todos os povos em luta pela democracia, independência nacional, autodeterminação e progresso social.

BALCÃS

Cerca de 5000 pessoas manifestaram-se no centro de Atenas contra a guerra nos Balcãs a convite da Conferência Geral dos Trabalhadores Gregos, movimentos pacifistas e sindicatos afectos ao Partido Comunista Grego.

Os manifestantes desfilarão durante duas horas no centro da capital grega até ao parlamento gritando «Não à guerra», «Sim à vida e civilização» e «Não a mais sangue nas Balcãs».

Gritaram também palavras de ordem contra as bases militares dos Estados Unidos e NATO como «Bases norte-americanas fora da Grécia» e «Grécia fora da NATO».

ANTI-MAFIA

Mais de 100 mil pessoas concentraram-se em Palermo para homenagear a memória do juiz Giovanni Falcone, morto num atentado ocorrido há um mês nesta cidade italiana, e exigir que o país se liberte da Mafia.

Cinco cortejos desfilarão na cidade, reunindo manifestantes oriundos de toda a Itália em resposta a um apelo dos sindicatos.

Um dos cortejos era formado por militantes sindicais chegados à cidade em 14 voos charter, um outro partiu do porto, com as pessoas transportadas em quatro barcos de Génova, Livorno e Civitavecchia.

O terceiro cortejo reuniu os manifestantes que chegaram de autocarro, enquanto o quarto partiu da estação ferroviária, à qual chegaram inúmeros comboios especiais.

O quinto cortejo reuniu os manifestantes da Sicília, calculados pelos organizadores em mais de 50 mil.

TIMOR

A Conferência de «mayors» dos Estados Unidos, reunida em Houston, Texas, aprovou uma resolução de apoio à solução do conflito de Timor-Leste, prevendo a autodeterminação do seu povo.

A resolução foi submetida pelo presidente da Câmara de San Leandro, Califórnia, o «mayor» Dave Karp.

Na resolução, a Conferência dos «mayors» exorta o presidente Bush e o Congresso dos Estados Unidos a apoiarem a imediata introdução na Assembleia Geral das Nações Unidas de uma resolução que ordene à comissão dos direitos humanos a designação de um relator especial para o conflito de Timor-Leste.

A sua missão será a de ajudar a encontrar uma solução para o conflito e garantir a autodeterminação do povo de Timor-Leste.

ANGOLA

O presidente angolano, José Eduardo dos Santos, disse que pretende o lançamento, juntamente com líderes independentistas cabindas, de «bases para o entendimento» e extensão da paz ao enclave.

A afirmação foi feita por José Eduardo dos Santos, numa declaração pública, na recepção, no complexo presidencial do Futungo, ao líder independentista Luís Ranque Frank, co-fundador nos anos 60 da Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC).

O governo angolano está de «espírito aberto, pronto para analisar tudo, discutir franca e abertamente» o problema do enclave, disse.

José Eduardo dos Santos afirmou que angolanos e cabindas são «irmãos» com as mesmas «raízes», que na sua história tiveram «sempre alguém que (os) tentou dividir».

CHECOSLOVACOS

Os checoslovacos, 47 por cento na República Checa e 37 por cento na Eslováquia, são favoráveis à manutenção da federação ou de um Estado comum, segundo uma sondagem publicada em Praga.

Na Eslováquia, 31 por cento mostraram-se favoráveis à criação de uma confederação e 18 por cento à constituição de dois Estados independentes, revela a sondagem, realizada depois das eleições de 5 e 6 de Junho, pelo Instituto de Pesquisa de Opinião Pública junto de um grupo representativo de 1252 pessoas.

Na República Checa, o número de apoiantes de uma divisão do país em dois Estados independentes duplicou no espaço de um mês e totaliza 13 por cento.

Entretanto, 21 por cento preconizam uma República Federal do tipo alemão (contra 6 por cento na Eslováquia) e 5 por cento apenas uma confederação, fórmula de união defendida pelo líder eslovaco Vladimir Meciar, mas considerada como «impraticável» e equivalente a uma partilha de facto do país pelo líder checo Vaclav Klaus.

Colóquio da CDU defende proporcionalidade e reforma democrática da AR

Avelãs Nunes
Democracia sem exclusões

António Avelãs Nunes recordou a denúncia do «fascismo amigável» e a prevenção contra os perigos do «fascismo de mercado» feitas em 1980 por dois professores americanos, Bertram Gross e Paul Samuelson, para salientar a sua pertinência no nosso país, cujo primeiro-ministro tem em Thatcher e em Reagan ídolos reconhecidos.

Lembrou os vários ataques de que tem sido alvo a democracia portuguesa, tanto no plano económico, como no plano social e cultural e mesmo no plano da democracia política. Concretamente, os projectos de alteração das leis eleitorais constituem sérias ameaças aos valores essenciais da democracia representativa e da democracia participativa, tal como as configura a Constituição da República Portuguesa.

Defendeu que os democratas reunidos na CDU não podem deixar de assumir a construção da democracia

política como um valor essencial do seu projecto de sociedade. O sistema democrático não pode limitar-se, à luz dos valores da esquerda, a permitir o apuramento de quem deve governar, antes deve constituir um sólido instrumento de legitimação das pessoas e dos órgãos que exercem o poder político em nome do povo e que, por isso, não pode ser um sistema excluyente da representação de frações importantes da população. O argumento da governabilidade é um argumento equívoco e perigoso que, no limite, justificaria - e historicamente justificou - todas as ditaduras. Ele não pode justificar a bipolarização - que é necessariamente exclusão da participação de grande percentagem dos portugueses nos órgãos da democracia representativa - e muito menos um esquema - injustificável a todas as luzes! - que permita a um partido conjuntamente mais forte perpetuar-se no poder.

DEMOCRACIA POLITICA E LEGISLAÇÃO ELEITORAL

A preservação e consolidação do sistema de representação proporcional e a reforma democrática do parlamento emergem como as duas principais conclusões do encontro-colóquio sobre democracia política e legislação eleitoral que a comissão coordenadora da Coligação Democrática Unitária realizou no domingo num hotel de Lisboa.

O primeiro painel da iniciativa teve por tema a lei eleitoral para a Assembleia da República. O moderador foi o professor Avelãs Nunes, que fez uma breve intervenção de abertura do colóquio. Para este painel prepararam comunicações Raul Castro, dirigente da Intervenção Democrática (sobre controlo do poder e democraticidade das eleições), Carlos Brito, da Comissão Política do PCP (a aproximação de eleitos e eleitores e a reforma democrática do parlamento), João Amaral, deputado do PCP (governabilidade e representatividade), e Luís Sá, da Comissão Política do PCP (delimitação arbitrária de círculos e engenharia eleitoral para perpetuação da maioria).

O painel da tarde foi moderado por José Casanova, da Comissão Política do PCP, que fez a intervenção de encerramento da iniciativa. Entrevieram Luís Catarino, da ID (sobre o voto dos emigrantes nas eleições presidenciais), a deputada comunista Odete Santos (listas de cidadãos independentes para os órgãos municipais), Jorge Cordeiro, do Comité Central e da DORL do PCP (a formação de executivos municipais e a limitação de mandatos de presidentes e vereadores), e Demétrio Alves, da DORL do PCP e presidente da CM de Loures (o voto de estrangeiros nas autárquicas).

Neste número do «Avante!» publicamos as intervenções de Carlos Brito e Luís Sá, bem como as de Avelãs Nunes e José Casanova. Em próxima edição incluiremos contributos de outros participantes no encontro-colóquio da CDU.



A aproximação de eleitos e eleitores e a reforma democrática do parlamento

• Carlos Brito — Membro da Comissão Política do PCP

1. A aproximação de eleitos e eleitores tem sido o argumento mais insistentemente esgrimido pelos que advogam uma urgente e profunda revisão das leis eleitorais, em especial, da lei eleitoral para a Assembleia da República.

Creio que, na maior parte dos casos, é também o argumento mais hipócrita, que não tem nada a ver com o verdadeiro objectivo de quem o invoca.

A meu ver a separação entre eleitos e eleitores existe efectivamente e é um dos problemas do funcionamento da nossa democracia e, como se torna cada vez mais evidente, da generalidade das democracias ocidentais.

Entre nós creio que foi sempre sentido tanto no pólo dos eleitos, como no pólo dos eleitores, muito mais neste último, tornando-se, por isso mesmo um motivo aliciante de demagogia.

É muito duvidoso que esta questão tenha solução ou possa sequer ser atenuada pela via das alterações das leis eleitorais. Em abono deste ceticismo, milita a situação existente, como se referiu, na generalidade das democracias ocidentais com os mais diversos sistemas eleitorais (maioritários ou proporcionais) onde o fenómeno se manifesta em proporção muito mais aguda que entre nós.

Além disso as soluções teóricas preconizadas pelos nossos reformadores eleitorais, com poucas excepções, vão no sentido de condicionar ou atenuar a aplicação do princípio da representação proporcional, quando não preconizam, mais ou menos abertamente, a sua eliminação e substituição por modalidades do sistema de representação maioritária devidamente disfarçadas, para não colidirem com os limites materiais de revisão da Constituição da República.

Ora a ciência política ensina (Maurice Duverger e Douglas Rae) que estas soluções produzem, ao menos tendencialmente, resultados conhecidos, tais como, o favorecimento de maiorias de governo, a acentuação da bipolarização, a potenciação do resultado do principal partido, a penalização da representação dos partidos mais pequenos.

Provenham do campo do Governo ou do PSD, provenham do campo do PS ou até de «cientistas» universitários, o que visivelmente está na mira das reformas propostas são estes egoístas objectivos político-partidários e não os generosos anseios de aproximação entre eleitos e eleitores.

É isto mesmo que ficou inequivocamente demonstrado pela análise das propostas e anteprojectos apresentados pelo Governo de Cavaco Silva (na anterior legislatura e na presente), bem como os textos preparados pelo PSD e o PS nos tempos do «bloco central».

Da banda universitária é o prof. Gonçalves Pereira que reconhece:

«Por mim tenho desde 1983 insistido em que "o sistema eleitoral é a chave do sistema do governo".

O argumento de aproximação de eleitos e eleitores reveste ainda mais chocante hipocrisia em face da prática, que os dois principais partidos - PSD e PS - impuseram às campanhas eleitorais para a Assembleia da República.

A extrema personalização das campanhas nos principais líderes partidários, a prática transformação das eleições parlamentares na escolha do Primeiro-Ministro e do Governo submergem quase completamente os candidatos a deputados e a relação entre estes e os eleitores.

Esta prática assumiu, talvez, as mais absurdas proporções na carta-apelo que Cavaco Silva dirigiu aos eleitores nas eleições de 6 de Outubro passado.

O líder do PSD que encheu quase duas páginas sem nunca usar as palavras deputados ou Assembleia da República, o que institucionalmente estava em jogo nas eleições, remata coerentemente com o apelo:

«Peço-lhe por isso que não deixe de votar nas próximas eleições, nas quais vão ser escolhidos o Primeiro-Ministro e o Governo de Portugal para os próximos quatro anos».

Depois disto e em face do resultado das eleições, como é que Cavaco Silva não há-de estar convencido de que foi ele o único eleito e que os deputados do PSD só entraram na AR porque estavam na lista que ele patrocinou.

Esta não pode ser a via da aproximação dos deputados com os eleitores, muito pelo contrário é a que remete os

deputados para o anonimato e a indignificação e que reduz, pelo menos em termos eleitorais, a sua relação com o eleitorado a uma mediação feita, em exclusivo, pelo Primeiro-Ministro ou o principal líder partidário.

Assinale-se, que é já reconhecido, que a crise das instituições e dos próprios partidos políticos que alastra no mundo ocidental não é alheia à persistência, ao longo dos anos, destas práticas de extrema personalização, nos chefes máximos, das relações de voto e confiança e do exercício do poder.

O prestígio e os preconceitos na imagem do Parlamento

2. No nosso país, a questão da relação de eleitos e eleitores é, também, influenciada negativamente pelo défice de prestígio e até por arraigados preconceitos que afectam a instituição parlamentar.

Esta situação tem causas que se prendem com a contemporaneidade da nossa vida política e tem razões históricas.

Falando destas últimas podemos distinguir três períodos:

O primeiro, o da monarquia constitucional, quase sempre sob a vigência da Carta e dos seus actos adicionais. O parlamento tinha mais poderes aparentes que reais, pois, estava cercado pelo Rei, com poder executivo e moderador, pelo Governo e por outra Câmara - o Senado - de nomeação régia.

Sem capacidade de intervenção autónoma, com curtos períodos de actividade anual, podendo a todo o tempo ser dissolvido pelo monarca, o parlamento tornou-se o bode expiatório dos desmandos do poder, incluindo os da família real. Os deputados tornaram-se o símbolo do carreirismo, do oportunismo da incoerência e de todos os piores vícios do sistema.

A melhor literatura do século passado foi implacável para com estes deputados. Estigmatizou ou ridicularizou alguns representantes da espécie com tão expressiva contundência que as suas marcas persistem vivas na cultura e na consciência nacionais.

É o Calisto Eloi de Barbuda de «A Queda de um Anjo» de Camilo que iniciou a vida parlamentar com «virtuosas parvoíceas» e acabou por «baquear nos braços da sedutora ligéngua de Leão».

É o conselheiro Manuel Berardo de Mesquita de «A Morgadilha dos Canaviais» de Júlio Dinis que reconhece que as lutas partidárias o obrigaram a trair os ideais.

É o Gonçalo Mendes Ramires, de «A Ilustre Casa de Ramires» de Eça de Queirós, «que pela baixa cobiça de uma cadeira em S. Bento, abatera a única muralha segura entre a irmã e o homem da marrafa luzente».

Esta imagem perdurou e fez esquecer os dignos tribunos do vintismo e do início do setembrismo e ilustres parlamentares da época, como José Estevão e Almeida Garrett.

O segundo período é o da primeira República. Com a instauração da democracia parlamentar, em 5 de Outubro de 1910, pareciam estar reunidas as condições para a reabilitação e a dignificação das Câmaras e dos deputados. Não aconteceu assim apesar da grande qualidade dos maiores nomes da República. O regime parlamentar degenerou frequentemente em delírio parlamentarista, onde cresceram os rancores e ódios partidários e interpartidários intransponíveis, o verbalismo vazio e até as cenas de pugilato.

Teixeira-Gomes escreveu a propósito, no princípio dos anos vinte:

«O nosso principal mal não está no câmbio, está nos partidos republicanos que se não entendem e não se conhecem para executar um plano mínimo de administração. É a quanta actividade e inteligência perdidas nesse fervilhar de intrigas, de desordem e de jogatina».

A proverbial instabilidade governamental que caracterizou os dezasseis anos da primeira República (a média de

duração dos Governos foi de quatro meses) teve complexas causas políticas, económicas e sociais. A propaganda antiparlamentar fez, no entanto, do parlamento o responsável por tal desatino.

Esta observação dá passagem natural para o terceiro período, o da ditadura fascista. Segue-se meio século de opressão com a supressão de todas as liberdades e frenética campanha antidemocrática. O antiparlamentarismo é um dos principais argumentos para combater a democracia. O parlamento é apresentado a sucessivas gerações como um lugar de desvario e perdição das pátrias.

Apesar disto, após o 25 de Abril, o nosso povo votou com entusiasmo e em massa nas eleições para as assembleias representativas - a Constituinte e depois nas primeiras eleições para a Assembleia da República - e acompanhou com o maior interesse, numa primeira fase, os trabalhos parlamentares.

Foram as decepções acumuladas em relação à actividade da Assembleia da República, o seu envolvimento na regressão e eliminação das conquistas democráticas da revolução e na supressão de importantes avanços sociais, a par da acentuação dos privilégios dos deputados, que minaram de novo o prestígio da instituição parlamentar. Não foi difícil à propaganda antidemocrática difundir a ideia de que os deputados nada resolvem e custam caro ao país, nesta base favorecer uma nova separação entre eleitos e eleitores e fazer renascer os velhos preconceitos antiparlamentares.

Cavaco Silva, no desenvolvimento e concretização do seu projecto autoritário de poder absoluto, cavalgou e cavalgou estes sentimentos e preconceitos. Numa primeira fase quando ainda não tinha a maioria absoluta, como justificação da guerrilha institucional com a Assembleia e para responsabilizar por todos os falhanços da sua política. Na segunda fase, já com a maioria absoluta, para justificar a governamentalização da Assembleia e a sua tutela sobre os deputados, que tem a tradução mais expressiva na instauração no sistema das multas, primeiro só para os deputados do PSD e que agora pretende generalizar a toda a Câmara.

A aproximação de eleitos e eleitores, no que se refere à instituição parlamentar, é acima de tudo uma questão de adequação da política, da actividade e do funcionamento da Assembleia da República à situação e aos problemas do país e de atribuição de reais poderes aos deputados com consequente responsabilização.

A via para tentar esta adequação é a da reforma democrática do parlamento, só realizável nas condições de um outro poder e de uma outra política, o que exorta, naturalmente, a lutar por uma alternativa à situação presente.

Intervir, fiscalizar e aproximar-se do País

3. A reforma democrática do parlamento implica que a actividade e o funcionamento da Assembleia da República sejam reforçados em três direcções simultâneas: a intervenção política; a competência fiscalizadora; a relação com o país.

Uma tal reforma pressupõe também que aumentem e não diminuam os institutos regimentais que não estão na dependência do voto da maioria ou dos critérios do Presidente. (A importância fundamental deste aspecto não é geralmente compreendida pelos teorizadores universitários que não têm experiência concreta da vida parlamentar.)

Aplicando estas exigências e pressupostos às propostas do PSD para o que chama a reforma do parlamento (neste momento em debate acelerado com as de outros partidos na Comissão respectiva da Assembleia da República), creio que, apesar dos apelos ao consenso e outras formas de doce mamar em que agora se multiplicam os deputados laranja, só se pode concluir que o que o PSD propõe não é uma reforma democrática, mas uma reforma antidemocrática do parlamento.

Não temos tempo, nem será este o lugar para proceder a uma análise minuciosa desta matéria. Apenas algumas breves observações sem nunca perder de vista que tratamos das relações entre eleitos e eleitores.

A primeira refere-se à intervenção política da Assem-

bleia. A observação é esta: a intervenção política da Assembleia será sempre gravemente diminuída se houver, como o PSD propõe, uma grande redução do número de reuniões plenárias, mesmo que se introduzam no Regimento novas figuras para debates mensais sobre a situação política ou anuais sobre o estado da nação. O que dói ao Governo e é verdadeiro acto fiscalizador são as intervenções políticas em cima dos acontecimentos e inesperadas. Com os pomposos debates previstos e preparados pode o Governo bem e a sua maioria ainda melhor.

A segunda observação refere-se à competência fiscalizadora. Em vez de acentuar-la, o PSD propõe-se reduzi-la, desde logo limitando drasticamente as matérias que podem ser objecto de inquérito parlamentar. Mas também não dá saída às propostas da oposição, especialmente do PCP, para uma profunda reforma do ineficaz e solenote instituto das perguntas ao Governo, que pela sua brandura causa espanto aos deputados estrangeiros quando dele tomam conhecimento. Não abre tão-pouco para um maior acompanhamento por parte da Assembleia do processo de integração europeia, mesmo nas áreas que são da sua directa competência.

A terceira observação refere-se à ligação da Assembleia ao País. Neste ponto é especialmente significativo que o PSD, em vez de melhorar, queira degradar o instituto das petições, limitando a sua apreciação pelo plenário.

A quarta observação refere-se aos poderes dos deputados. Actualmente, o único poder irrestrito dos deputados são os requerimentos ao Governo. Poderia ser uma importante forma de intervenção e fiscalização, compreendido como perguntas escritas dos deputados e como expressão da relação destes com os eleitores e o País. O instituto está completamente degradado pelo Governo, que responde tarde e a más horas e pode até pura e simplesmente não responder.

Tem sido insistentemente defendido pelos partidos da oposição, em especial pelo PCP, que se estabeleça um prazo mínimo dentro do qual o Governo seja obrigado a dar resposta. Seria um bom passo em frente, mas, naturalmente, insuficiente porque o Governo é relapso. Sugiro por isso que, para se reabilitar este poder dos deputados, seja instaurado um sistema de multas pecuniárias aos membros do Governo, incluindo o primeiro-ministro, pelos atrasos na resposta aos requerimentos. Seria o equivalente às multas aos deputados. É a linguagem que o Governo entende.

Entretanto, ao mesmo tempo que reduz a intervenção política, a competência fiscalizadora e a ligação ao País da Assembleia, o PSD propõe também aumentar o campo e o poder de intervenção do Governo nos trabalhos parlamentares e alargar os poderes discricionários do presidente da Assembleia na sua condução.

Uma reforma contra o Parlamento

Por estas breves anotações se pode ver que a chamada reforma que celementemente se prepara na Assembleia não vai no sentido de promover a aproximação de eleitos e eleitores, vai no sentido oposto. Inserir-se no processo de perverção da democracia política em que integra também a grande operação para a revisão de todas as leis eleitorais e que visa como objectivo essencial assegurar a dominação do poder político por um único partido - o PSD - e por um único chefe - Cavaco Silva.

A compreensão do perigo e da dimensão deste projecto é essencial para que se mobilizem as consciências e as energias para lhe dar combate.

Em conclusão:

Quanto à questão da aproximação entre eleitos e eleitores, o que julgo poder concluir, depois desta digressão pelo passado e o presente, é que, em termos da lei e da prática eleitorais, ela se degradaria ainda mais se fosse abandonado ou limitado o sistema de representação proporcional. Mas este só por si não chega para melhorar essa relação. É necessário adequar a Assembleia ao País e dar mais poder e responsabilidade aos deputados, através de uma reforma democrática do Parlamento.

**DEMOCRACIA
POLÍTICA
E LEGISLAÇÃO
ELEITORAL**

Repartição em círculos eleitorais

- o risco do esvaziamento da proporcionalidade

■ **Luis Sá** — Membro da Comissão Política do PCP

Para que um sistema eleitoral seja proporcional não basta usar uma fórmula matemática proporcional na conversão de votos em mandatos. É necessário que um conjunto de factores de outra natureza permitam que o resultado seja efectivamente proporcional, com destaque para a dimensão dos órgãos a eleger e, sobretudo, da divisão em círculos eleitorais.

A última revisão da Constituição reduziu o número de deputados de 250 para 230 a 235 e a lei eleitoral fixou-os em 230.

Vale a pena recordar aqui a comparação entre o número de eleitores que corresponde a cada mandato existente em Portugal e em alguns outros países: a relação era de um deputado por 23 220 eleitores na Suécia, um por 25 193 na Noruega, um por 25 567 em Israel, um por 27 743 na Dinamarca, um por 29 503 na Grécia, um por 40 743 na Áustria, um por 45 977 eleitores na Bélgica, etc. Em Portugal era de um por 40 000 antes da última alteração constitucional e legal e passou a um por cerca de 43 500 depois desta. Torna-se evidente que não foi o excessivo tamanho da Assembleia da República que determinou esta redução de deputados, se tivermos em conta a experiência de outros países, sobretudo de dimensão semelhante à de Portugal. A razão é outra: a redução da Assembleia (conjugada com a divisão em círculos) visou favorecer os partidos que estabeleceram o acordo de revisão constitucional como se conclui da análise de quem é mais beneficiado e mais prejudicado com tal alteração.

Em resumo: a dimensão das assembleias a eleger não é uma questão isenta de consequências políticas e eleitorais, designadamente na configuração dos sistemas partidários e na (des)igualdade de oportunidades dos partidos políticos.

A «engenharia eleitoral»

Quanto à divisão em círculos para favorecer quem opera a divisão, a questão é já muito antiga.

Em 1842 o governador Elbridge Gerry dividiu o estado de Massachusetts de tal forma que deu origem a uma nova expressão para designar este tipo de operações: gerrymandering. Para a mesma prática, os franceses usam a expressão découpage. Num caso ou noutro, trata-se de favorecer artificialmente as possibilidades de candidatura de quem decide da operação, à custa da justiça e da razoabilidade.

Esta operação tem sido posta frequentemente em prática em muitos países. Foi também tentada em Portugal. Como exemplo mais recente recorde-se a proposta de lei eleitoral do Governo PSD apresentada em Maio de 1990 e retomada agora, no início da nova legislatura.

Verificou-se historicamente uma prática associada com frequência à repartição em círculos eleitorais: a adopção de critérios que não são objectivos de repartição dos deputados pelos círculos. São muitos os exemplos históricos nesta matéria em vários países. Citaremos, por parecer particularmente expressivo a situação da Inglaterra em 1831: cidades como Birmingham, Leeds ou Manchester com concentrações de operários não tinham deputados, enquanto o círculo de Old Sarum com sete eleitores tinha dois deputados e Dunwich tinha um eleitor e um deputado. Também em 1958 em França a repartição em círculos, associada ao sistema eleitoral, teve manifestamente o objectivo de favorecer a direita e, acima de tudo, prejudicar os comunistas. A delimitação das circunscrições eleitorais teve invariavelmente por objectivo (e, nesse sentido, foram mesmo enviadas instruções aos perfeitos), diluir as zonas de influência operária e de esquerda em círculos com uma parte significativa rural e de influência de direita. Em 1958 estes, com 3 882 240 votos tiveram 10 lugares, enquanto que os Gaullistas tiveram 189 deputados com 3 603 958... Em geral, a ruptura da divisão em círculos eleitorais com a divisão administrativa do País pode ser perigosa, por abrir caminho à construção de círculos ao sabor dos interesses de quem procede à divisão.

Tem sido frequente também reduzir muito as circunscrições eleitorais, de modo a restringir a aplicação da forma proporcional. Com efeito, em círculos pequenos esta fórmula tem uma aplicação restrita. Em Portugal, por exemplo, nas eleições para a Assembleia da República de 1987 o PS obteve 15,4% dos votos no círculo eleitoral de Évora (quatro lugares) e não elegeu nenhum deputado; a CDU obteve 15,9% no círculo eleitoral da Europa (dois lugares) e também não elegeu. É evidente que, se se multiplicarem círculos com escasso número de deputados, o princípio da proporcionalidade pode ter

uma aplicação muito escassa, ficando instituída na prática uma verdadeira cláusula-barreira.

Por vezes chega-se ao extremo de pretender que é compatível com o princípio da representação proporcional a existência de círculos uninominais. Foi o que aconteceu com a Região Autónoma da Madeira em que a respectiva Assembleia Regional aprovou uma proposta de lei, posteriormente aprovada também pela Assembleia da República, que pretendia alterar o sistema eleitoral em termos que conduziriam a instituir três círculos uninominais num total de onze. Este decreto da Assembleia da República foi sujeito ao Tribunal Constitucional que se pronunciou pela sua inconstitucionalidade (acórdão nº 183/88, D. da República, I, 18-8-1988).

Há autores reputados que consideram que 6 ou 7 é o limite mínimo para que haja proporcionalidade, ou quem afirma que «só a partir de circunscrições ou círculos eleitorais de média dimensão (=6-10 lugares ou mandatos) o sistema proporcional desenvolve todas as suas potencialidades». Neste aspecto, parecem conclusivos estudos como o já clássico de Douglas Rae. Mesmo assim, num país com círculos de média dimensão apenas, um partido com uma distribuição uniforme de votos e com perto de 10% de votos poderia não obter representação parlamentar. Os círculos eleitorais introduzem, assim, verdadeiros graus de proporcionalidade de um sistema, podendo conduzir à sua forte redução ou mesmo prático desaparecimento.

Com a redução do número de deputados que decorre da lei da revisão constitucional de 1989, passou-se em Portugal para oito círculos com menos de seis deputados e dois círculos de seis. Caso viesse a ser criado um círculo nacional e trinta círculos com área igual aos actuais distritos ou a parte deles, como consta da proposta de lei apresentada pelo Governo do PSD em Maio de 1990 e do projecto do actual Governo PSD passariam a existir catorze círculos com menos de seis deputados e dois círculos de seis deputados. É difícil não colocar questões de constitucionalidade nesta situação. Note-se, como expressão deste facto, que o CDS, com 4% de votos em 1991 não elegeu um só deputado nos círculos distritais ou de desdobração de distritos, com excepção do círculo da cidade de Lisboa, e o PSN não elegeu nem nos círculos locais nem mesmo no nacional.

As «cláusulas-barreira»

Está aí colocada uma questão central: a Constituição proíbe as chamadas cláusulas-barreira, mas com o círculo

nacional de apenas 30 deputados cria-se uma cláusula-barreira não explícita, que obriga a cerca de 3% para eleger um deputado. São conhecidas cláusulas-barreira menores no mundo...

Em resumo, o tamanho das Assembleias (ou o número global de lugares a eleger) influi no número de lugares de cada círculo e, desta forma, influi também no alcance da aplicação do princípio da representação proporcional. A existência de um número significativo de círculos com um número global relativamente reduzido de mandatos afecta quase sempre a proporcionalidade.

O problema da dimensão dos círculos pode ter consequências tão vastas que ultrapassem ou igualem outros elementos do sistema eleitoral. A título de exemplo, as percentagens de votos exigidas em 1991, nas eleições para a Assembleia da República para obter mandatos, ultrapassaram os 20% de votos em Portalegre, situaram-se entre os 10 e os 20% em Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Guarda, Viana do Castelo, Vila Real, Açores e Madeira, entre os 5% e os 10% em Aveiro, Braga, Coimbra, Faro, Leiria e Viseu e só ficaram abaixo dos 5% em Lisboa, Porto e Setúbal. Isto é: um círculo acima dos 20%, 9 entre 10 e 20%, 9 entre os 5 e os 10% e três abaixo dos 5%. Este exemplo, entre tantos que existem por esse mundo fora, mostram que a divisão em círculos e a redução do número de deputados de cada círculo podem ser elementos passíveis de desvirtuar quase totalmente a natureza proporcional de um sistema eleitoral.

No mesmo sentido, um especialista espanhol afirma mesmo que sistemas eleitorais classificados como «proporcionais» em primeira aproximação podem acabar por ser colocados entre os definidos como maioritários, «como sucede concretamente no caso espanhol» (Josep M. Vallés).

Seja como for, os critérios de repartição dos deputados pelos círculos eleitorais são importantes. As soluções a adoptar raramente são isentas de consequências.

As proporcionalidades

Há outras situações que parecem basear-se em critérios objectivos mas que, na realidade, distorcem e diminuem a proporcionalidade. É o que acontece nos casos em que os círculos têm um número muito desigual de eleitores (ou habitantes) e em que é atribuído um número determinado de mandatos a um círculo pelo simples facto de o ser. Em Espanha, por exemplo, são atribuídos dois lugares a cada província (por vezes de dimensão muito reduzida) e só os restantes são repartidos por todas. Nos Açores são atribuídos dois deputados por ilha e mais um por cada 7500 ou fracção superior a 1000. Assim, um deputado da ilha do Corvo representa 149 eleitores, e um deputado de S. Miguel 5046 votos (números da eleição de 1988)...

A poucos meses das eleições regionais dos Açores e da Madeira, vale a pena recordar que nos Açores só há dois círculos com mais de quatro deputados e que na Madeira se verifica também uma estranha «proporcionalidade», em que dois círculos são uninominais, três têm dois deputados, dois têm três deputados e só um ultrapassa a exigência de um limiar mínimo de proporcionalidade. Quem gritou que havia «défice democrático» na Madeira, «esqueceu-se» desta questão, talvez porque julga assim fabricar uma bipolarização, prejudicando o PCP, mas acabando por gerar sistemas de partido dominante, em que a alternativa democrática é dificultada também por via eleitoral.

O princípio «one man, one vote, one value» pode ser, em resumo, seriamente posto em causa através da escolha dos critérios de distribuição dos mandatos pelos círculos.

O círculo nacional só será admissível, por tudo o que foi exposto, se tiver dimensão suficiente para não penalizar partidos com o mínimo de expressão eleitoral. Por outro lado, implicando o círculo nacional a redução do número de deputados dos círculos locais, é necessário introduzir mecanismos de recuperação dos votos que não elegeram deputados nestes círculos, de modo a serem tidos em conta no círculo nacional.

Finalmente, a divisão em círculos não será arbitrária se respeitar a divisão administrativa. Se hoje tem que respeitar o distrito, no futuro teria que respeitar a divisão regional, quando finalmente forem instituídas as regiões administrativas que tanto tardam.

Não estando nós fechados a alterações de círculos eleitorais nos termos expostos, rejeitamos no entanto que a repartição em círculos seja utilizada para esvaziar a proporcionalidade e para, com o falso pretexto da estabilidade, inviabilizar a alternativa democrática que se impõe em Portugal.

José Casanova

Alargar o debate reforçar a CDU

«O debate aqui travado hoje confirmou e revelou a força e a dimensão da ofensiva contra a democracia política e sublinhou a necessidade de uma resposta firme e determinada dos democratas portugueses.

(...) As várias intervenções produzidas deixaram claro, através de múltiplos exemplos, o conteúdo e os caminhos percorridos por essa ofensiva. Confirmou-se que a destruição do SEE, da reforma agrária e de outras conquistas vem acompanhada de fortes ataques e limitações às liberdades e direitos dos cidadãos e dos trabalhadores. Salientou-se o significado da crescente autodesresponsabilização do Governo em relação a grandes questões sociais; sublinhou-se a gravidade do projecto de revisão da lei da greve, o atentado à liberdade de informação contido no projecto de lei do PSD sobre o segredo de Estado, as perversidades da chamada reforma do parlamento, as concepções subjacentes ao processo de censura ao livro de José Saramago; para além de todo um conjunto de situações exemplificadoras do conceito de democracia do Governo do PSD: acordo de Schengen, «lei dos feriados», condecorações a pides por relevantes serviços prestados à pátria. E debatemos profundamente a problemática da alteração de toda a legislação eleitoral - exemplo flagrante do conteúdo da ofensiva contra a democracia política.

(...) Constatámos que esta ofensiva tende à configuração, à criação de um determinado regime político, no qual a

democracia política apareceria brutalmente amputada, um regime político que um dos intervenientes no debate definiu de «totalitarismo de epiderme democrática».

(...) Uma questão importante que se nos coloca é a de darmos continuidade a este debate, multiplicando esta iniciativa por outras regiões do País, procurando envolver no debate sobre esta matéria muitos mais democratas e assim reforçando a acção contra as alterações às leis eleitorais.

(...) Estando nós a cerca de ano e meio das eleições autárquicas, é indispensável uma referência a esse acontecimento e um alerta no sentido de, desde já, nos empenharmos activamente com vista ao reforço da influência autárquica da CDU.

(...) A ofensiva do PSD e do PS visando reduzir a influência da CDU tenderá a acentuar-se nos meses futuros. (...) Todavia, a CDU - pelo trabalho, pela honestidade e pela competência demonstrados na sua prática no poder local - tem todas as condições para repelir e derrotar essa ofensiva.

(...) Outras direcções de trabalho essencial é a de procurarmos alargar este já amplo espaço de debate e intervenção, democrático, aberto, plural, que é a CDU, atraindo novos activistas de diversas opções políticas e ideológicas, ampliando o já muito vasto segmento de cidadãos independentes que, com o PCP, o PEV e a ID, constituem esta magnífica experiência, única na vida política nacional, que é a CDU.»

A fama do referendo e o proveito de Maastricht (I)

O País leva para aí uns dois meses de debate, de incontáveis afirmações e declarações e de múltiplos lances e episódios em torno da questão de um referendo sobre Maastricht.

Ainda que as nossas preocupações fundamentais, nos dias que correm, estejam concentradas em batalhas essenciais para a salvaguarda de interesses e direitos fundamentais dos trabalhadores (como o direito à greve), consideramos útil, necessário e indispensável pôr alguns pontos nos iis em relação a este «filme» do referendo.

Quanto mais não seja, para que alguns não julguem que gozam de impunidade absoluta e que toda a gente se curva perante o impudico festival de arrogância, hipocrisia e mistificação que por aí se tem exibido nesta matéria.

Desvendando muita coisa sobre os factores que estão distorcendo e abastardando gravemente o debate político em Portugal e sobre os critérios dominantes nos meios de comunicação social, a verdade que tem de ser dita é que, salvo limitadas e honrosas excepções, o que, em grande medida, caracterizou o arranque e boa parte do curso da abordagem desta questão do referendo sobre Maastricht tem sido:

- a arrepiante ligeireza, superficialidade e irresponsabilidade com que uma questão de grande importância, inegável complexidade e sérias consequências tem sido tratada;

- as afirmações e posturas de mera inspiração demagógica porque fria e deliberadamente adoptadas apenas para cavalgar e instrumentalizar em proveito próprio a simpatia com que parte significativa da opinião pública foi acolhendo a ideia do referendo;

- e, na implacável decorrência destes traços, como ficou patenteado nas caricaturas e falsificações das posições do PCP, o severo castigo e persistente hostilização de quantos tiveram a coragem de, contra a maré, intervir com rigor, seriedade e sentido da responsabilidade.

Entendamo-nos: não só não pode chocar como é inteiramente compreensível que a generalidade da opinião pública, achando porventura útil, interessante ou necessária a realização de um referendo sobre Maastricht não se ocupe, não perca muito tempo nem dedique muita atenção ao resto, isto é, ao como o fazer ou a certas consequências de o fazer de certa maneira. Porque, em boa verdade, não têm nenhuma obrigação de dominar as complexas questões jurídicas e constitucionais que um referendo sobre Maastricht suscitava ou de conhecer, por exemplo, o acervo de antecedentes históricos, pressupostos e razões que levaram a que o referendo esteja consagrado na Constituição mas com um considerável conjunto de cautelas, limitações e condicionantes.

Mas o que já não é nem compreensível nem aceitável é que tantos jornalistas, tantos comentadores, tantas personalidades políticas, tantos responsáveis de organizações ou movimentos políticos, tendo a estrita e elemental obrigação de conhecer e dominar tudo aquilo que naturalmente escapa à maioria dos cidadãos, tenham desatado a falar sobre o referendo como se bastasse querê-lo e pronto e, pior ainda, como se princípios, regras e procedimentos essenciais

adaptação à democracia e aos valores e regras do Estado de direito».

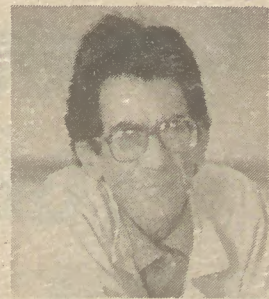
Neste ambiente turvado pelo explosivo casamento da ignorância, do preconceito e da falta de seriedade, era fatal como o destino que, como o fez o PCP, o assinalar objectivamente a inconstitucionalidade do referendo proposto primeiramente pelo CDS fosse logo apresentado como uma radical hostilidade ao referendo e que a defesa da estabilidade constitucional e a rejeição de que a viabilização de um referendo sobre Maastricht abrisse caminho para plebiscitos sobre aspectos essenciais do regime, enunciadas pelo PCP, fossem logo etiquetadas como desagráveis complicações legalistas fruto da embirração do PCP com o referendo.

Num artigo recentemente publicado no «DN» (e que constitui uma tosca e lamentavelmente pouca séria tentativa de circunscrever a moza provocada pela clarificação constante do comunicado do Grupo Parlamentar do PCP, que se publica nesta edição), um dos principais responsáveis da «Plataforma» e do «Movimento Pró-Referendo» (um estranho referendo como vai ficando claro) veio sentenciar que o PCP teria «chegado tarde à batalha cívica e política pelo referendo».

Ora, a verdade é que o PCP não chegou nem tarde nem cedo à admissão e defesa do recurso ao referendo sobre Maastricht. Chegou quando, no avanço da reflexão sobre esta problemática, chegou à solução de uma «norma transitória» que aprovada numa revisão extraordinária da Constituição feita única e exclusivamente com esse objectivo, possibilite a realização, a título excepcional, de um referendo sobre Maastricht, sem modificar o corpo da Constituição, sem alterar duradouramente o estatuto constitucional do instituto do referendo e, sobretudo, sem abrir as portas para a sua perversão plebiscitária que a direita há tantos anos ambiciona.

E estando absolutamente claras as boas, fundadas e irrepreensivelmente democráticas razões por que o PCP não chegou mais cedo à «batalha» do referendo, talvez o que falte é a «Plataforma» explicar como é que conseguiu chegar mais cedo.

Porque, como esse grupo já defendia o recurso ao referendo antes de ter «descoberto» (estão convencidos que nestas coisas a cronologia das declarações públicas funciona como registo de marcas e patentes) a solução jurídica da «norma transitória», cabe então perguntar: nessa época ini-



VÍTOR DIAS
Membro
da Comissão Política

Não foi o PCP que chegou tarde à «batalha» do referendo, mas outros que chegaram cedo à batalha da demagogia e à corrida para ficar com a fama de querer o referendo

cial, queriam um referendo mesmo contra a sua proibição constitucional? Ou queriam um referendo viabilizado pela prévia anulação, em sede de revisão, das limitações decorrentes do artº 118º, abrindo caminho para os referendos sobre questões de regime?

Se queriam qualquer destas duas coisas, caso seria não para se gabarem de terem chegado mais cedo que o PCP, mas para disso terem vergonha.

Se não queriam nenhuma delas, então é caso para dizer que o único sítio onde chegaram mais cedo que o PCP não foi ao empenho real e sincero na realização do referendo mas à «batalha» da demagogia e à corrida para ficar com a fama de ter querido o referendo.

E, no essencial, assim continuam, como resulta claro daquilo que já se suspeitava e agora se encontra irreversivelmente clarificado com a confirmação de que a «Plataforma» e os principais animadores e inspiradores do «Movimento Pró-Referendo» não contestam e aceitam que, antes da realização de um referendo, os deputados do PSD e do PS (e provavelmente os do CDS) adaptem a Constituição em função do Tratado de Maastricht, numa lógica assumida de primeiro passo de um processo conduzido pela vontade política de ratificar aquele Tratado, e assim esvaziando em grande parte de conteúdo e sentido o referendo sobre a matéria.

A este respeito, é de salientar, sobretudo em direcção aos que se fazem distraídos, que, de um ponto de vista substancial, o que mais ameaça enterrar a possibilidade da realização de um referendo sobre Maastricht é a determinação do PSD e do PS de, em sede de revisão, proceder a uma pré-approvação do Tratado.

Acontece que estes acrisolados «defensores» do referendo, significativamente, não só não movem nenhum combate a isso, como, apesar de saberem que é o PCP que apresenta a única proposta para que o referendo seja «prévio e condicionante em relação a quaisquer procedimentos institucionais de revisão da Constituição e de ratificação do Tratado», têm o desplante de afirmar que «o PCP age de facto, no plano político, para que ele [o referendo] não venha efectivamente a ter lugar» (*).

Acontece que estes intrépidos «defensores» do referendo, julgando o seu discurso pelo seu valor facial (o que é pouco prudente), não se importam nada que o povo seja consultado sobre o Tratado ou sobre questões relativas ao Tratado depois de já estar em vigor uma Constituição donde os deputados do PSD e do PS riscaram a referência a que «o Banco de Portugal, como banco central, tem o exclusivo da emissão de moeda» e onde «constitucionalizaram» as amputações e transferências de soberania através de sofisticados eufemismos do género «exercício em comum das competências necessárias à construção da União Europeia» (proposta do PS) ou «compartilhar o exercício dos poderes necessários à construção da unidade europeia» (proposta do PSD).

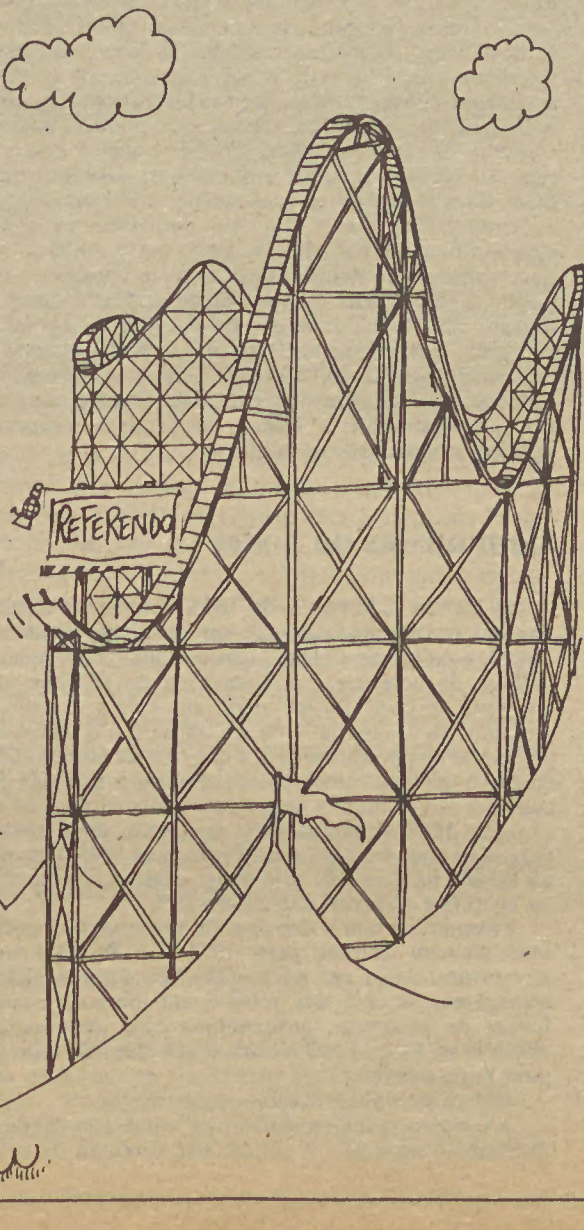
Bem vistas as coisas, não é de estranhar que aceitem tudo isto, porque em boa verdade o que conduz as posições da «Plataforma» é uma completa subordinação a uma lógica de apoio a Maastricht, é a defesa do referendo como «a maneira de legitimar democraticamente e sem equívocos a melhor opção para Portugal, isto é, a União Europeia» (Barros Moura, DN/Magazine de 14/6), como «poderoso antídoto preventivo contra um eventual pedido de contas retroactivo aos responsáveis políticos de agora, se a união vier a «dar para o torto»» (Vital Moreira, «Expresso» de 13/6).

Bem vistas as coisas, nada é mesmo de estranhar em quem, como veremos melhor em próximo artigo, do referendo só quer a fama mas de Maastricht quer proveito e ratificação e em quem, no movimento Pró-Referendo, vê sobretudo a grande possibilidade de escamotear aquilo que, na questão de fundo, fundamentalmente são: a peninha no chapéu do bloco central pró-Maastricht e pró-federalista.

(* Pina Moura, em artigo no «DN» de 28/6, onde, abordando longa e falsificadamente o tema «O PCP e o referendo» e procedendo a numerosas citações do comunicado do CC do PCP de 17/6, consegue, através de um deliberado e laborioso sistema de cortes e saltos nessas citações, escamotear aos leitores duas coisas essenciais: a proposta do PCP de uma revisão única e exclusivamente destinada a viabilizar um referendo sobre Maastricht e a posição da «Plataforma» de aceitar, antes do referendo, a reescrita da Constituição às ordens de Maastricht.



... e talvez o que falte é a «Plataforma» explicar como é que conseguiu chegar mais cedo à batalha do referendo...



ais num Estado de direito democrático pudessem ou deveriam ser facilmente afastados ou levemente subvertidos.

Este espectáculo de ligeireza e irresponsabilidade assumiu tais proporções que não é exagerado dizer que, se tivesse sido o PCP, noutra ocasião ou sobre outro assunto, a animá-lo ou a protagonizá-lo, pela certa teríamos uma valente campanha a crucificar o PCP por assim confirmar a sua «idiosincrasia subversiva» e as suas «dificuldades de

Entrevista com

Harkisham Singh Surgeet secretário-geral do PC da Índia (Marxista)



A 22 e 23 de Junho último esteve em Portugal Harkishan Singh Surgeet, Secretário-Geral do Partido Comunista da Índia (Marxista), no âmbito das relações de amizade existentes entre o PCP e o PCI(M). Na passada semana relatámos os pormenores da visita, adiando para este número, e por imposição horária, a publicação da entrevista que o dirigente indiano concedeu ao «Avante!». Nela se afere a importância do PCI(M) no contexto do grande país que é a Índia, nomeadamente ao governar o Estado de Bengala-Occidental com 42% dos votos e no âmbito de uma coligação de esquerda que detém a maioria absoluta (52%), constituindo ainda a força mais influente nos Estados de Kerala e Tripura.

Não é por isso de estranhar a reconhecida e crescente importância que o PCI(M) protagoniza no quadro nacional indiano (onde detém 20 milhões de votos e uma representação parlamentar de 52 membros em cada uma das duas Câmaras), a que não é, naturalmente, alheia a sua competência governativa em Bengala-Occidental, onde leva a cabo uma política de descentralização administrativa verdadeiramente revolucionária no contexto do país, a par de medidas tão fundamentais como a instituição de ensino universal e gratuito até ao secundário, o aumento generalizado dos salários, a garantia das liberdades sindicais, de associação, reunião, etc., ou a concretização duma reforma agrária com a distribuição da terra pelos trabalhadores agrícolas e os camponeses.

O nosso entrevistado começou por historiar brevemente a vida do Partido Comunista da Índia (Marxista), recordando que «foi criado em 1964, depois de uma luta prolongada dentro do Partido Comunista Unificado», agitado por divisões à volta da questão da natureza do Estado e numa altura em que «tanto a URSS como a República Popular da China apoiavam o partido governamental indiano, que representava a burguesia nacional».

Concomitantemente estalou o conflito entre a China e a Índia, tendo esta corrente do PC Unificado defendido uma solução pacífica para o diferendo, «o que levou o partido governamental a ordenar a prisão dos comunistas que tomaram esta posição, num momento de grande debate ideológico do ponto de vista internacional». Surge então o PCI(M), formado por dirigentes comunistas que integravam o Partido Comunista Unificado desde o início.

«Enfrentámos nessa altura a oposição da URSS e da China», afirmou Singh Surgeet, «porque não concordávamos com eles sobre diversas questões mundiais e internacionais. Aplicámos a análise marxista-leninista à situação do nosso país e reelaborámos o Programa do Partido que, sublinhe-se, tem resistido ao desgaste do tempo».

Votos: 20 milhões

E segundo o dirigente comunista indiano, bastou pouco tempo «para aparecermos como a principal força do movimento comunista indiano e o primeiro partido da oposição, lugar que detivemos até 1989, altura em que apareceu o partido da direita, que nos suplantou; mas continuamos a influenciar a política nacional e a mobilizar crescentemente o povo».

Quisemos saber pormenores do funcionamento e influência do PCI(M), ao que o seu Secretário-Geral respondeu:

«Temos 570 000 membros e damos mais ênfase à qualidade que à quantidade; entretanto nas organizações de massas com que trabalhamos temos influência em 28 milhões de pessoas (11 milhões de camponeses, sete milhões de jovens, dois milhões de trabalhadores agrícolas, etc.), situando-se a actual força eleitoral do Partido em 20 milhões de votantes. Editamos seis jornais diários em várias línguas e para diversas nacionalidades, sendo essa a razão por que não existe um órgão central do Partido».

Quatro questões

Questionado sobre a actualidade indiana, Harkishan Singh Surgeet enumerou quatro questões que o PCI(M) considera centrais na vida do país, começando pela do separatismo:

«O imperialismo sempre quis criar instabilidade na Índia, apoiando movimentos separatistas em três estados - Caxemira, Punjab e Assam. O nosso partido está na primeira linha do combate a isto, o que lhe tem aumentado o prestígio. Refira-se que nos últimos dois anos foram mortos 200 camaradas no Punjab».

A segunda questão tem a ver com «a emergência de forças fundamentalistas hindus. O BJP, partido da direita que tem o apoio do imperialismo britânico, procura dividir o povo na base de diferenças religiosas. Nós, com outras forças democráticas, incluindo o partido

governamental, lutamos contra este tipo de atitudes, o que também tem reforçado o prestígio do PCI(M)».

O terceiro problema refere-se à descentralização do poder e à organização federal do Estado indiano, que o PCI(M) considera fundamentais para resolver o problema do separatismo. A este respeito, disse-nos o nosso entrevistado:

«A Índia é plurinacional, tem tido desenvolvimentos desiguais e não se tem tomado em consideração as diferenças nacionais. A Constituição contempla a existência de um Estado federal, mas na prática o poder continua centralizado. Coexistem o governo central e os governos dos Estados, mas as principais responsabilidades recaem sobre estes, sem que entretanto possuam o necessário poder económico e político. Esse continua nas mãos do governo central, que pode demitir um governo federal, apesar deste ser eleito directamente pelas populações. Por isso se trava uma grande luta no país reivindicando maior poder para os Estados e uma organização nacional do tipo efectivamente federal. Sem isto não será possível resolver o problema do separatismo e o nosso partido está na linha da frente desta luta».

Finalmente há a situação económica, que na Índia está particularmente agravada pela submissão do governo central aos ditames do FMI e do Banco Mundial, «de quem se aceitaram todas as imposições. Alteraram a política industrial, desnacionalizaram o sector público, abriram caminho às multinacionais, liberalizaram o comércio com a abertura total às importações, desvalorizaram duas vezes a rupia e as consequências já estão à vista: 13% de inflação e o aumento do desemprego, que segundo os números oficiais atinge os 30 milhões, mas deve situar-se no dobro. Há uma forte oposição a esta política, como bem o demonstrou a greve geral do passado dia 16 de Junho que foi um sucesso, apesar da repressão governamental (que na noite de 14 para 15 ordenou a prisão de 20 000 sindicalistas!), paralisando 15 milhões de trabalhadores em todo o país, atingindo fundamentalmente a banca, os seguros, empresas públicas e funcionalismo público».

Comunistas no poder

O Partido Comunista da Índia (Marxista) dirige o governo de Bengala-Occidental, um importante estado cuja capital, a cidade de Calcutá, tem qualquer coisa como 10 milhões de habitantes. A caminhada do PCI(M) até à conquista do poder ilustra, aliás, duas coisas: o crescente prestígio dos comunistas e do seu trabalho, e o centralismo prepotente do governo do país, a quem os sucessivos «tiros» contra o governo deste Estado acabaram por sair pela culatra:

«Em 1967 tínhamos 18% dos votos, estávamos no executivo mas éramos minoritários. Em 1969 o governo do Estado foi demitido pelo poder central, convocaram-se eleições e o Partido subiu para 28%».

Passado um ano o Governo foi novamente demitido, marcaram-se eleições para 1971 e o PCI(M) subiu novamente, dessa vez para 35%. Nas últimas eleições alcançámos os 42% dos votos e, em junto com outras forças de esquerda, governamos com uma maioria absoluta de 52%, o que mostra o que tem sido feito pelo povo neste estado».

E Harkishan Singh Surgeet pormenorizou:

«A nossa política definiu a total liberdade do movimento sindical - a polícia está proibida de actuar

contra ele - e o governo toma posições claras de apoio à luta dos trabalhadores».

«Segundo aspecto: o governo do estado de Bengala-Occidental vem conduzindo uma política de reforma agrária: tomou posse da terra e distribuiu-a pelos trabalhadores agrícolas e camponeses».

«Por outro lado descentralizou-se a administração do Estado, através de legislação que atribuiu poderes aos vários níveis administrativos e instituiu a eleição de todos os órgãos autárquicos».

«Outras medidas: foram aumentados os salários dos trabalhadores rurais, instituído o ensino grátis até ao nível secundário (12 anos), dados aumentos salariais e liberdades sindicais muito amplas aos funcionários do Estado, bem como o direito de associação à polícia, estando também em curso uma importante reforma do ensino».

Anti-imperialismo e luta de classes

Quanto ao governo central da Índia, o PCI(M) critica-lhe a alteração da política externa, com o progressivo abandono das posições anti-imperialistas.

«Com o desmantelamento da URSS e as dificuldades económicas chegaram à conclusão que precisam dos EUA para sobreviver, o que tem repercussões na política externa, como se vê na questão da Líbia ou no bloqueio a Cuba. Isto quando o sentimento geral do país é anti-imperialista e há mesmo uma oposição a esta política dentro do próprio partido governamental».

Neste contexto, o PCI(M) «apoia qualquer posição anti-imperialista mas é oposição ao governo, tendo o cuidado de não abrir oportunidades aos partidos de direita e evitar que o partido governamental se sinta tentado à convergência com eles».

Quanto aos acontecimentos que conduziram à derrocada da URSS e do bloco socialista, «têm repercussões e afectam-nos, mas os seus efeitos são menores no PCI(M) por três razões:

«Em primeiro lugar o nosso Partido sempre tomou posições independentes em questões ideológicas - fomos os primeiros a pronunciar-se contra o discurso de Gorbatchov em 1987 sobre as *contradições* - e toda a gente sabe que nunca seguimos linhas».

«No que respeita à Índia, ninguém conhece melhor os seus problemas que nós próprios, pelo que, já no passado, havíamos entrado em conflito com análises que faziam do nosso país, nomeadamente a União Soviética».

«Em terceiro lugar, o movimento comunista baseia-se na luta de classes, não se importam modelos. Na Índia essa luta de classes é forte e nós temos-la liderado e o povo tem confiança em nós. Por isso fomos os menos afectados, apesar de termos dúvidas - como o de não termos previsto os acontecimentos, ou o de não termos informado o nosso povo a tempo. Entretanto tentamos explicar as nossas falhas e as distorções que ocorreram no campo socialista».

E a concluir, o nosso entrevistado afirmou:

«Neste sentido consideramos que o PCP tem estado a tomar atitudes independentes, seguindo a linha revolucionária marxista-leninista, e isto aproximou os nossos dois Partidos. Foi esta afinidade e aproximação que me trouxe a Portugal para troca de opiniões, na situação complexa que o Movimento Comunista atravessa».

Estará o Catolicismo em fase de expansão?

■ Jorgo André

Após um longo e injustificado silêncio, o Secretariado-Geral da Conferência Episcopal Portuguesa decidiu editar mais um número do «Anuário Católico de Portugal». Em obra graficamente enriquecida mas com um preço de capa proibitivo para muitas bolsas católicas, os índices recolhidos caracterizam situações vividas alguns anos atrás, em 1989 ou 1990, pelas igrejas de todo o mundo e, em particular, pela Igreja portuguesa. Depois, parecendo sentir-se satisfeito com esta solução informativa, baseada numa desactualização sistemática, o episcopado português anuncia que a próxima reedição do «Anuário» nunca será anterior a 1994 ou a 1995!

Insistimos nesta crítica inicial por sabermos que ela é partilhada por sectores sensíveis do mundo católico português. Existe a consciência, cada vez mais clara, de que a informação da igreja deve ser directa, imediata e verdadeira, sem demoras desnecessárias que apenas servem para lhe retirar credibilidade.

Um método de leitura

Com efeito, um número crescente de católicos lê com sentido crítico os documentos que a hierarquia divulga. Num mundo moderno que a própria Igreja define como «aldeia global», é cada vez mais difícil camuflar-se a realidade. As notícias chegam rapidamente e os factos valem o que valem, mesmo no plano religioso.

Desde que a Igreja Católica, após a realização do Concílio Vaticano II, passou a divulgar valores estatísticos (embora de forma limitada e irregular), logo se viu que um dos esquemas de segurança adoptados pelo Vaticano consistia na constante alteração dos títulos e das referências. Os índices incompatíveis entre si tinham de ser cuidadosamente procurados, por entre diferentes designações, antes que a sua leitura fizesse qualquer sentido.

Neste aspecto fundamental, o recente anuário parece revelar alguns progressos. É certo que permanece a velha tendência para informar, ocultando. Mas a aproximação estatística faz-se mais facilmente, ainda que não o suficiente para esclarecer muitas dúvidas tais como, por exemplo: estão incluídos na rubrica «candidatos ao sacerdócio» os estudantes de Teologia e Filosofia das universidades católicas?; que critérios usa o Vaticano para estabelecer os números referentes à população católica mundial?; ou como se justifica tão grande disparidade entre os totais de candidatos ao sacerdócio e os valores referentes às ordenações efectivas?

Tão grande acumulação de incertezas justifica que escolhamos um só dos muitos temas importantes que se ocultam por detrás das estatísticas que a Igreja divulgou.

Vamos tentar avaliar, através dos números, se a Igreja Católica universal está, de facto, a beneficiar das profundas transformações sociais que atravessam o mundo e das quais parte da hierarquia se reclama motor. Por outras palavras, vamos tentar apurar se o Catolicismo atravessa uma fase de expansão, tese defendida pelo fundamentalismo católico e que encontra eco nos mais diversos sectores de opinião. Trata-se de uma questão complicada cujo tratamento pode facilmente descair para conclusões subjectivas, de puro carácter pessoal.

Conscientes desse risco, o tratamento que iremos dar ao assunto socorrer-se-á de informações complementares e de uma metodologia recolhidas em fontes católicas oficiais.

O método será aquele que o teólogo P. António da Silva prescreve, na sua obra «Evolução recente da Sociedade-Igreja», quando avalia o grau de estruturação do mundo católico. Os dados complementares a que acima aludimos foram publicados na Revista «Lumen», da CEP, em número de 1985.

Assim, a certo passo do seu texto, o P. António da Silva afirma que a Igreja Católica é uma instituição que se estru-

tura fortemente em torno de três núcleos de valores — o número de sacerdotes activos e os contingentes disponíveis de seminaristas maiores e de regiliosos — os quais, uma vez identificados e quantificados, constituem os indicadores-chave do grau de estruturação da Igreja e da sua evolução ao longo do tempo. É um apontamento precioso que nos permitirá abalancar-nos a interpretar o significado interno dos elementos estatísticos divulgados no último «Anuário Católico».



Por outro lado, no que respeito à Revista «Lumen», pudemos nela recolher informações transcritas pelo P. Mário Santos (SSP) do «Annuarium Statisticum Ecclesiae», do Vaticano, que abrangem as situações registadas durante um decénio (de 1973 a 1983) relativamente aos três indicadores-chave já assinalados. Nesse grupo de dados apontava-se, já, para a denúncia de uma progressiva desestruturação da Igreja, tendência não compensada pelo alargamento do âmbito de influência dos movimentos laicais.

Finalmente, não deixaremos de ter em consideração a enorme «explosão demográfica» que, em menos de vinte anos, fez passar a população mundial de 4 biliões de seres para cerca de 6 biliões de homens e mulheres de todas as raças. Desafio este que se coloca a qualquer das grandes religiões mundiais mas ao qual o Catolicismo, nomeadamente, não tem sabido responder.

Os números e a Igreja

O primeiro elemento estruturante que assinala uma surda e constante fragilização estrutural da Igreja Católica é ilustrado pela estimativa oficial do corpo activo de sacerdotes: 433 mil, em 1973; 406 mil, em 1983; 401 mil,

em 1989. Consequentemente, a relação mundial católicos/sacerdote passou sucessivamente de 1586 crentes/1 padre, em 1973, para 2032/1 (1983) e 2258/1 (1989). Quanto à totalidade da população (católicos e não católicos), o recente «Anuário» refere uma proporção actual de 9155 homens e mulheres para cada sacerdote católico em actividade.

O segundo elemento estruturante diz respeito ao contingente de seminaristas que frequentam os anos terminais e estudam Filosofia e Teologia. Terá interesse notar-se que, nesta área formativa, os dados disponíveis parece confirmarem a tese da expansão do catolicismo no mundo. Em 1983, estavam registados 77 044 seminaristas maiores; 85 084, em 1985; em 1987, 90 424; e, em 1989, o número de finalistas dos centros de formação sacerdotal era de 93 405. O alcance desta verificação optimista acaba, porém, por ser limitada por duas observações evidentes.

Primeiro, nota-se que os desníveis entre os índices de seminaristas finalistas e os das ordenações sacerdotais efectivas são muito grandes. Em 1983, havia 77 044 seminaristas maiores mas apenas 4269 foram ordenados, e em 1989, a 93 405 finais de curso corresponderam 5647 ordenações.

Em segundo lugar, constata-se que a presença de sacerdotes católicos nos diversos continentes continua cada vez mais longe do equilíbrio. Por exemplo, lê-se no anuário que em 1989 o Vaticano contava com 401 479 padres, diocesanos e religiosos. A verdade, porém, é que 345 085 desses sacerdotes residiam nos países desenvolvidos da Europa e da América. Só na Europa estavam fixados 225 703 eclesiásticos, mais de metade do contingente católico mundial.

No que se refere, finalmente, à leitura do último elemento estruturante — os efectivos que integram os institutos religiosos seculares — os números falam por si: 1 002 302 professores e professoras, em 1983; 979 640, em 1985; 967 193, em 1987; e, em 1989, a contagem descia para 948 587 religiosos e religiosas dispersos por todo o mundo.

Dois dedos de reflexão

A conclusão óbvia a que estes dados conduzem é a de que a Igreja Católica não pôde superar os problemas de fundo já presentes no Concílio Vaticano II. Uma desestruturação que não consegue ser travada constitui um risco para qualquer organização, rígida e vertical.

É certo que, segundo tudo indica, os padres conciliares ter-se-ão apercebido deste risco. Por isso mesmo, desencadearam uma viragem social, desvalorizaram a autoridade eclesiástica e promoveram o papel dos leigos na vida da igreja. Pretendiam renovar a instituição católica, flexibilizando-a e orientando as suas actividades no sentido da tão proclamada opção preferencial pelos pobres.

Não é neste sentido que a Igreja Católica oficial caminha. Sob a égide de João Paulo II, o Vaticano preferiu reforçar-se nas áreas onde a Igreja tem maiores afinidades com os potentados políticos e económicos. Realizou, perante eles, a prova de que, sem a Igreja Católica, em parte alguma os seus interesses se poderão implantar.

Dispondo de uma máquina poderosa, a Cúria conseguiu, assim, prestigiar-se em certos meios e lançar, de si própria, uma imagem mediática triunfante. Chegou, inclusivamente, a criar falsas ideias em leigos menos precavidos.

Mas a renovação da Igreja e os «deserdados da terra» ficaram cada vez mais à margem das hostes que o actual Papa dirige. A igreja apostólica dos pobres e a esperança escatológica dos sinais dos tempos são miragens perdidas algures, no passado. À Santa Sé importa o poder, a fama e o proveito.

Situação que irá ser mantida por muito tempo?

O fascismo levanta cabeça

■ Miguel Urbano Rodrigues

O perigo é grande, mas não invencível se conservarmos a lucidez, a firmeza do querer, se tivermos simultaneamente o heroísmo da paciência e o heroísmo da acção. A percepção clara do dever dar-nos-á força para o cumprir.

— Jean Jaurés, 30 de Julho de 1914

Uma das características do moderno Estado autoritário de fachada democrática é a ambiguidade da sua atitude perante os perigos que ameaçam a própria democracia. Displacente, ele nega-os, esconde-os ou subestima-os.

A humanidade tornou-se, toda ela, personagem colectiva de uma estranha dança em que o palco assenta sobre um vulcão. O malogro do socialismo na Europa e a desagregação daquilo que foi a URSS romperam a nível mundial uma relação de forças que durante quase meio século garantiu uma paz instável no Velho Mundo. O fim da bipolaridade reforçou muito o egoísmo dos poderosos e dos ricos. Sentem agora as mãos livres.

O eurodeputado francês Francis Wurtz retrata o panorama, ironicamente, nesta síntese expressiva: «Conquistas sociais, soberania nacional, valores da esquerda, out, — lugar agora ao dinheiro, ao cinismo, ao poderio. Ganhámos!»⁽¹⁾

Essa é a realidade. Os EUA comandam naturalmente a falange dos vencedores. Nesta atmosfera de vale tudo, a esquerda — não obstante as teses sobre o fim da história e a morte do comunismo — continua a ser hostilizada e a extrema direita ignorada ou, conforme os casos, acarinhada.

Não é de estranhar que em tal contexto o fascismo levante a cabeça. *Skinheads* e *hooligans* com diferentes linguagens desenvolvem as suas actividades criminosas num clima de tolerância e passividade inadmissível. Os crimes racistas, rotineiros na África do Sul e nos EUA, tornam-se parte do quotidiano das sociedades europeias. A arrogância dos partidos e grupos neonazis aumenta, da Rússia à França, da Alemanha a Portugal.

Nos EUA correm situações inquietantes que os *mass media* tratam de modo a subestimar-lhes a gravidade e as implicações históricas.

Na mesma semana, o Supremo Tribunal dos EUA emitiu dois acórdãos cujo conteúdo e inspiração vieram reforçar preocupações sobre o rumo da sociedade norte-americana, mergulhada numa crise pantanosa cuja saída não se vislumbra.

Pelo primeiro, a mais alta corte de Justiça da grande República conferiu legitimidade ao sequestro no estrangeiro, realizado por norte-americanos, de cidadãos de outras nacionalidades (ou americanos) que tenham processos a correr em tribunais dos EUA.

Qualificar de monstruosidade tal decisão é um eufemismo. Ao declarar legítimo e legal o rapto em qualquer país de pessoas chamadas a comparecer perante tribunais da União, o Supremo Tribunal Federal dos EUA não se limita a tripudiar sobre o edifício do Direito Internacional dificilmente construído ao longo de séculos. Confere simultaneamente o aval da lei a formas odiosas de banditismo, incentivando-as. A soberania das nações, a partir de agora, deixa de contar para a Justiça norte-americana. O Supremo Tribunal dos EUA coloca-se em cima dela e legisla como o mundo fosse uma quinta do seu país.

Na prática, como salientaram os grandes jornais de Washington e Nova Iorque, o Supremo Tribunal inspirou-se em precedentes. Em vez de os condenar, erigiu-os em exemplos a serem seguidos. A Justiça norte-americana vem dizer ao mundo que a agressão ao Panamá, oficialmente organizada com o objectivo de prender o general Manuel Noriega, foi na sua perspectiva um acto legítimo.

Proclama ainda que legítimo foi igualmente o recente rapto no México de um cidadão daquele país citado por um tribunal norte-americano. E anuncia que sempre que a União assim o decida e mediante o recurso à força, quando necessário, qualquer indivíduo fica exposto a ser sequestrado à ordem da Justiça dos EUA onde quer que se encontre no vasto mundo... Desaparecem todos os limites à onipotência planetária do Poder Judicial (e do Poder Executivo) da República. É quase inimaginável, mas real. Assustadora esta manifestação de terrorismo jurídico.

No âmbito da Nova Ordem que os EUA pretendem impor à Humanidade, o seu Supremo Tribunal tornou pública, transcorridos poucos dias, outra decisão que suscitou também repúdio da consciência mundial. Por maioria, o plenário dos seus juízes resolveu considerar legal o elogio da discriminação racial. Desaparecem os entraves à apologia do racismo. O cinema, a rádio, a televisão, os jornais podem ser utilizados sem restrições para a propaganda da superioridade racial dos brancos sobre negros, índios e amarelos. Por outras palavras: um discurso similar ao que Hitler e Gobbels vulgarizaram no III Reich acaba de ganhar a cobertura legal do Supremo Tribunal dos EUA. Doravante, em qualquer um dos estados da União a defesa da ideologia da Ku Klux Klan e o elogio da organização terrorista passa a ser trivialidade sem implicações jurídicas. De São Francisco a Nova Iorque um cidadão que faça da glori-



ficação do arianismo do Mein Kampf o alicerce de uma campanha eleitoral terá cobertura legal para uma campanha assente no apelo aos sentimentos racistas.

*
* *

Numa humanidade de vocação mestiça, o poder e a riqueza estão concentrados em menos de duas dúzias de países de maioria branca (pretensamente) cuja população é inferior a um sexto do total⁽²⁾.

A superação de dramáticas situações que ameaçam a própria continuidade da vida no Planeta Terra exige mais do que nunca que a humanidade chegue a consenso, adoptando soluções novas que transformem as relações Norte-Sul, caracterizadas por desigualdades afrontosas da dignidade da condição humana, pondo termo à dominação que as grandes potências industrializadas exercem sobre os povos do Terceiro Mundo.

E, contudo, é neste contexto que o Supremo Tribunal dos EUA, identificado com a ideologia da Nova Ordem bushiana, emite dois acórdãos que carregam ostensivo

estímulo ao banditismo internacional, ao racismo e ao fascismo.

Podemos, porventura, estranhar que os maus exemplos vindos dos EUA frutifiquem e pesem nas atitudes do Executivo português?

Não. É do domínio público a postura de submissão do Governo Cavaco perante Washington. Sob a máscara inconvincente (e mesmo ridícula) de social-democrata, o actual governo está empenhado em levar tão longe quanto lhe for possível uma política de direita, ultraliberal, que aprofunda dia a dia desníveis sociais que haviam sido reduzidos durante o período revolucionário. Uma comunicação social perversa e governamentalizada (nem sempre consciente do papel instrumental que cumpre) dificulta a amplos sectores sociais a compreensão de que a ofensiva no terreno económico é acompanhada de uma ofensiva simultânea, e mais subtil, que visa as liberdades e outros direitos constitucionais.

Em Portugal é cada vez mais difícil ao cidadão comum o exercício de direitos e garantias inerentes ao funcionamento harmonioso do regime democrático. O executivo autoritário (de fachada democrática) modelado pelo cavaquismo reforça paralelamente os seus poderes.

Vivemos em tempos de mediocridade. A história de meio século de fascismo é esquecida. Os que combateram pela liberdade e contribuíram para o acontecimento de viragem que foi o 25 de Abril são olhados com desconfiança pelos detentores do Poder político e económico. Antigos hierarcas do fascismo e quadros que o serviram fielmente infestam a alta Administração. Entretanto, epígonos e serventários do antigo regime recebem prebendas e louvores oficiais.

A Salgueiro Maia, moribundo, foi recusada a pensão a que tinha direito. O Governo não hesitou, porém, em atribuir a um Pide o que foi negado ao herói de Abril.

O serviço real à pátria e à reconquista da liberdade não encontra reconhecimento; mas, dialecticamente, a prática de crimes repugnantes no bojo de uma polícia política criada pelo fascismo aparece aos olhos do Poder cavaquista metamorfoseada em serviço público de relevância histórica. A inversão de valores atingiu tais extremos que órgãos de comunicação social instrumentalizados pelo Poder entrevistam pides que fazem deles tribunas para injuriar (apontando-os como traidores) democratas que se bateram com exemplar coerência pela democracia e contra a guerra colonial. Ao que chegámos!

O Governo Cavaco prepara-se, sob os aplausos do seu partido, para fazer do segredo de Estado uma nova e perigosa arma de intimidação e de estrangulamento das liberdades. A lei-quadro do Sistema de Informação da República está também a ser violada. Proliferam por aí serviços de informação montados por forças policiais que agem na sombra. Alguns dedicam-se já à vigilância de opositores do Governo, actuando como grotesco arremedo de uma polícia política...

Repito. Vivemos um tempo de mediocridade, de refluxo da história. Em Portugal é um tempo que nega Abril.

Não há, porém, motivo para que baixem os braços os que fizeram da luta contra o fascismo uma razão de existência; não é motivo para que as gerações que cresceram com a Revolução democrática de Abril percam a esperança.

Os ideais socialistas, tão caluniados hoje, têm aliás raízes na história muito mais fundas e antigas do que o falso liberalismo dos tecnocratas do novo capitalismo monopolista; o combate pela libertação do homem de todas as forças que lhe tolhem a plena realização continuará muito para além da vigência efémera dos acórdãos que mancham as tradições do Supremo Tribunal dos EUA.

Mas devemos ser realistas e estar preparados para fazer frente aos perigos que se esboçam no horizonte imediato. O fascismo levanta a cabeça na Europa e nos EUA, perante a passividade de uma direita perigosamente deslumbrada com o fim da bipolaridade e tornada mais egoísta e cínica pelas derrotas do socialismo.

Os acórdãos do Supremo Tribunal dos EUA valem por um alerta. Temos de lutar com a cabeça fria e os pés bem fíncados na terra.

A contradição que nas últimas décadas marcou a evolução da humanidade e que opunha o capitalismo ao socialismo cedeu lugar a outra, mais difusa, que opõe o imperialismo, sobretudo o norte-americano, aos povos, ou seja, à humanidade.

A política, o discurso e o sorriso do Primeiro-Ministro Cavaco Silva dissipam dúvidas sobre a escolha feita pelo seu Governo.

⁽¹⁾ In «Le Révéléateur Africain», Francis Wurtz, Ed. Messidor, Paris 1990.

⁽²⁾ O Japão constitui a excepção.

Aveiro homenageia Ferreira Soares

50 anos de um crime do salazarismo

Em Fevereiro de 1903, nasce António Carlos de Carvalho Ferreira Soares, em Viana do Castelo, cuja vida iria ficar tragicamente assinalada pelo crime que lhe pôs termo.

Figura querida no imaginário popular das gentes da Beira Litoral, Ferreira Soares, por acidente minhoto, ligar-se-ia desde a infância ao fascínio da região da Ria de Aveiro, comungando com ela segredos e esconderijos entre matos e juncais, exercitando as artes da paciente pesca à linha e montando armadilhas aos pardais.

O curso de medicina na Universidade do Porto afastá-lo-ia desta existência rústica que tão querida lhe era, e iria moldar para sempre toda uma personalidade. Cedo se deixará cativar por uma cultura humanística revelada, nas páginas da Seara Nova, em críticas e contos de fino recorte, assinados simplesmente por António Carlos, nome literário que adoptara.

Seria assim, no meio intelectual dos «seareiros», que Ferreira Soares ganharia a pouco e pouco a consciência social que ele mesmo denuncia: «Foi a Seara que despertou e orientou o meu interesse pelos negócios do espírito e me defendeu de encantamento pelos turvadores de águas já pouco potáveis.»⁽¹⁾

Confrontado com a barbárie fascista, Ferreira Soares, homem de ideias claras e firme determinação, adere ao PCP, «para mais perto do possível convívio e organização das massas populares»⁽²⁾, na esteira do Miguéis, do Manuel Mendes, do Cunhal, do Salema, segundo as suas próprias palavras.

Aliando então a actividade revolucionária ao trabalho clínico, amado e respeitado por todos, procurou, acima de tudo, alargar a influência do Partido, empenhando-se na unidade dos antifascistas, preocupação que expressa em carta de 22 de Setembro de 1936 a Câmara Reys e onde, recordando a colaboração pretérita na Seara Nova, escreve: «...hoje ainda minha seara não é distante, não laboramos longe e oxalá as nossas fainas se unifiquem sob a égide da Frente Popular pela qual tenho trabalhado no Norte»⁽³⁾.

É óbvio que a acção dinamizadora empreendida por Ferreira Soares, não passara despercebida aos olhos da PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, antecessora da PIDE), que há muito o mantinha na sua mira. E, deste modo, em 1936, o médico comunista viu-se obrigado a mergulhar numa semiclandestinidadade, refugiando-se em Nogueira da Regedoura, no concelho de Vila da Feira.

Cerca de 6 anos viveu o clínico-militante escondido entre o povo, que o agasalhava e avisava dos mínimos movimentos suspeitos de estranhos na área.

Os esbirros salazaristas vinham apertando o cerco ao abnegado intelectual e activista, classificado pelo médico legionário Silva Leal como «o indivíduo mais perigoso do Norte»⁽⁴⁾.

É assim que, na manhã de 4 de Julho de 1942, é armada a Ferreira Soares uma diabólica cilada, na figura de uma falsa doente que se lhe apresenta, acompanhada de um homem, no consultório que mantinha em casa.

Foram 14 as balas de pistola-metralhadora desfechadas à queima-roupa. Foram 14 as balas que lhe ceifaram a vida cerca das 11 horas da manhã. Transportado pela PVDE à Casa de Saúde do Dr. Gomes de Almeida, em Espinho, «o médico dos pobres», como era chamado, chegou já cadáver.

Vilmente assassinado, António Carlos de Carvalho Ferreira Soares, médico, humanista, etnógrafo, crítico, contista e destacado membro do Comité Regional do Douro do Partido Comunista Português, ergue-se como justo exemplo de sacrifício e luta, de despojamento e dignidade!



No próximo sábado completam-se 50 anos sobre a data em que a PVDE, antecessora da PIDE, assassinou na sua residência em Nogueira da Regedoura o Dr. Ferreira Soares, destacado antifascista, militante do PCP, figura querida das populações da região.

A Direcção da Organização Regional de Aveiro (DORAV) do PCP, associada às comissões concelhias de Espinho e Santa Maria da Feira, assinalará a efeméride com a edição de uma pequena brochura e com a realização de uma romagem à campa de Ferreira Soares, no cemitério de Nogueira da Regedoura, às 17H30, e de um Comício em Espinho, no Salão da Piscina, pelas 21H30.

As iniciativas evocativas do cinquentenário do assassinato daquele médico comunista motivam a deslocação ao Distrito de Aveiro do Secretário-Geral do PCP, Álvaro Cunhal, que participará nelas e em outras acções e iniciativas a realizar no sábado no distrito, organizadas no programa que passamos a enunciar:

10H30 - Encontro com a Juventude, no Centro de Trabalho de Aveiro (iniciativa conjunta com a JCP)

12H30 - Almoço de convívio na Escola Secundária José Estêvão em Aveiro

15H00 - Encontro com a Comunicação Social da região (na Escola Secundária José Estêvão)

17h30 - Romagem à campa de Ferreira Soares em Nogueira da Regedoura

19H30 - Jantar de convívio, no Restaurante Garrafeira, em Ovar

21H30 - Comício, no Salão da Piscina Solário Atlântico, em Espinho

O assassinato descrito pelo pai de Ferreira Soares

A barragem levantada pela censura à divulgação das causas e circunstâncias da morte de Ferreira Soares levaram a que essas causas e circunstâncias fossem do desconhecimento de muitos, mesmo na área antifascista.

Tal facto motivou que o seu pai, António Ferreira Soares, então com 72 anos, se visse obrigado a «dizer por alto a 3 ou 4 amigos» o desenrolar da tragédia. Na missiva enviada a Câmara Reys a 5 de Agosto de 1942 - um mês e um dia após o crime - escreve António Ferreira Soares:

«Meu filho António Carlos estava no consultório com a sua bata abotoada e cintada e com essa bata assim abotoada e cintada foi levado pela Polícia de Vigilância para a Casa-de-Saúde de Espinho, onde entrou morto, e com essa bata, e nesse estado, foi encontrado pelo juiz, delegado e es-

crivão no cemitério de Espinho - para a autópsia. Assim, autopsiado voltou para casa. Eu não pude ir receber-lhe o cadáver: ainda tenho um filho e uma filha...

No consultório, dizia eu, se sentara o meu filho e começava a auscultar uma doente... da polícia quando o sujeito que (a) acompanhava, e deixara outros dois fora, empunhou numa das mãos uma pistola-metralhadora e crivou de balas o meu menino - uma através do tórax (só podia ter sido desfechada sobre quem estivesse sentado) perfurando o baço; outras no ventre, outra ou outras numa perna. Meu filho, sem poder defender-se, conseguiu ainda sair do consultório mas caiu a poucos passos. Minha filha correu - forte na sua crença religiosa, que nenhum dos irmãos nem eu possuímos(,) e, despre-

zando a morte, abeirou-se do irmão e disse-lhe: «agora, Carlos, apesar da sua descrença, pensa em Jesus». Ele respondeu-lhe sorrindo - «com aqueles olhos bons do Carlos, já a enevoar-se» - friza ela - «e disse ele: perdoa: eu vou morrer: este é um louco».

Ela ainda se debruçou para o ferido com uma toalha molhada para humedecer os beijos, já brancos e ressequidos, do irmão quando bêsta-fera entra a esfuriar. Ela, tão pequenina, coitadinha, ergueu-se diante do criaturo e disse-lhe «Calme-se, snr., que é um minuto». Mas de fora veio-lhe um tiro através do vidro da janela, passou-lhe rente mas não lhe acertou. Não a deixaram acompanhar o irmão moribundo.

Este não soube que estava nas mãos da polícia, digo, não sei de quem...

Sobre o fascismo o PSD abstém-se

A Assembleia Municipal de Espinho, na última reunião da sessão ordinária de Abril, debateu e aprovou por larga maioria uma recomendação à Câmara Municipal de Espinho acerca do cinquentenário do assassinato de Ferreira Soares, com o seguinte conteúdo:

Considerando: Que no dia 4 do próximo mês de Julho se completam 50 anos sobre a data em que a polícia política do regime deposto a 25 de Abril assassinou premeditadamente o Dr. Ferreira Soares (Dr. Prata), insigne antifascista e figura querida de Espinho;

Que a efeméride deve ser condignamente assinalada pela Autarquia, sublinhando o exemplo pessoal de Ferreira Soares no contexto da acção desenvolvida por tantos outros democratas da nossa região contra a ditadura e pela Democracia.

A Assembleia Municipal de Espinho, reunida na Sessão

Ordinária de Abril de 1992, delibera: Recomendar à Câmara Municipal que desenvolva as iniciativas adequadas a este cinquentenário e que entre essas iniciativas se inclua a reposição da placa toponímica na Rua Ferreira Soares, destruída há anos por mão anónima.

Esta recomendação, apresentada pelos eleitos da CDU, foi defendida com intervenções de eleitos de todas as forças nela representadas, e foi combatida apenas por um elemento do PSD. No final votaram a favor todos os representantes da CDU, do PS e do CDS; quanto ao PSD, um votou contra, dois a favor e nove abstiveram-se.

Como escrevia um jornal local: - «A memória vence o esquecimento».

Mas as forças do esquecimento continuam activas na sua inércia. A recomendação da Assembléia ainda «não tinha chegado» à Câmara, a escassos dez dias do cinquentenário.

⁽¹⁾, ⁽²⁾, ⁽³⁾ e ⁽⁴⁾ - Três cartas a Câmara Reys, «Seara Nova», nº 1545, Julho de 1974, págs. 16-18.

Israel

Perspectivas de paz determinam resultados eleitorais

Pela primeira vez em Israel, as perspectivas de paz com os palestinos e os países árabes vizinhos estiveram no centro de uma campanha eleitoral e em grande medida determinaram os resultados eleitorais.

Fruto de uma nova situação — também marcada pela persistência da Intifada, que impediu que a questão palestina caísse pura e simplesmente no esquecimento — e que, apesar dos problemas em suspenso e das muitas dificuldades a ultrapassar, abre portas a uma nova fase na vida política no Médio Oriente.

Os resultados eleitorais são conhecidos. Os Trabalhistas obtiveram 34,8 por cento dos votos, correspondente a 45 lugares. O Likud vem em segundo lugar com 24,9 por cento dos votos e 32 lugares, e em terceiro o Meretz (esquerda) com 9,2 (12). Anteriormente, nas eleições de 1988, os trabalhistas tinham conseguido 39 lugares, o Likud 40 e o Meretz 10.

Neste momento estão em curso consultas para formação de um novo governo, que o candidato a futuro primeiro-ministro, Yitzak Rabin, tem a intenção de ter pronto quando a nova legislatura tiver início, a 13 de Julho. O Partido Trabalhista assegurou o apoio de 61 deputados entre 120 lugares no Knesset (Parlamento), devendo os seus parceiros de governo saírem de uma coligação com o Meretz (coligação de esquerda), Shass (ultra-ortodoxos sefarditas), Judaísmo da Tora Unificada (ultra-ortodoxos) e Tsomet (ultranacionalistas).

As reacções dos palestinos aos resultados eleitorais são simultaneamente de optimismo e cautela. Numa primeira reacção, a porta-voz da delegação palestina às negociações de paz, Hanane Ashrawi, disse esperar que «os trabalhistas, com um governo de coligação, façam progressos no processo de paz, cessem a colonização como prova das suas boas intenções e permitam eleições palestinas nos territórios». E considerou ainda que «o povo israelita decidiu dar os seus votos à oposição para fazer progredir o processo de paz israelo-árabe» e quis igualmente «retirar a confiança ao Likud e sua política extremista hostil à paz».

Optimismo sim, mas «não se devem esperar soluções rápidas nem um golpe de varinha mágica», diz ainda Hanane Ashrawi, enquanto o chefe do departamento de informação da OLP, Yasser Abed Rabbe, sublinha que é preciso esperar «as tomadas de posição concretas do Partido Trabalhista sobre as questões primordiais, em primeiro lugar a paragem imediata da colonização em todos os territórios ocupados, incluindo Jerusalém».

A posição dos palestinos é clara. Salman Elharfi, responsável da OLP para África, lembra que «o documento palestino de negociação apresentado em Madrid e em Washington exige a retirada das tropas e da administração israelitas, eleições legislativas sob a protecção da ONU ou de uma força multinacional e, por fim, o exercício pelas populações dos territórios ocupados do seu direito à autodeterminação».

«Esperamos o fim da primeira fase de negociação em Outubro» — referiu Salman Elharfi, precisando que as eleições permitirão eleger um Conselho legislativo de 100 membros que escolherão entre si um Conselho executivo de 20 pessoas. Este será, segundo Elharfi, encarregado de administrar os territórios ocupados durante o período de transição que não deverá ultrapassar um ano.

O Conselho legislativo continuará a negociar uma solução para se conseguir uma votação sobre a autodeterminação — a independência ou a fusão com outro país (refere-se expressamente uma solução idêntica à avançada na Namíbia).

«As eleições deverão desenrolar-se sob a protecção da ONU ou da Co-presidência da Conferência de Madrid sobre a Paz no Médio Oriente» — afirmou ainda o responsável da OLP para a África.

Problemas não faltarão num percurso que acabará por conduzir a uma solução de incontornável problema palestino. No centro das negociações e de encontrar de soluções, uma questão central — que autonomia? Já depois da vitória eleitoral, Rabin referiu que o objectivo do seu futuro governo é «iniciar discussões sobre a autonomia (dos palestinos nos territórios ocupados) que prometemos instaurar em menos de um ano». Excluiu contudo a possibilidade de transferir para os habitantes dos territórios ocupados a responsabilidade dos assuntos de segurança, das relações externas e dos colonatos (judaicos).

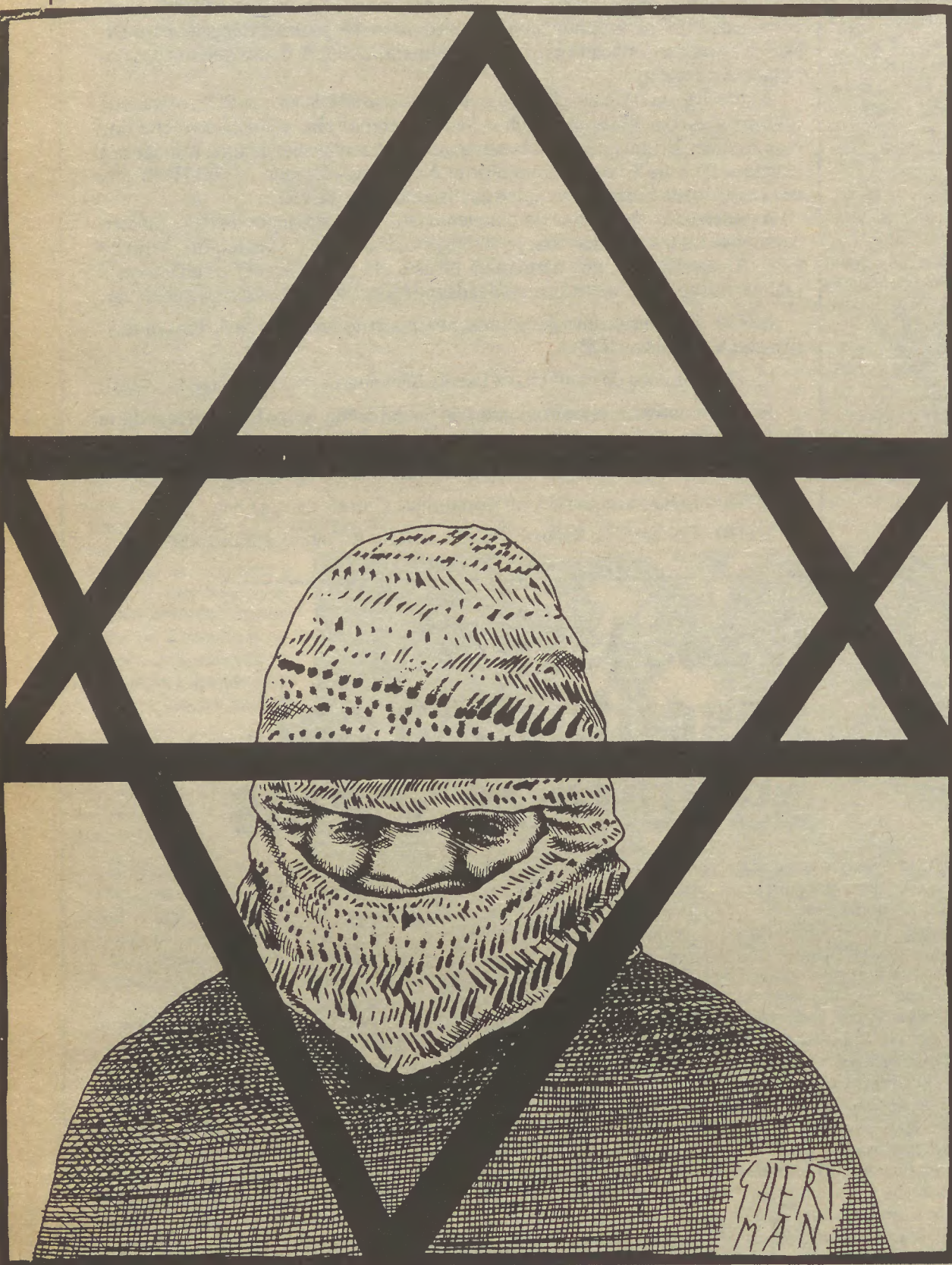
Entretanto, mesmo em sectores claramente de direita se vem afirmando a consciência da inevitabilidade de «terra em troca de paz».

O próprio ministro cessante da Defesa, Moshe Arens, admite que Israel não deve continuar a ocupar «todos os territórios».

Shlomo Lahat, presidente da Câmara de Tel-Aviv, do Likud, afirmava recentemente: «É preciso encontrar um compromisso com os palestinos e com os nossos vizinhos. Não há outra solução. É impossível manter a ocupação dos territórios e simultaneamente integrar os dois milhões de judeus soviéticos da União Soviética». Questionado sobre se aceitaria a constituição de um Estado palestino, o autarca do Likud comentou: «penso que não temos outra opção».

Uma sondagem realizada em véspera das eleições (a pedido da organização pacifista Conselho pela Paz e a Segurança) junto dos generais israelitas na reforma, indica que três quartos dos ex-generais estão convencidos de que a segurança de Israel não ficaria ameaçada com uma restituição dos territórios ocupados; 68% consideram mesmo que é preferível, para a segurança de Israel, a troca de «territórios pela paz».

Dados significativos que indicam que, muito embora o futuro seja ainda uma incógnita (e manobras não irão faltar para boicotar o direito dos palestinos a uma pátria) — se está a entrar numa outra fase da realidade política no Médio Oriente.



Soldados contra a guerra

«Somos soldados israelitas, fizemos o juramento de defender a segurança e a integridade de Israel. Mas, nunca jurámos invadir e oprimir outros povos e, por isso, recusamos cumprir o serviço militar no Líbano e nos territórios árabes ocupados» — são palavras de soldados israelitas numa petição enviada ao Estado Maior das Forças Armadas de Israel, protestando contra a política de ocupação dos territórios árabes ocupados.

Uma petição assinada por dois mil soldados reservistas que em 1982 — data da invasão do sul do Líbano — decidiram formar o Yesh Gvul («Há uma fronteira e há um limite»), uma organização de apoio aos soldados que recusam a guerra e, concretamente, cumprir serviço militar no sul do Líbano e territórios árabes ocupados.

A consequência desta recusa é a prisão. «Primeiro tentam convencer-nos a voltar atrás utilizando argu-

mentos emocionais, dando-nos a conhecer o nome do soldado que nos irá substituir e acusando-nos de sermos os responsáveis se lhe acontecer algum mal durante o serviço militar. Se, ainda assim persistirmos na recusa, somos chamados ao gabinete do oficial da unidade e, em menos de cinco minutos, sem testemunhas ou advogados, tomamos conhecimento da sanção disciplinar: 28 dias no caso de ser um tenente-coronel a aplicá-la, ou 35 dias se a sanção for decidida por um coronel» — informa Adam Kaller, um soldado israelita que participou, em Lisboa, num Seminário Internacional subordinado ao tema «Direitos de Cidadania nas Forças Armadas, Sindicalismo e Representação Militar na Europa».

Por vezes o soldado sai do presídio militar e recebe logo outra guia de marcha.

Recusa a ordem e sofre nova pena de prisão. Este estratagema só tem um

inconveniente para as autoridades militares: depois de algumas recusas e de alguns períodos de prisão, o caso torna-se conhecido, atrai as atenções da comunicação social e os protestos da opinião pública. Pelo mesmo motivo, os militares evitam julgar estes casos em tribunal: os riscos deste tipo de publicidade são incomportáveis para quem utiliza a força das armas para se legitimar.

O Yesh Gvul tem um papel fundamental no apoio aos militares presos em consequência destas recusas. «Criámos um fundo de apoio aos presos e às suas famílias; construímos placas com o nome dos soldados detidos e afixamo-las em Jerusalém e Tel-Aviv; fazemos manifestações todos os meses na enconsta em frente à prisão, de forma a sermos visíveis pelos presos e para lhes dar força de ânimo».

Mesmo assim Israel prossegue com a sua política de repressão.

Tão amigos que eles eram...

■ Francisco Costa

«Ansiedade sem precedentes» / «compromissos espúrios» / «murros na mesa» / «vamos ser muito duros» / «radicalização do discurso» / «o muro fechado e hermético da eurocracia» / «momentos de tensão» / «crise de autoconfiança» / «a representação da cena seguinte» / «disputa entre países ricos e pobres» / «ameaças mais ou menos veladas» / «desdramatizar dificuldades ou divergências» / «diluir os efeitos corrosivos» / «braço de ferro indestrutível» / «menor dos males» / «suspense» / «cimeira da ressaca» / «de faca afiada» / «perplexidade» / «propostas difíceis de «engolir»» / «sentimento de melancolia» / «clivagem entre o Norte e o Sul» / «uma «finta» a Cavaco» / «trocou-lhe as voltas» / «Lisboa arriscou, Londres e Bona impuseram»...

A transcrição destas duas dezenas e meia de expressões, recolhidas ao acaso de entre tantas outras de idêntico teor que todos nos últimos dias pudemos ouvir ou ler, nos noticiários da televisão e da rádio ou na cobertura da imprensa escrita, a propósito da Cimeira de Lisboa, são, por antecipação, uma espécie de brevíário do «melhor dos mundos» que a futura União Europeia, tal como projectada na letra do Tratado de Maastricht, alegadamente traria para a felicidade suprema dos povos europeus. Mas constituem, por outro lado, um sintoma alarmante da indistintível imagem real do déficit democrático já vigente nas instituições supranacionais - com a submissão dos países mais pobres aos ditames dos países mais ricos, com a transferência de grande parte das soberanias nacionais para Bruxelas, com a progressiva dependência dos poderes de decisão sobre importantes matérias face às instituições dominadas pelas transnacionais - que a própria implementação do Tratado irá incomparavelmente agravar.

Depois do que se passou na Cimeira de Lisboa, depois do que, apesar de todos os esforços da propaganda oficial, todos pudemos perceber nas «entrelinhas» das imagens e sons transmitidos a partir dos bastidores intransponíveis do «bunker» de Belém, alguém terá ilusões sobre quem, de facto, dita as leis na Comunidade e na futura União Europeia?

Uma meia, meia feita, outra meia por fazer...

Nestes últimos dias, não foi aliás fácil à RTP - foi-lhe mesmo visivelmente impossível - continuar a manter impávida, sem alguns acidentados de percurso, a via seguidista e reverencial face à estratégia de mistificação há longo tempo empreendida pelo Governo quanto aos seis meses da Presidência Portuguesa, agora culminados na Cimeira de Lisboa. É que, acontecimento mediático que sobretudo foi, natural seria que os portugueses se interessassem pela Cimeira cotejando as várias fontes de informação ao seu dispor. E constituiria descrédito total e um verdadeiro escândalo nacional que os serviços noticiosos da estação pública de televisão continuassem a remar contra a maré, negando a evidência dos factos.

As primeiras reticências sobre os «éxitos da Presidência», tão sofregamente propagandeados durante seis meses pelos Telejornais do Canal 1 na esteira dos sucessivos balanços periódicos de Cavaco Silva, manifestaram-se, pela primeira vez, no Telejornal de 5ª-feira, 25, com o conclave de Lisboa a ser rotulado de «Cimeira da prudência».

Na 6ª-feira - com a imprensa diária, os primeiros semanários e a rádio a avançarem com previsões nada lisongueiras - já as chefiadas editoriais decidiram incluir no Telejornal uma entrevista com o secretário de Estado da Integração Europeia, Vítor Martins, numa desesperada tentativa de demonstrar... o impossível. Não sem que, entretanto, fiéis ao seu nefasto espírito censório, ten-

ham ignorado pura e simplesmente a «jornada de esclarecimento sobre Maastricht» que o PCP nesse mesmo dia, com assinalável êxito, levava a cabo nas ruas de Lisboa.

Já o programa Via Europa, transmitido no sábado, 26, e inteiramente dedicado à Cimeira, viria entretanto a levantar algumas pontas do véu. Quer na linguagem hermética, habitualmente utilizada pelo jornalista Joaquim Pedro, quer na linguagem mais directa e acessível de Helder

Freire - através das sucessivas «peças» jornalísticas apresentadas foi, apesar de tudo, possível ao espectador aperceber-se de que as rosas também têm espinhos e que, de todos os dossiers que a Presidência Portuguesa se propusera encerrar, apenas um, o da PAC, pudera ser aprontado a tempo. Um dossier, aliás, dos mais gravosos para a subsistência de largos sectores dos agricultores europeus, em particular dos países de menores recursos, como os portugueses - um dossier que nem sequer o ministro da Agricultura se prestou a defender no programa, primando pela ausência... E, pela primeira vez na televisão portuguesa, foi então possível o espectador perceber com clareza (uma



«Aquilo é que é o Tiroliroliro?»



«Diga-me, senhor ministro: como é que vamos de fair play?»

vez, certamente sem exemplo!) que o célebre Artigo R do Tratado de Maastricht, condicionando a sua própria entrada em vigor ao depósito prévio de todos os instrumentos de ratificação, o colocavam (com os resultados do referendo na Dinamarca) juridicamente em causa!

Claro que isto aconteceu... às 13.30 da tarde, num sábado cheio de sol!

O mau perder e a câmara implacável

Visivelmente agastado com alguns comentários formulados nessa tarde no Via Europa, o ministro dos Negócios Estrangeiros seria então o governante convidado para, no Jornal de Sábado, tentar in extremis suavizar o fracasso, salvar a honra do convento.

Sem aquele fairplay descontraído e mundano que sempre faz gala em exibir, João de Deus Pinheiro contabilizou como êxitos a «aprovação» ou o «bom encaminhamento» de alguns dossiers que os balanços da imprensa dos dias seguintes se encarregariam de desmentir. Talvez porque também tentando responder aos ecos das manifestações com que milhares de portugueses e portuguesas entenderam dever assinalar, pelo protesto, a Cimeira de Lisboa e que, desta vez, nem sequer o Jornal de Sábado conseguiu esconder. Mas a imagem mais elucidativa do fracasso das «ilusões» do Governo português nesta reunião deu-a Cavaco Silva na Conferência de Imprensa que nessa mesma tarde a RTP transmitiu em directo. Em boa hora, diga-se. Já que, sem a manipulação da montagem ou os artificios enganadores do texto off, enfrentando uma plateia de acutilantes profissionais da informação a destoar do servilismo habitual dos «entrevistadores» da 5 de Outubro, a postura arrogante de quem se julga acima de qualquer questão ou pergunta incómoda se esvaiu por completo.

Notoriamente crispado pelos últimos desaires, confrontado nas reticências e efabulações das suas respostas com o eficiente e «desinteressado» savoir faire de Jacques Delors - a seu lado visivelmente acorrendo em auxílio, quando solicitado - Cavaco Silva foi a imagem da submissão aos senhores de Bruxelas, sonhando as incidências nos actuais desentendimentos entre os doze dos efeitos da recessão do sistema capitalista e mal disfarçando as consequências da chantagem britânica quanto às prioridades entre o alargamento da Comunidade e a (adiada) duplicação dos «fundos estruturais». Apostando, desde o início, em subtrair à discussão pública as decisões de Maastricht, fugindo ao confronto democrático das opiniões no centro institucional da democracia representativa (a Assembleia da República), partindo para a Presidência das Comunidades ignorando as múltiplas tomadas de posição de representantes das forças sociais e económicas e da opinião pública e desprezando uma actuação articulada, convergente ou minimamente consensual com outras forças políticas face à defesa dos interesses nacionais - Cavaco Silva viu projectar-se, nessa conferência de imprensa, a imagem do político isolado, confrontado com os resultados desastrosos da sua auto-suficiência.

A CIMEIRA E A COBERTURA TELEVISIVA

Tal como costuma acontecer quando tem de fazer a cobertura de qualquer acontecimento noticioso que naturalmente justifique a atribuição de meios técnicos consideráveis, a RTP, em jeito de autopromoção provinciana, não cessa de chamar a atenção dos espectadores para um «esforço» (sic) que, afinal, deveria decorrer da sua própria e normal função informativa. Também desta vez, os noticiários da estação se fartaram de salientar a presença, em Belém, de quatro carros de exteriores e de 150 profissionais, numa das «maiores operações jamais tentadas em Portugal!» Com que resultado, perguntar-se-á?

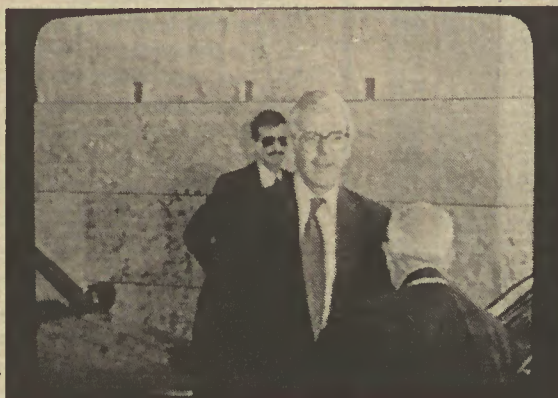
Confrangedor! É este o termo para designar a falta de qualidade do trabalho apresentado em comparação com a desproporção dos meios investidos.

Continuando a ignorar a especificidade da linguagem audiovisual própria da informação televisiva, a RTP falhou mais uma vez em aspectos essenciais:

- em primeiro lugar, pela sistemática confusão que faz entre os «formatos» e os «ritmos» de um «magazine de actualidades» (como o Jornal de Sábado ou o Via Europa) e de um «boletim noticioso» (como o Telejornal);

- em segundo lugar, e decorrente deste primeiro aspecto, pela desadequada utilização de longos e densos textos, com uma exagerada dose de informações (as mais das vezes formuladas no intimidatório e distanciado «jargão comunitário») permanentemente conflituando com as informações visuais e sonoras que deveriam constituir o essencial da mensagem;

- em terceiro lugar, pela falta de coor-



O enésimo «plano Major» de John

denação entre as várias equipas (aparentemente deixadas à solta para os diferentes trabalhos temáticos), todas elas recorrendo na apressada montagem final das peças às mesmas imagens, que de forma sistemática se repetiam de peça para peça independentemente do «assunto noticioso» em concreto, e muitas vezes sujeitas a uma ou mais gerações de cópias, com a consequente degradação da qualidade - o que era, por exemplo, patente na utilização «esborratada» das imagens de arquivo;

- em quarto e último lugar, pela manifesta ignorância da linguagem televisiva da maioria dos jornalistas, privilegiando a «notícia escrita» em detrimento da «notícia audiovisual», o que conduzia ao resultado caricato de a montagem caótica ser comandada pelo texto previamente elaborado sem qualquer consideração pela natureza e sequência das imagens, invariavelmente escolhidas a posteriori como insensata e burocrática «ilustração».

Enfim (e com pouquíssimas e honrosas excepções) um «esforço» em grande parte subvertido pela negligência e pela incompetência.

FC

EM FOCO

Cartas dos leitores



Voto secreto

Como já foi noticiado, teve lugar recentemente a 3.ª Assembleia da Organização Regional do Porto, onde a discussão em torno dos mais variados problemas do Distrito foi, como se esperava, rica e com um alto sentido de responsabilidade. Apresentou perspectivas de solução para esses problemas e deixou-nos uma resolução que, a meu ver, é um documento e um instrumento essencial para as próximas batalhas que os comunistas do Porto serão chamados a travar. Ficou todavia no ar uma importante questão da vida interna do Partido sobre o tipo de voto com que se deve eleger os seus órgãos dirigentes.

Voto secreto ou voto de braço no ar?

Por razões que explicarei mais adiante, propus o voto secreto para a eleição da Direcção e Conselho Regional. A Assembleia deliberou com toda a legitimidade que a votação se faria de braço no ar, e assim foi. Mas se eu ali tinha chegado com algumas dúvidas sobre a justiça e eficácia desse tipo de votação, com mais dúvidas fiquei depois de ouvir a maior parte dos argumentos em favor do voto de braço no ar. Daí a ideia de

participar no debate mais largo que nos é permitido pela rubrica «Cartas dos Leitores». Pela primeira vez desde que participei na vida do Partido (vai para 11 anos) vi-me confrontado com a contradição seguinte: ou votar segundo a minha consciência ou seguir uma corrente que cedo se anunciava maioritária. Decidi-me então pela defesa do voto secreto como única forma de poder votar em consciência e descobri que, onde aparentemente não existia contradição, esta veio de facto a afirmar-se. Eis pois a situação em que fui colocado:

Temos uma lista que é proposta aos delegados onde consta o nome de 32 camaradas para a Direcção Regional. Acontece que dois de entre eles não têm condições (em minha opinião) para dirigirem o Partido ao nível que nos é proposto e por isso desejo votar contra a sua inclusão na lista. Depois existem os cerca de dez nomes da lista que eu mal conheço e por isso, não tendo capacidade de fazer qualquer apreciação, limito-me a fazer inteira confiança nos camaradas que os conhecem. Quanto aos restantes, são camaradas que pelas suas capacidades políticas e qualidades humanas merecem toda a minha confiança e apoio. Tive então ali um problema que

era de saber como fazer para, por causa de duas pessoas, não votar contra trinta. Para mim a solução era o voto secreto exprimido através da lista proposta e na qual seriam riscados os nomes discordantes, havendo no fim a contagem nominal da lista para saber quantos camaradas e quantas vezes teriam sido riscados. Cada um dos camaradas propostos na lista seria ou não eleito segundo o resultado da votação depois de estabelecido um limite mínimo de votos necessários para a sua eleição em relação ao número total dos votantes. O que à priori não me parece que viesse trazer grandes alterações aos nossos hábitos democráticos, antes pelo contrário, seria um indicador eficaz para ulteriores apreciações mais gerais sobre a capacidade e o prestígio de todos os futuros dirigentes do Partido. Penso, assim, que pelo método do voto secreto não mais estaria sujeito a criar diferendos pessoais com quem quer que seja, porque nem sempre são coincidentes as minhas apreciações quando estas se referem, quer às capacidades de tal ou tal

camarada como dirigente do Partido, quer às suas qualidades humanas que garantem as boas relações de camaradagem. Por isso, creio que com o voto secreto criaríamos condições para que cada camarada vote despreocupado e sabendo que o sentido do seu voto não será a causa de qualquer esfriamento das relações com o camarada contra quem votou. Porque contrariamente aos argumentos avançados pelos camaradas que defenderam o voto de braço no ar, eu penso que continuamos ainda bastante ligados negativamente a sentimentos de melindre e de incapacidade de «posta em questão» que também e negativamente se reflectem na vida do Partido. Os argumentos em favor do voto de braço no ar careceram de conteúdo e decepcionaram pela falta de sensibilidade humana. São argumentos moralistas em torno de conceitos tabus que, como tabus que são, cristalizam o debate. Senão vejamos: Quase todos os camaradas que defenderam o voto de braço no ar, não o fizeram por razões de princípio. Nas suas intervenções sentiram a necessidade de realçar o carácter democrático de um e outro método de votação para logo a seguir salvaguardar só as virtudes do voto de braço no ar por quanto este tem de corajoso, transparente,

frontal e que permite olhos nos olhos dizer tudo aquilo que pensamos, como se estes valores fossem apanágio de alguns e não de todos os comunistas e como se o nível de consciência política de todo o Partido fosse aquilo que desejaríamos que fosse em vez de ser aquilo que é. Não quero aqui minimizar o nível de consciência política do Partido que eu considero ser de longe superior ao de qualquer outro partido do leque nacional, e não só, mas sim relativizá-lo, tentar assimilá-lo e participar no seu próprio desenvolvimento como algo que sendo subjectivo, faz parte do meu concreto que eu vivo com contradições, defeitos e qualidades, tudo isto mais ou menos assumido, porque não sou nenhum Deus. Nessa altura do debate falou-se tanto de frontalidade que acabei por sentir que dessa frontalidade também poderia eventualmente sair o caminho para a coacção. Lamentei profundamente que se tivesse exposto um camarada, objecto de uma proposta de rejeição, a uma votação de braço no ar criando-se um estranho clima de «tribunal do povo» que como sabemos já foi chão que deu uvas.

Isto sim, pareceu-me violento, para frasear um camarada membro do Comité Central que argumentou ser o voto secreto uma violência para com os camaradas que desejam votar com o braço no ar. Pelo que vi e ouvi fiquei sem saber quem violenta quem. À espera que o debate continue, cabe aqui uma nota final para dizer que a questão que aqui deixo colocada deve ser também em si relativizada apesar de importante, sobretudo em relação à real dimensão da luta do PCP no actual contexto político

nacional e internacional e para a qual eu estou inteiramente ganho.

José Machado
Areosa — Maia

Centralismo democrático

No período que antecedeu o Congresso Extraordinário do Partido, um camarada escreveu ao «Avante!», sustentando, no fundamental e se não estou em erro, que o centralismo democrático peca sobretudo por insuficiência, ou até ausência. Talvez seja interessante examinar essa ideia, uma vez que os adversários do comunismo procuram explicar o que sucedeu no Leste como uma reacção contra o «excesso de centralismo democrático». Os comunistas não deveriam talvez aceitar o debate nas condições impostas pelos adversários, que identificam facilmente o autoritarismo ideológico, pouco ou nada exigente em relação aos seus seguidores, com os rigores do centralismo democrático. Na realidade, a prática política de dirigentes que se contentavam em exigir uma confiança político-ideológica na sua autoridade, e o consequente assentimento, relativamente passivo, dos militantes do Partido às suas propostas, poderá e deverá ser (como aliás foi) considerado excessivo. Mas, de um ponto de vista democrático, nada tem de centralista. Pelo contrário, é uma prática tipicamente liberal, pois não exige aos militantes do Partido, a cada um desses militantes, que formem, na sua consciência individual, uma ideia própria mas em consonância com as ideias dos seus camaradas, acerca do conjunto de problemas que se colocam ao Partido. Não se exige pois ao militante que tenha uma ideia correcta, nas suas linhas gerais, acerca dos problemas políticos. Pode pensar, liberalmente, o que quiser ou até, liberalmente também, não pensar nada, desde que, chegado o momento apropriado, aceite, oficialmente (pois o liberalismo continua mesmo na aceitação) a visão de conjunto proposta pelos dirigentes.

E foi a essa mistura frouxa de autoritarismo (às vezes policial), liberalismo amorfo e individualismo burguês — cada um trate da sua vida e os dirigentes que tratem do Partido — que a crítica burguesa chamou centralismo democrático! Se nós, comunistas, aceitássemos essa designação para semelhante fenómeno de passividade política, teríamos que aceitar também a autoridade «centralista democrática» dos post-dirigentes que liquidaram oficialmente os Partidos comunistas do Leste europeu e que, ainda hoje, não desistem da sua autoridade doutrinária. É o caso do general Jaruzelski que, mais uma vez, vem falar em nome de todo o povo polaco, e agora à imprensa alemã:

«Pretendemos as vantagens do socialismo mas sem os efeitos colaterais e negativos do comunismo. O povo estava farto do Poder comunista, mas

tal não significa que esteja disposto a aceitar o capitalismo tal como ele se apresenta agora». Assim mesmo, classifica o Poder que ele próprio exerceu, e do qual o povo estava farto — como reconhece agora —, como comunista, e nem sequer coloca a palavra entre aspas! É possível que uma prática cada vez mais rigorosa e correcta do centralismo democrático ajude a resolver alguns dos problemas concretos que se colocam ao nosso Partido, referidos tantas vezes nas suas publicações, como é, por exemplo, o da inactividade de muitos filiados. Mas, decerto, devemos também admitir as opiniões daqueles camaradas que sustentam que os acontecimentos do Leste tiveram um efeito terrivelmente desmobilizador, até por essas traições de dirigentes em quem se confiava. Para esses, há a palavra solidária — a vinte anos de distância no tempo — do operário comunista polaco em greve nos estaleiros navais «Adolfo Warski»: — «o camarada Gierek (de quem Jaruzelski era ministro da Defesa) fala de renovação; mas sabe o que é a renovação? São os que aqui se encontram. E que são operários, comunistas, que são pela Polónia Popular». Mas, mais próprias dos acontecimentos actuais, temos as palavras, igualmente solidárias e também de um camarada polaco, Stanislav Wronski, publicadas na revista dos partidos operários e comunistas das edições «Avante!», no seu número de Outubro de 1989. Primeiro, refere-se severamente ao autoritarismo dos antigos «centralistas democráticos»: — «Tudo isso junto criou terreno adubado para o uso de métodos de violência, da repressão e dos abusos, que se traduzem sempre (mais uma vez o sublinhado é meu) em corrupção e desmoralização da sociedade, convertendo uns em verdugos, torturadores e adutores, hipócritas; outros em vítimas, e o resto em dóceis fanáticos entusiastas ou em executantes acobardados». Mas depois de referir este panorama de autoritarismo, o mesmo camarada reconhece que os centralistas democráticos não desistiam da sua visão de conjunto dos problemas do Socialismo: «Apesar de tudo, mesmo nos momentos mais duros e penosos, os construtores do socialismo não desistiam do seu esforço criador. Eu próprio fui testemunha na URSS do entusiasmo e espírito de sacrifício de muitas pessoas; coube-me em sorte participar no esforço laboral da gente do povo». E conclui seguramente: — «Em minha opinião, a nossa experiência indica que, mesmo nas condições mais adversas, à custa de incriveis sacrifícios, suportando sobrecargas inverosímeis e arrostando o descrédito dos ideais (sublinhado meu), o socialismo abre caminho, vai vencendo os obstáculos; apesar dos erros e equívocos, movido pela força das aspirações humanas, avança para a sua afirmação e renascimento».

José Augusto Camacho
— Laranjeiro

Proletários de todos os países. UNI-VOS!

O Militante

Os acordos de Maastricht

CADERNO ESPECIAL

GRUPOS ECONÓMICOS EM PORTUGAL

DOIS DEBATES INÉDITOS
TOXICODPENDÊNCIA
E NARCOTRÁFICO
EM PORTUGAL

SEMINÁRIO
SOBRE
PROTECÇÃO CIVIL

Julho - Agosto 1992 - Nº 199 - Preço 170\$00

CADERNO
ESPECIAL

- Os Acordos de Maastricht
- União Económica e Monetária
- Alguns aspectos institucionais
- Europa dos cidadãos e Europa das polícias

Gabinete de Projecto Uma cultura própria

O trabalho do Gabinete de Projecto da Festa do «Avante!», que desde a semana passada aqui descrevemos, ultrapassa em muito o simples acto de *desenhar* o que depois se concretizará no terreno. Há uma cultura própria desenvolvida ao longo de anos com múltiplas formas de expressão. Para projectar a «festa!» de forma eficiente, para arranjar um processo de trabalho facilmente assimilável por todos os intervenientes no acto do seu planeamento e construção (nomeadamente as diversas organizações regionais do PCP), utiliza-se desde a 2.ª edição desta iniciativa, uma técnica de execução facilmente assimilável, aplicável a todas as estruturas montadas e desmontadas ano após ano: todo o espaço vai crescendo com base na soma e disposição de módulos que se espalham pelo terreno com a medida básica de quatro por quatro metros.

Durante o processo de discussão das formas de abordagem possíveis para a construção de uma nova «festa!», há um trabalho de agrupamento destes módulos, integrantes do espaço de cada uma das organizações, que permitem com facilidade encontrar soluções novas, aplicar outras ideias, a tornar cada edição da Festa do «Avante!» um acontecimento irrepetível.

No trabalho de montagem da «festa!», a utilização de tubo como elemento-base da estrutura dos diversos pavilhões e balcões que se espalham pelo terreno, torna possível a praticamente qualquer pessoa participar na sua montagem, sendo essa a base do sucesso das jornadas de trabalho onde participam amigos e militantes do PCP, gente cuja actividade profissional nada tem a ver, muitas vezes, com a actividade desenvolvida ao longo de vários meses na edificação daquela «cidade dos três dias».

São razões que levam os elementos do Gabinete de Projecto da «festa!» a falar de uma «cultura própria» na «festa!», que nada tem a ver com a rotina, antes se refere a

um diálogo entre quem idealiza e constrói, um diálogo cuja semântica própria todos os anos vai enriquecendo.

Uma cultura própria a produzir igualmente uma situação em que gente das mais diversas camadas sociais e actividades profissionais se junta com regularidade para um trabalho manual que não faz parte do seu dia-a-dia. Exemplos: um belíssimo carpinteiro que é um trabalhador administrativo na TAP, uma colecção de electricistas «formados» nas Jornadas de Trabalho do «Avante!» e que profissionalmente são empregados de escritório ou bancários.

Para quem trabalha na «festa!» na sua própria profissão, como é o caso dos elementos do Gabinete de Projecto, esta é uma experiência nova, pois aqui há exigências particulares exemplificadas na quase ausência de distância entre a execução do projecto e a concretização da obra. Isto difere do trabalho normal de um arquitecto, quase sempre a permitir-se acertos e alterações de última hora que na «festa!» não são possíveis.

O espaço junto ao rio e com uma paisagem particularmente interessante, a possibilidade de planeamento a longo prazo na construção de algumas infra-estruturas, a necessidade de todos os anos produzir algo de inovador, o aspecto lúdico que muitas vezes este esforço adquire - tudo isto são razões para os elementos do Gabinete de Projecto da «festa!» dizerem-nos o «quanto de especial» tem a sua participação militante neste trabalho.

Há uma característica no entanto que os arquitectos com que falámos entendem dever ressaltar: o acto de discussão permanente de ideias, o esforço colectivo anualmente desenvolvido que diferencia este Gabinete de Projecto de um outro qualquer. Diríamos nós ser essa uma vitória da inteligência e do saber colectivos, sobre o individualismo que as circunstâncias muitas vezes associa ao trabalho destes técnicos.

Ideias para a venda da EP

A realização de porta-a-porta por brigadas especificamente constituídas para a promoção da venda antecipada da EP, o aproveitamento de festas locais para a venda militante do bilhete de ingresso na Festa do «Avante!», a venda da EP nas diversas iniciativas do Partido e outras, a concretização de postos fixos em locais de grande movimentação de pessoas. Estas são ideias para a promoção da venda antecipada da Entrada Permanente na «festa!», para cuja necessidade já aqui alertámos diversas vezes. Ideias discutidas e agora postas em prática na Organização Regional de Setúbal, que aqui deixamos como sugestão ou motivo de reflexão para todos os que estão envolvidos nesta importante tarefa e nela desejem participar.

A venda antecipada da EP, a Entrada Permanente na Festa do «Avante!», está a decorrer em melhor ritmo que em

anos anteriores, estando o bilhete de ingresso na «festa!» a ser vendido em todo o país dos Açores a Viana do Castelo.

Uma Entrada Permanente na Festa do «Avante!» custa mais ou menos o mesmo, ou até bastante menos, que o preço de entrada de um vulgar bilhete para um único espectáculo musical. Uma única EP permite assistir a todos os espectáculos musicais da Festa do «Avante!» que só nos palcos principais são para cima de uma vintena e que vão da música tradicional portuguesa a diversas formas de expressão da música internacional, passando pelo rock ou pelo jazz, mas atenta também a linguagens e estilos específicos que em Portugal muitas vezes não encontram outro espaço de apresentação).

Mas uma EP possibilita também ao seu possuidor a visita a exposições que mostram o nosso país, ou o acesso a

restaurantes com a melhor gastronomia nacional e internacional. Com a EP pode assistir-se a provas desportivas ou a jogos tradicionais que decorrem na Atalaia, ir ao teatro, participar em debates, dar um pé de dança sob os mais variados ritmos.

EP - entrada permanente, - é o nome do pequeno bilhete que dá acesso ao recinto da «festa!» durante os três dias da sua realização. Mas é também um título de solidariedade! Uma solidariedade que pode assim ser manifestada com esta iniciativa dos comunistas portugueses.

O fruto da venda da EP é, antes do mais, o seguro de vida da Festa do «Avante!». A EP é a única fonte de receita própria que o Partido Comunista Português dispõe para assegurar a realização de tão importante iniciativa política e cultural.

festa Avante!



Jornadas de Trabalho são um sucesso

Muito do trabalho de edificação da Festa do «Avante!» está dependente daquilo a que chamamos: «Jornadas de Trabalho». Excedendo muitas expectativas, este ano as Jornadas de Trabalho na Festa do «Avante!» têm constituído assinalável êxito.

As Jornadas de Trabalho realizadas até ao momento para a edição deste ano da «festa!» têm resultado num sucesso quer no que diz respeito aos níveis de participação (francamente superiores aos do ano passado), quer no que diz respeito aos resultados conseguidos, à obra já feita, dada a qualidade técnica de muitos destes voluntários, dado também o sistema de organização implementado que tem obtido boa resposta por parte das organizações do PCP que têm participado nesta iniciativa.

As Jornadas de Trabalho, que nesta altura do ano acontecem todos os fins de semana na Atalaia, constituem por si só uma outra forma de «festa!». São momentos em que milhares de amigos da Festa do «Avante!» se reúnem para construir aquela que será a cidade dos três dias, em momentos de realização e convívio únicos e, para muitos, inesquecíveis.

Pedreiros, pintores, costureiras, desenhadores, carpinteiros, electricistas, serralheiros, ou mesmo gente sem formação específica - todos podem ajudar a construir a «festa!».

De preferência devem contactar desde já as organizações regionais do PCP ou o gabinete da Festa do «Avante!» no centro de trabalho da António Serpa em Lisboa ou, ainda, o próprio colectivo da Atalaia.

Se quiser passar um fim-de-semana diferente, inscreva-se nas Jornadas de Trabalho, uma outra forma de «festa!» da Festa do «Avante!».

Um «Pátio Beirão» na «festa!»

... e muitas EP's já vendidas em Viseu

Viseu deu conhecimento de algumas novidades para a «festa!». Foi após uma reunião de quadros responsáveis pela participação da respectiva organização regional do PCP na edição deste ano da Festa do «Avante!» onde se lembrou que Viseu esteve sempre presente na «festa!» com o melhor da sua gastronomia regional, procurando desta forma proporcionar aos visitantes o contacto com *paladares* daquela região beirão. Este ano assim será com o «Pátio Beirão», um restaurante que servirá os melhores pratos e vinhos: a sopa de cebola, os rojões à moda da beira, as favas à beirão, o peixe de rio em molho de escabeche e um foliar de Vouzela acompanhados por tintos e brancos do Dão, Terras do Demo, ou Lafões.

O «Pátio Beirão» será decorado com peças

que permitem a sua identificação proveniente de Viseu e pela sua localização proporcionará a vista do palco 25 de Abril e outros pontos importantes da «festa!». A música ambiente será proveniente da Beira Alta e pretende-se que este restaurante prima pelo rigor e pela qualidade, com a equipa que militantemente tornará possível aquele espaço, trajando a rigor.

A Organização Regional de Viseu do PCP chamou entretanto a atenção para o bom resultado ali obtido na campanha de venda antecipada de EP's, prova de que a Festa do «Avante!» atingiu num distrito situado a mais de 300 quilómetros da Atalaia, um prestígio digno de nota.



PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Festa? Porquê?

Na Presidência da Europa andou-se a brincar com a tropa. Tudo foi fogo de vista. Cavaco na crista a falar, a discursar impante, como convém — com o povo a protestar mesmo em frente de Belém...

Se Cavaco ora de cor se o povo tanto protesta onde está, caro senhor, onde raio está a festa?...

O punhal

Baixou o crescimento. Cresce a inflação, dia a dia. Pobreza vai em aumento. Perdeu-se a soberania. Tivemos a presidência. Como está Vossa Excelência? Sorriso do «presidente»...

Sorriso lábio-dental fininho na fala rouca como se fosse um punhal atravessado na boca.

Nada pa ninguém

Os bancos estão a fechar por esse mundo de Cristo. E os dramas a rebentar... Mas quem é que percebe isto? Que se escorregue e deslize estamos a ver que assim é. Já se ouve a palavra crise e os nervos ficam em pé. Disso ninguém quer falar. É um pesadelo. Está visto negócios não estão a dar com os bancos a fechar por esse mundo de Cristo...

Em Portugal, dia a dia, no reclame que se faz, pedem bancos freguesia dão juro, dão garantia e eu fico de pé atrás.

Querem depósitos? Humm... Cuide quem poupanças tem Quando a bomba fizer pum!, não há nada pa ninguém...

Teledroga

Ninguém a Holanda poderá vencer por muito que na droga se capriche. Por lá, já há empresas pra vender ao domicílio o haxixe...

A gente agarra no telefone. Está? Alô, que tenho a alma quase morta. Quero material para dez passas, já! E logo o mensageiro bate à porta...

Olha que admiração! Em Portugal na casa onde moramos entra o Telejornal nem sequer de o chamar necessitamos...

Ao pé disto o haxixe da Holanda é uma droga branda...

Incrível!



Pluralismo à «americana»

Toda a gente sabe como a RTP trata o pluralismo. Arranja uma série de personalidades de direita, senta-as às volta de uma mesa e junta-lhes uma personalidade de meia-esquerda; às vezes só meia-personalidade de esquerda. Se o resultado é sempre o mesmo, isto é, se ganha o jogo um general do antigamente ou um ministro marcelista, não é falta de pluralismo. É falta de esquerda na televisão. Mas agora é que vai ser. Com o pluralismo acrescentado por vários canais que o Governo deu a privadíssimos projectos, tudo vai ser mais justo, mais moderno. Vai ser, ao que nos prometem, à... «americana».

Segundo o «Semanário», o projecto de Balsemão para o SIC inclui um programa tipo «Crossfire» da CNN — esperemos que não venha aí a guerra do Golfo. Nesse «fogo cruzado», à direita vai estar o diabíssimo Nuno Rogeiro. À «esquerda», nada mais nada menos que... Miguel Sousa Tavares. Vai ser pluralista!

Savimbi contra... o colonialismo

Savimbi engana cada vez menos gente. De tal modo que, quando os americanos deixaram de lhe passar tanto cartão... e tanto dólar, viu os amigos desertarem a sete pés. Não foram só os que abandonaram a Unita. Também aqueles que em Portugal corriam a visitá-lo passaram a desconhecê-lo. Não é de admirar que o

homem se tenha zangado. E agora critique o... colonialismo. Ele que, durante tantos anos, mesmo no tempo da guerra colonial, prestava tão bons serviços à PIDE. Há dias, num comício que o «Público» noticia, Savimbi fez comício perante uns milhares de crianças e de jovens. Citou a Bíblia e acusou os colonialistas de terem dividido o povo angolano. «Se estivéssemos unidos, fosse sob a direcção de N'Ginga ou de qualquer outro dos reis, esta terra nunca teria sido vencida», terá ele dito. Savimbi vai candidatar-se ao trono.

A vê-los passar...

Uma nota do prestigiado «Diário do Alentejo» caiu sob os nossos olhos. Chamava a atenção da CP para uma situação decorrente de encerramento do Ramal de Moura — já em 1990. Uma das muitas linhas que a CP, a mando do Governo, vai desafectando, enquanto promete aos utentes que melhorará o serviço e que ninguém vai ficar parado e no chão. A somar aos dramas que todos os dias os caminhos-de-ferro semeiam, às passagens de nível sem guarda onde morrem pessoas, aos comboios superlotados, aos atrasos e aos perigos, vem somar-se o desrespeito. Quase faz rir, se não fosse algo triste. Conta o «DA» que se mantém — dois anos depois — uma placa no cruzamento de Baleizão, a dizer que a estação fica a três quilómetros... «Puro logro: o local da paragem do autocarro é mesmo ali. Incauto visitante

da região, por deficiência de informação, poderá ser obrigado a percorrer a referida distância, para ficar a ver passar os comboios... sem passarem!»

Bandeirinhas

Esta foi a Lusa que escreveu e que a gente transcreve: «Os 944 transportes públicos da Carris circulam hoje e nos próximos dois dias em Lisboa com «bandeirinhas» de Portugal e da Europa, mas algumas delas ficaram presas nas árvores que embelezam as ruas da capital. «Pretendeu deste modo a concessionária pública dos transportes de superfície em Lisboa associar-se ao Conselho Europeu que se realiza dias 26 e 27 no Centro Cultural de Belém. «Apenas 40 eléctricos, modo de transporte praticamente raro na Europa com o figurino do lisboeta, não puderam ser «engalanados» com a «euforia europeia» por terem comando duplo de circulação, inviabilizando deste modo a colocação das bandeiras. «A cidade de Lisboa, com cerca de um milhão de habitantes, possui 820 autocarros, 116 eléctricos (semelhantes aos que circulam em São Francisco), dois elevadores e seis ascensores, outros equipamentos centenários também raros no mundo». Fim de citação, como se costuma dizer. Acrescentamos que, para a próxima, se o Tratado de Maastricht vigorar, as árvores já não poderão arrancar as bandeiras. Ou porque já não haverá transportes públicos; ou porque já não haverá bandeiras portuguesas.

frases da Semana

«(...) O público terá de ter a consciência de que a prestação de contas não se realiza apenas nas eleições, ou através dos actos formais que traduzem a democracia política, mas realiza-se todos os dias, através da fiscalização da Comunicação Social, do Tribunal de Contas e do Parlamento. A grande dificuldade está em que esta pedagogia chegue aos principais responsáveis, que são os titulares de cargos públicos, o Parlamento e bastantes áreas do Ministério das Finanças.»

✉ (Sousa Franco, Presidente do Tribunal de Contas — «O Jornal», 26.06.92)

«(...) era impossível (a Helmut Kohl) regressar a Bona tendo aprovado em Lisboa «a duplicação dos fundos» e pedir, ao mesmo tempo, aos alemães que ratificassem Maastricht. E nem sequer levar no bolso a decisão comunitária de instalar o futuro Banco Central no seu país.»

✉ («Público», 28.06.92)

«Enquanto presidente do Conselho Europeu, posso afirmar que foi aprovado um aumento adequado das ajudas para respeitar os compromissos de Maastricht. Enquanto primeiro-ministro português, entendo que isto significa a duplicação dos fundos estruturais.»

✉ (Cavaco Silva, na conferência de imprensa após a Cimeira de Lisboa — RTP, Canal 1, 27.06.92)

«Não queremos meio «pacote», mas o «pacote» inteiro.»

✉ (João de Deus Pinheiro — «Público», 28.06.92)

«O (duplo) senão da Presidência portuguesa chamou-se Cavaco: nas insuficiências e no estilo de quem, porque «nunca tem dúvidas e poucas vezes se engana», não aprende, não muda, não se adapta. Formado no antigo regime, veio ao novo e à classe dirigente como um emigrante vai para Paris: sem mudar as referências.»

✉ (Maria Belo — «Expresso», 27.06.92)

«(...) reclamar um referendo e, ao mesmo tempo, aceitar que, antes de o povo se pronunciar, os deputados, em sede de alterações à lei fundamental do país (...) procedam a uma pré-aprovação do Tratado de Maastricht (...), é, do ponto de vista dos princípios democráticos, um absurdo que retira sentido, conteúdo e eficácia ao referendo proposto.»

✉ (João Amaral, comentando as posições do Movimento Pró-Referendo — «Expresso», 27.06.92)

«O PSD só está dividido acerca da forma de calar o PR — através da cedência, do silêncio ou do ataque.»

✉ (Subtítulo de «O Jornal», 26.06.92)

«Nem o dr. Salazar me proibiu de falar.»

✉ (Veiga Simão, — «O Jornal», 26.06.92)

PIC-NIC DISTRITAL DO PCP

com
ÁLVARO CUNHAL
convívio com
CANTARES DA TERRA
5 Julho
Merelim S. Paio
Braga

convívio de

RESISTENTES ANTIFASCISTAS

dia 4 de Julho

- Evocação junto ao portão do Aljube
- Almoço-volante na «Voz do Operário»

**Em Julho
às sextas-feiras
Noites
do Vitória**

Esta semana com

**Luísa Basto
João Fernando
Nuno Gomes dos Santos
Mané**

**Convívio de naturais
do distrito de
Castelo Branco
residentes na área
de Lisboa**

**Excursão
a Monsanto da Beira
no dia 5 de Julho**

Quinta, 2

• SACAVÉM

Sessão-debate promovida pela CDU: "O trabalho da autarquia na freguesia de Sacavém e no concelho de Loures". Às 21.30, na Quinta de S. José, com a participação de Demétrio Alves, presidente da Câmara Municipal de Loures

Sexta, 3

• PORTO

Maastricht, a integração e os impactes sociais: reunião de quadros sindicais, de Comissões de Trabalhadores e Células de Empresa, com a participação dos camaradas Henrique Sousa e João Amaral. No Centro de Trabalho da Boavista, a partir das 21.30.

• ALPIARÇA

Plenário de Quadros para discussão da actividade autárquica, da situação política e da posição face ao Tratado de Maastricht, com a participação do camarada Albano Nunes. No Centro de Trabalho, às 21.00.

• LISBOA

Noites do Vitória: à sexta-feira à noite no Terraço do CT Vitória, esta semana com Luísa Basto, João Fernando, Nuno Gomes dos Santos, Mané.

• CASCAIS

Debate sobre o Tratado de Maastricht, com a participação do camarada Sérgio Ribeiro. Às 21.00, no Centro de Trabalho.

• ST.ª IRIA DA AZÓIA

Sessão-debate sobre o Tratado

de Maastricht, com a participação do camarada Rogério de Brito. A partir das 21.30, na Sociedade Recreativa 1.º de Agosto.

• SACAVÉM

Toxicod dependência em debate-sessão promovida pelas organizações locais do PCP e da JCP, com a participação do camarada Paulo Piteira. Na Quinta de S. José, às 21.30.

• SETÚBAL

Debate sobre o Tratado de Maastricht: às 21.30, na Sociedade Musical Capricho Setubalense, com a participação do camarada Octávio Teixeira.

Sábado, 4

• AVEIRO

Álvaro Cunhal no distrito de Aveiro, por ocasião do cinquentenário do assassinato do camarada Ferreira Soares: na romagem ao cemitério de Nogueira da Regedoura, às 17.30, e no comício que se realiza às 21.30 no Salão das Piscinas em Espinho.

O camarada Álvaro Cunhal estará também presente noutras iniciativas promovidas pela DORAV, organizações concelhias e JCP:

- Encontro com a Juventude, às 10.30, no CT de Aveiro;

- Almoço-convívio na Escola Secundária José Estevão/Aveiro, às 12.30;

- Jantar-convívio no Restaurante Garrafeira/Ovar, às 19.30.

• GAIA

Encontro concehlio da CDU, sob o lema: "Mudar Gaia com a CDU". Às 15.00, nas instalações da Assembleia Municipal, com a participação de eleitos nos vários órgãos autárquicos do concelho.

• LISBOA

Maastricht, a integração e os impactes sociais: reunião de quadros sindicais, de Comissões de Trabalhadores e Células de Empresa, com a participação dos camaradas Domingos Abrantes, Octávio Teixeira e Sérgio Ribeiro. No Centro de Trabalho Vitória, a partir das 14.00.

"Como organizar os cuidados de saúde ocupacional para os trabalhadores" - reunião promovida pelo Grupo de Estudos do PCP para as Questões da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. A partir das 10.30, no Centro de Trabalho da R. Soeiro Pereira Gomes.

• PINHAL NOVO

Reunião sobre problemas da Agricultura, com a participação do camarada Agostinho Lopes: às 14.30 no Centro de Trabalho.

Plenário distrital de Ferroviários comunistas: o desmantelamento da CP e as medidas a tomar no plano do Partido. Das 15 às 18.30, no Centro de Trabalho de Pinhal Novo, com a participação do camarada Vidal Pinto.

• LOURES

Visita de eleitos da CDU a vários bairros da freguesia de Loures. Com a participação de Demétrio Alves e de outros camaradas, vereadores e eleitos na AM e JF,

• APELAÇÃO

5.ª Festa "Apelação para o Futuro", promovida pela organização local do PCP. Durante todo o dia.

• ZAMBUJAL

Reunião sobre associativismo, com a participação dos camaradas Euclides Pereira e Vítor Agostinho. Às 15.30, na Associação de Educação Popular do Zambujal.

Domingo, 5

• BRAGA

Piquenique distrital de Braga promovido pela DOR Braga do PCP para militantes, simpatizantes e amigos, com a presença do camarada Álvaro Cunhal. A partir das 10.00, no Lugar da Ponte do Rio (junto à ponte de Prado), em S. Paio de Merelim. Jogos populares, animação, música popular portuguesa com o grupo "Cantares da Terra".

• PORTO

Passeio-piquenique a Vilar de Mouros, promovido pela CDU/Mulheres do Porto, com partida às 10.00 da Baixa portuguesa. Participa a camarada Luísa Araújo.

• LISBOA

Excursão de naturais do distrito de Castelo Branco residentes na área de Lisboa a Monsanto da Beira. Concurso de pesca na Barragem de Idanha-a-Nova. Partidas: do Barreiro, junto ao Hospital Velho, às 05h 30; de Lisboa, estação do Metropolitano de Sete Rios, às 06h.

Terça, 7

• LISBOA

Plenário do Sector de Transportes. Ordem de Trabalhos: 1. Situação política e social; Tratado de Maastricht. 2. A luta contra a alteração da lei da greve. Às 18.30, no CT Vitória, com a participação do camarada José Casanova.

Reuniões de quadros sindicais, de Comissões de Trabalhadores e Células de Empresa:

Maastricht, a integração e os impactos sociais

• **No Porto:**
Sexta-feira às 21.30 no CT Boavista com os camaradas Henrique Sousa João Amaral

• **Em Lisboa:**
Sábado às 14.00 no CT Vitória com os camaradas Domingos Abrantes Octávio Teixeira Sérgio Ribeiro

Outras reuniões sobre as implicações do Tratado de Maastricht:

- Alpiarça - sexta-feira às 21.00
- Cascais - sexta-feira às 21.00
- Sta. Iria da Azóia - sexta-feira às 21.30
- Setúbal - sexta-feira às 21.30

festa
Avante!



JÁ À VENDA A EP

(Entrada Permanente) dá-lhe acesso a 3 dias de Festa!
A sua compra é também um título de solidariedade para com a Festa e uma ajuda concreta à sua construção e ao seu futuro.

SORTEIO DE PROMOÇÃO DA EP!

1º Prémio VIAGEM À TUNÍSIA

(2 pessoas)
8 dias, viagem aérea e hotel em regime de pensão completa. Em colaboração com a Agiturismo

2º Prémio UMA CÂMARA DE FILMAR-VIDEO Modelo SV 500/super VHS

3º prémio 50 CONTOS EM LIVROS da Editorial Caminho

Sorteio em 30 de Agosto na Quinta da Atalaia (Para os compradores da EP antes da Festa)

CINQUENTENÁRIO do ASSASSINATO do DR. FERREIRA SOARES

4 de Julho.1992

R O M A G E M
17h30 . cemitério Nogueira da Regedoura

C O M Í C I O
21h30 . salão Piscinas Espinho

com a participação de

ÁLVARO CUNHAL
Secretário-Geral do PCP

Televisão

Quinta, 2

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Azimutes
14.00 Brinca Brincando
14.40 «Boys in Brown»
(ver «Filmes na TV»)
16.05 Rock Steady
17.00 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.15 Desenhos Animados
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.35 Chefe, Mas Pouco
22.05 Viagem de Terror
23.50 24 Horas
00.25 Remate
00.45 Fox-Teatro do Imaginário

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zona Perigosa
12.25 Curso de Inglês
12.40 Circo
12.55 Gerações
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Mary Tylor Moore Show
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.20 Recreio do 2
17.20 Em Busca de...
17.45 Francofolia
18.25 A Jóia da Coroa
19.30 Aventura do Conhecimento
20.00 Música no 2
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.40 Lendas da Guitarra
22.40 Meia Volta, Volver
23.05 O Prazer
(ver «Filmes na TV»)
00.40 Ténis - Torneio de Wimbledon

Sexta, 3

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Novos Exploradores
14.00 Brinca Brincando
14.35 Caçador de Sonhos
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Rock Steady
17.00 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.15 Desenhos Animados
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.35 Corações do Oeste
(ver «Filmes na TV»)
23.25 Mamma Mia
23.40 24 Horas
00.15 Remate
00.40 «One Summer Love»
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zorro
12.30 Curso de Alemão
12.40 Circo
12.50 Gerações
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Mary Tylor Moore Show
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.25 Recreio do 2
17.05 Burlescos
17.10 Grandes Desastres
17.50 Francofolia
18.25 A Jóia da Coroa
19.30 Magazine de Turismo
20.00 Como Nasce um Herói
21.00 Jornal das Nove

21.40 Marlenken
22.40 Riacho Doce
00.10 Rotações
01.10 Schultz & Schultz
02.00 Ténis - Torneio de Wimbledon

Sábado, 4

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 Esfera Ki
14.20 Marés Vivas
15.10 Pet Shop Boys
16.20 Amor Sem Barreiras
(ver «Filmes na TV»)
18.50 Hercule Poirot
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.35 Casa Cheia
22.20 Araponga
23.15 Dez para a Meia-noite
(ver «Filmes na TV»)
00.05 Contradições

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.35 Forum Musical (I)
13.00 Agarra o 2
14.15 A Lei da Violência
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.05 Eldorado
19.45 Outras Músicas
21.00 Estádio (II)
23.30 Riacho Doce
01.10 As Teias da Lei

Domingo, 5

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.35 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 O Clube dos Seis
13.45 Viagem ao Mundo da National Geographic
14.35 Top +
15.35 «The Monkey's Uncle»
(ver «Filmes na TV»)
17.05 Cover Story
17.30 Hooperman
17.55 Carol Burnett Show
19.00 As 100 Vidas do Pirata Negro
20.00 Jornal de Domingo
20.50 Araponga
22.25 Domingo Desportivo
23.05 Conversa Afada
00.10 No Calor da Noite

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 O Desafio do Mar
10.55 Regiões Magazine
12.00 Agarra o 2
12.45 Troféu
18.30 Jazz
19.30 Terror
20.15 Na Pista da Droga
21.00 Nós Dois
21.35 Artes e Letras - «Marguerite Duras»
22.30 A Noite do Pecado
(ver «Filmes na TV»)
00.10 Tauromaquia

Segunda, 6

Canal 1

07.30 Notícias
08.10 O Menino Doutor
09.10 Rua Sésamo
09.40 A Ilha do Tesouro
11.30 Passerelle
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Um Oceano de Sonhos
14.00 Brinca Brincando
14.35 Quando o Amor é Mais Forte
(ver «Filmes na TV»)

16.00 Rock Steady
17.00 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Meu Bem, Meu Mal
21.40 Jogos sem Fronteiras
23.15 A Guerra Privada de Cleo Spearfield
00.25 24 Horas
01.00 Remate
01.15 O Juiz e o Assassino
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 O Homem da Carabina
12.25 Curso de Francês
12.40 Circo
12.55 Gerações
13.15 Agora, Escolha! (I)
14.00 Mary Tylor Moore Show
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.40 O Cavalo de Fogo
17.00 A Trilogia Afegã
17.50 Francofolia
18.20 A Jóia da Coroa
19.20 Dramazine
19.50 O Brilho da Dança
21.00 Jornal das Nove
21.40 Falar Claro
22.40 Teatro - «Os Amigos»

Torça, 7

Canal 1

07.30 Notícias
08.10 O Menino Doutor
09.10 Rua Sésamo
09.40 A Ilha do Tesouro
11.10 Passerelle
11.35 A Memória do Mundo
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 O Futuro
14.00 Brinca Brincando
14.35 Meu Querido Pai
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Rock Steady
17.00 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
19.30 Telejornal
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.40 Jogo Limpo
22.35 Primeira Página
23.40 Uma Vida dos Diabos
00.10 24 Horas
00.45 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.05 Zona de Perigo
12.20 Curso de Inglês
12.55 Gerações
13.15 Agora Escolha! (I)
14.00 Mary Tylor Moore Show
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
17.00 O Livro dos Recordes
17.30 Tribunal de Júri
17.50 Francofolia
18.20 A Jóia da Coroa
19.20 Cinemazine
19.50 A Caminho de Barcelona
21.00 Jornal das Nove
21.40 Os Tarados de Sherwood
22.10 Os Meus Anos Difíceis
(ver «Filmes na TV»)
23.40 Pop Off

Quarta, 8

Canal 1

07.30 Notícias
08.10 O Menino Doutor
09.10 Rua Sésamo
09.40 A Ilha do Tesouro
11.10 Passerelle
11.30 A Memória do Mundo
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca Brincando
14.35 O Modelo e o Estudante
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Rock Steady
17.15 Brinca Brincando

17.45 Rua Sésamo
18.15 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.25 Telejornal
20.20 Desenhos Animados
20.25 Meu Bem, Meu Mal
21.20 Vamos Jogar no Totobola
21.35 A Absolvição
(ver «Filmes na TV»)
23.50 24 Horas
00.25 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 2020 - Polícias em Acção
12.25 Curso de Alemão
12.35 Circo
12.50 Gerações
13.15 Agora, Escolha!
14.00 Mary Tylor Moore Show
14.30 Agora, Escolha!

15.30 Recreio do 2
16.30 O Caminho das Estrelas
17.20 Mulheres no Mundo
17.50 Francofolia
18.20 A Jóia da Coroa
19.25 Uma Questão de Palavras
20.00 O Homem e a Música
21.00 Jornal das Nove
21.40 O Processo de Galileu
22.40 Sinais do Tempo
23.35 Cassidy

Filmes na TV



Estreado em 1961, o filme «West Side Story» é a consagração cinematográfica de um dos maiores êxitos da Broadway, ali estreado em 20 de Agosto de 1957. O início do projecto data contudo de quase dez anos antes. O diário que Leonard Bernstein elaborou sobre uma das suas mais famosas composições abre a 6 de Janeiro de 1949 com estas palavras:

«Jerry R. [Jerome Robbins] visitou-me hoje com uma nobre ideia: uma versão moderna de «Romeu e Julieta» que se passaria nos bairros pobres durante a celebração ao mesmo tempo das Páscoas judaica e cristã. A tensão é grande entre judeus e católicos. Os primeiros são os Capuletos, os segundos os Montéquios. Julieta é judia. O irmão Lourenço é caixeiro de um *drugstore* local. Rixas de rua, dupla morte - tudo isto parece funcionar. Mas é bem menos importante que a ideia de fazer um «musical» que conte uma história trágica usando os termos da comédia musical e utilizando apenas as técnicas da comédia musical, sem nunca cair na armadilha da «ópera». Conseguiremos? Até agora não se conseguiu no nosso país. Estou entusiasmado. Se isto andar - então será a primeira vez. Jerry sugeriu Arthur Laurent para escrever o libreto. Não o conheço, mas conheço «Home of the Brave» que me fez chorar como uma criança. Parece ser a escolha certa.»

Os anos passaram. O conflito entre judeus e cristãos, transferido para Nova York, conheceria a adaptação a um conflito mais vivo na grande metrópole: os bandos juvenis de porto-riquenhos e de filhos de famílias tipicamente americanas. O trabalho avançou até uma nova data decisiva:

«Nova York, 14 de Novembro de 1955. Um jovem letrista chamado Stephen Sondheim veio hoje cantar-nos algumas das suas canções. Que talento! Creio que é a pessoa ideal para o projecto em que todos pensamos. A colaboração avança.»

Com cenários de Oliver Smith e guarda-roupa de Irene Sharaff, a estreia assinalaria uma data incontornável da história do musical. Robert Wise teve para o seu filme uma matéria prima única que soube aproveitar, aliás, de forma magnífica.

«Boys in Brown»

GBr/1949. Realização de Montgomery Tully. Interpretação de Jack Warner, Richard Attenborough, Dirk Bogarde, Barbara Murray. P/B, 81 minutos.

Um filme britânico estimável, com argumento adaptado de uma peça teatral de Reginald Beckwith, acerca da delinquência juvenil e dos efeitos perversos que o sistema penal e as instituições ditas de correcção desencadeiam. O jovem delinquente retratado é, no filme, o talentoso Dirk Bogarde. Entre os actores está também Atten-

borough, que começou por ser actor (razoável) em numerosos filmes de guerra e acabou, como se sabe, realizador de superproduções.

Quinta, 14.40, Canal 1

O Prazer

«Le Plaisir» (Fr/1952). Realização de Max Ophüls. Interpretação de Claude Dauphin, Jean Gallant, Gaby Morlay, Madeleine Renaud, Danielle Darrieux, Jean Gabin, Pierre Brasseur, Daniel Gélin. P/B, 92 minutos.

O prazer: o apelo irresistível, o frémido e a exuberância, a volubilidade e as desilusões fatais. Dele fez Max Ophüls, em fim de carreira, apoiado em Maupassant e em três dos seus contos, este quadro fascinante, simultaneamente nostálgico e vertiginoso. O respeito do realizador pelas unidades narrativas resultou num chamado «filme de sketches», mas o extremo cuidado com cada detalhe e a sua ligação a todos os outros, os famosos movimentos de câmara e a confluência constante de todos os elementos fílmicos numa ideia central concorrem para a surpreendente unidade («circular», há quem lhe chame) que chega ao espectador.

Um filme admirável onde brilham também os talentos de numerosos grandes actores franceses da época.

Quinta, 23.05, Canal 2

Caçador de Sonhos

«Chasing Dreams» (EUA/1982). Realização de Sean Roche e Therese Conte. Interpretação de David G. Brown, John Fife, Jim Shane. Cor, 105 minutos.

O sonho neste caso é o de atingir um dos estrelatos mais ambicionados nos Estados Unidos: o de jogador de baseball. Filmes e telefilmes sem conta, e muitos nesses anos 80, contam histórias como esta - a de um jovem capaz dos maiores sacrifícios para atingir um lugar numa grande equipa.

Sexta, 14.35, Canal 1

Corações do Oeste

«Hearts of the West» (EUA/1975). Realização de Howard Zieff. Interpretação de Jeff Bridges, Blythe Danner, Andy Griffith, Donald Pleasence. Cor, 100 minutos.

As atribuições de um aspirante a escritor de romances sobre o Oeste americano, no início dos anos 30, que acaba por ir parar a Hollywood, onde colhe inspiração e proventos (trabalha como figurante e depois como

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

Euroignorância

Delors... Sabe quem é?

Sei, sim senhor, é o presidente norte-americano.

Maastricht, onde fica?

Na Jugoslávia.

Tratado de Maastricht?

Tem a ver com a agricultura.

Cimeira de Lisboa?

É qualquer coisa relacionada com o Jacques Delors.

Quem é Delors?

É belga e é presidente do Parlamento.

A cimeira foi um sucesso ou um fracasso?

Um sucesso.

O que aprovaram?

O Pacote Delors.

A política social.

O Tratado de Maastricht.

Considera-se informado sobre as questões europeias?

Não.

Este é um dos resumos possíveis das diversas sondagens efectuadas nos últimos dias com o objectivo de saber o que pensam os portugueses da presidência portuguesa da Comunidade Europeia e, por acréscimo, o que sabem sobre as questões em debate.

As respostas poderiam figurar em qualquer livro de anedotas, não fora o caso do assunto ser demasiado sério para com ele se brincar.

Em parangonas, alguns jornais fizeram o favor de informar que a maioria tinha boa opinião do desempenho português na presidência comunitária; a Televisão confirmou.

Quem se fica pelos títulos, terá perdido o essencial. É que as mesmas sondagens revelaram a imensa ignorância que por cá reina sobre a matéria. Porque, como as respostas bem ilustram, não basta ter ouvido falar para se saber. O caso é tanto mais grave quando se verifica que o desconhecimento das matérias europeias é comum aos mais diversos sectores da população, desde reformados a estudantes universitários, vendedores ambulantes a desportistas, domésticas a empregados de escritórios.

Chamados a pronunciar-se sobre os principais aspectos positivos, os inquiridos elegeram justamente os que não reuniram acordo - Pacote Delors, política social, sedes comunitárias - ou que nada têm a ver com a presidência portuguesa, como é o caso da assinatura do Tratado de Maastricht, ocorrido em Dezembro último naquela cidade holandesa. Ou, noutros casos, afirmaram-se maioritariamente incapazes de referir quais os aspectos mais positivos e quais os mais negativos.

A reforma da PAC, de facto aprovada, reúne curiosamente mais votos contra do que a favor. Seria de esperar, perante tais resultados, uma meditação séria sobre o assunto. Mas não. A nossa televisão, sempre tão opinativa, optou neste caso pela mera divulgação, deixando aos telespectadores o trabalho de retirar conclusões. Os jornais, se não deixaram de referir o significado do absurdo das respostas, nem por isso deixaram de chamar para título o menos significativo, isto é, o apoio a coisa nenhuma.

Num momento em que crescem as pressões para a realização de um referendo sobre o Tratado de Maastricht, os resultados de tais sondagens não podem ser ignorados. A imensa ignorância manifestada não é certamente da responsabilidade dos portugueses. Um governo que após seis anos de integração europeia e seis meses de presidência da Comunidade não conseguiu - ou não quis - dar a conhecer aos seus cidadãos questões da maior relevância para o futuro do país, ou é incompetente ou não está de boa-fé. Ou ambas as coisas.

Convém lembrar que durante quase meio século a ditadura salazarista fomentou o obscurantismo. E hoje não falta por aí quem lhe siga o exemplo.

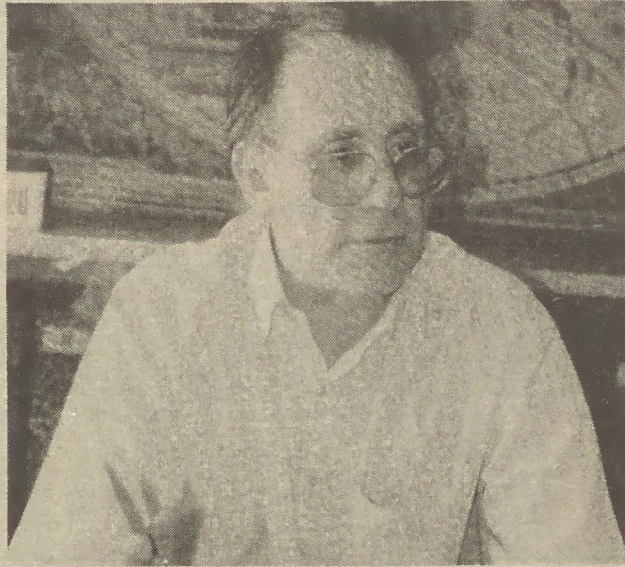
■ AF

Após duas semanas de greve nacional Aduaneiros querem resultados

STADE e SITESE anunciaram a suspensão, a partir das 24 horas de dia 29 de Junho, da greve dos trabalhadores aduaneiros em despachantes e empresas iniciada há duas semanas e que registou níveis de adesão muito elevados. A decisão, disse o sindicalista Luís Pinto à Lusa, foi tomada por haver *sinais de abertura* do Governo, que estaria na disposição de retomar as conversações com a comissão mista de representantes dos trabalhadores e dos despachantes.

«Mas, se as conversações não derem resultados, os sindicatos voltam às greves» - afirmou aquele dirigente do STADE à agência.

O anúncio da suspensão da greve foi feito numa conferência de imprensa dada segunda-feira e na qual os sindicatos fizeram o balanço das duas semanas de paralisação, forma de luta adoptada para exigir medidas compensatórias para os cerca de 8 mil trabalhadores cujos postos de trabalho serão li-



«Os próprios funcionários das alfândegas não querem acreditar nas ilegalidades que os pressionaram a cometer» — contou ao «Avante!» Carlos Alves

quidados com a abolição das fronteiras internas na Comunidade Europeia e a entrada em vigor do mercado único europeu.

Apesar da suspensão da greve, os sindicatos mantiveram a concentração de segunda-feira à tarde, junto à residência oficial do primeiro-ministro, como «uma demonstração de firmeza para a eventual continuação da luta sob todas as formas, incluindo a greve».

Ilegalidades do Governo

Na conferência de imprensa o STADE e o SITESE voltaram a criticar a «irresponsabilidade, incapacidade, incompetência e má-fé» do Governo, acusando o executivo de Cavaco Silva de utilizar «um arsenal de ilegalidades» com o objectivo de travar a luta. Em particular, são condenadas as medidas adoptadas para facilitar os processos de desalfandegamento sem intervenção das empresas de despachantes, e que motivaram já a apresentação de uma queixa ao Provedor de Justiça.

Para a comissão mista CDO/sindicatos, a «cegueira governamental de minimizar os efeitos da greve» viola preceitos constitucionais e não acautela os interesses dos cofres do Estado. Um despacho do próprio minis-

tro das Finanças permitiu que o desembaraço de mercadorias nas alfândegas se fizesse apenas mediante a apresentação da factura comercial e do documento de trânsito por qualquer dos intervenientes no processo, deixando para data posterior os restantes actos complementares que normalmente

fazem parte do desalfandegamento (como o pagamento de IVA e direitos alfandegários, a fiscalização das mercadorias e da sua qualidade, a garantia e controlo da dívida aduaneira). Este despacho, tal como um anterior do subsecretário de Estado adjunto do Orçamento, foi prontamente condenado pelos representantes dos trabalhadores. «Os próprios funcionários das alfândegas não querem acreditar nas ilegalidades que os pressionam a cometer» - contou ao «Avante!» Carlos Alves, delegado sindical e durante 12 anos dirigente do STADE, com quem conversámos na sede do sindicato.

A federação da Função Pública e a CGTP também divulgaram comunicados condenando os actos do Governo para restringir o exercício do direito de greve e chamando a atenção para as consequências da eliminação de todo e qualquer controlo objectivo na entrada e saída de mercadorias.

PCP solidário

1. Em coerência com a atenção, as diligências e as diversas atitudes de solidariedade que têm prestado em relação aos cerca de oito mil trabalhadores aduaneiros dramaticamente ameaçados de desemprego, o PCP saúda as combativas e corajosas acções de luta desenvolvidas por estes trabalhadores e apoia firmemente a sua exigência de que o Governo adopte medidas susceptíveis de responderem à sua justíssima aspiração a alternativas de emprego e trabalho face às consequências da próxima concretização do Mercado Único.

2. Condenando vivamente a arrogância, a recusa a um diálogo sério e responsável, o desprezo e a insensibilidade que, ao longo de meses e meses, têm caracterizado o comportamento do Governo nesta matéria, o PCP denuncia o despacho ilegal e irresponsável que, visando sabotar a greve dos trabalhadores aduaneiros, o Governo acaba de publicar, possibilitando a quase livre entrada no País de mercadorias, provavelmente com graves prejuízos para o próprio erário público.

3. O PCP chama a atenção da opinião pública para que, também na atitude governamental face à angustiante e quase desesperada situação em que se encontram os trabalhadores aduaneiros, se revela em toda a sua extensão uma implacável política anti-social que, sob pena de agravar intoleravelmente a situação de largas camadas, urge continuar a combater com todo o vigor, unidade e determinação.

Marconi condenada a pagar milhares de contos de diferenças salariais

Tribunal decide a favor do sindicato

Numa decisão que o Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual (STT) considera «a todos os títulos memorável», o 3.º Juízo do Tribunal do Trabalho de Lisboa acaba de condenar a Marconi a pagar 23 500 contos de diferenças salariais, 9000 contos de juros de mora e 30 mil contos por danos morais causa-

dos aos trabalhadores.

Estes elementos fornecidos em 30 de Junho pela direcção do STT referem-se a 297 trabalhadores «vítimas — acrescenta o sindicato — de violenta discriminação salarial, por não quererem submeter-se ao AEV (acordo de empresa vertical), cozinheiro entre a administração e os sindicatos da UGT na empresa».

As diferenças referem-se ao acordo de 1990.

Num comunicado de quinta-feira passada, a direcção do STT, entre variadas considerações sobre a justiça da sua acção e da acção dos trabalhadores, destaca que as decisões do Tribunal «provaram que a administração não faz nem pode fazer tudo aquilo que quer».

Brigadistas partem dia 9 para Cuba

Na próxima quinta-feira parte para Havana um grupo de brigadistas da Associação de Amizade Portugal-Cuba. O grupo é constituído por uma dezena de portugueses que, num acto de solidariedade, vão passar 20 dias a prestar trabalho voluntário, integrados na Brigada José Martí, pagando eles próprios as viagens e despesas de estadia. A Associação, no momento do fecho deste número do «Avante!», não excluiu a possibilidade de ainda se poderem integrar mais pessoas no grupo.

Para o mês de Agosto a Associação de Amizade Portugal-Cuba está a organizar uma viagem turística de uma semana. Os interessados deverão contactar a Associação, na Rua Rodrigo da Fonseca, 107, r/c, em Lisboa, ou pelo telefone 657305.

Pinhal Novo Festa Amiga

dias 3, 4 e 5 de Julho

Comício, sábado às 21.30h, com Carlos Brito